Mirella Lopes

Lições de resiliência:

a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927-1934)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Mirella Tuanny Ferreira Lopes

Lições de resiliência:
a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927-1934)

RECIFE - PE
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Mirella Tuanny Ferreira Lopes

Lições de resiliência:
a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927-1934)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestra junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento.

RECIFE - PE
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

L864L Lopes, Mirella Tuanny Ferreira
Lições de resiliência: a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927-1934) / Mirella Tuanny Ferreira Lopes. – 2019.
163 f.

Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2017.
Inclui referências e anexo(s).

1. Antifeminismo 2. Cidadania 3. Feminismo – Pernambuco 4. Feministas 5. Direitos políticos 6. Cultura política I. Nascimento, Alcileide Cabral do, orient. II. Título

CDD 981.34

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Lições de resiliência:
a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927-1934)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

Mirella Tuanny Ferreira Lopes

APROVADA EM 28/02/2019

BANCA EXAMINADORA:

_____
Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

_____
Profa. Dra. Maria Emília Vasconcelos dos Santos
Examinadora Interna – Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE

_____
Profa. Dra. Claudia Andrade Vieira
Examinadora Externa – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – UNEB (Videoconferência)

Dedico este trabalho às incríveis mulheres que fizeram e fazem parte da minha vida
E a todas aquelas que resistiram e lutaram pelos espaços que hoje posso ocupar.

Agradecimentos

Com a concretização desta pesquisa, encerro um dos ciclos mais solitários que pude experienciar. E não me refiro à inexistência de pessoas ao meu redor, mas à ilha de pensamentos na qual me isolei por incontáveis momentos, diante apenas de uma página em branco do Word ou de anotações desconexas. Ali existia somente eu, elas e um pilha de textos grifados e rabiscados ao meu lado. Minha companhia se restringia, portanto, a teórico(a)s e às análises que tentava realizar. Pausa para um café. Saía da biblioteca, sentava em bancos ao ar livre e sempre me questionava se conseguiria vencer o desafio. Isso se repetiu inúmeras vezes...

No decorrer do percurso, pude constatar algo que ouvia sempre, embora não tivesse a real dimensão de seu significado: a pós-graduação é realmente uma experiência singular para cada pessoa que por ela passa. Seguindo a lógica de uma fotografia, eterniza — por meio das palavras — uma fase bastante específica da vida de quem decide atravessá-la; comumente envolta por inspirações, descobertas, angústias e doses diárias de superação. Ao chegar até aqui, posso afirmar que para mim, ela consistiu em um período difícil, conturbado, mas igualmente capaz de me fornecer imenso aprendizado e autoconhecimento. Seria impossível cruzar a linha de chegada sozinha. Por isso, presto meus sinceros agradecimentos a quem tornou esse caminho um pouco mais leve, e que, em nenhum instante, soltou a minha mão.

Agradeço à força maior, que concebo como **Deus**, por constantemente renovar minha força, minha fé e meus propósitos.

À minha mãe, **Márcia**, por ser minha fortaleza. Sou grata a essa mulher admirável pelo cuidado, pelas lições e pelo suporte. Ao meu irmão, **Wagner**, pelas trocas, dicas, conselhos e pela companhia de estudos durante as madrugadas. Ao meu pai, **Nino**, agradeço pelo auxílio, pelas mensagens e por, mesmo sem aceitar, ter compreendido a minha falta de tempo e disponibilidade. Aos **meus familiares**, que passaram a lidar com a minha ausência e com as raras visitas, sou infinitamente grata pela paciência, apoio e torcida, mesmo a distância.

Ao meu companheiro, parceiro, amigo e amor, **Pedro João**, que acompanhou de perto os bastidores dessa jornada. Obrigada por ser refúgio, acalento e paz em

momentos tão delicados. Gratidão pelas incontáveis e repetidas conversas, pelo encorajamento e, principalmente, por acreditar no meu potencial nas diversas vezes em que eu mesma duvidei.

À minha orientadora **Alcileide Cabral**, que acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação e é diretamente responsável por meus primeiros passos no mundo da investigação científica. Agradeço as orientações, as conversas e principalmente a confiança neste trabalho e na minha capacidade para concluí-lo.

Aos/Às integrantes do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE, em especial aos/às professores(as) dos(as) quais estive mais próxima, em decorrência das disciplinas cursadas: **Giselda Brito**, **Wellington Barbosa**, **Vicentina Ramires** e **Emanuela Ribeiro**. Serei eternamente grata pelos aprendizados e direcionamentos de cada um(a) de vocês.

Ao melhor secretário em linha reta da América Latina, **Rafael Cipriano**, por toda a sua dedicação e atenção ao corpo docente e discente do PGH/UFRPE. Agradeço pela paciência em sanar dúvidas, por tornar a burocracia do mundo acadêmico menos complexa e por estar à nossa disposição até mesmo em seus momentos de descanso. Valeu mesmo, Rafa!

Ao professor **Antônio Paulo Rezende** pela energia do nosso encontro. Já era uma grande admiradora de suas obras e, durante a pós-graduação, tive a oportunidade de tornar-me sua aluna. Gratidão pelo imenso aprendizado, pela imersão no mundo da Literatura e, sobretudo, por sua empatia e generosidade.

Aos colegas de seleção e da Linha 2, em especial: **Elisiane Cordeiro**, **Yan Morais**, **Everton Rosendo**, **Alice Mendes** e **Anderson Guimarães**, por partilharem tantas emoções, dúvidas e adversidades. A **Emelly Facundes**, me faltam palavras para agradecer. Dividimos tardes de estudos, a alegria da aprovação, quartos de hotéis, cafés, risadas, angústias e tantas outras situações. Aprendemos e crescemos juntas enquanto mulheres, pesquisadoras e feministas. Nunca esquecerei as palavras e o amparo durante esse período tão desafiador. Sou igualmente grata pelo auxílio com a pesquisa documental, quando novos rumos metodológicos se delinearam.

Aos/Às amigo(a)s que a graduação eternizou: **Polliana Mariano**, **José Roberto**, **Pedro Henrique**, **Cecília Brito**, **Bruno Dias** e **Sidney Nascimento**

agradeço pelos poucos, mas importantíssimos, reencontros. Juntamente a eles(as), sou grata a **Jessica Rocha**, que esteve comigo em todas as etapas da seleção e me deu força em tantos outros momentos, a **Benvinda Teixeira**, pelos abraços energizantes, desabafos e incentivo e a **Andréa Maria**, pelas mensagens e orações.

Aos meus anjos, **Liliane Oliveira** e **Gabrielle Ramos**, minha imensa gratidão! Ter vocês em minha vida é um presente e tanto, daqueles raros! Obrigada pela troca de experiências, pelo afeto e por tornarem essa travessia mais amena.

Agradeço a **Dr. Adail** e a minha psicóloga, **Sandra Ferraz**, pela atenção, cuidado, humanidade e por juntos trabalharem pela minha evolução diária. Vocês foram fundamentais para a finalização desse ciclo.

Aos/Às meus/minhas amigos(as) **Gabriela Lima**, **Amizadai Leal**, **José Alexandre**, **Jaciara Rodrigues** e **Victor Albuquerque**, agradeço pelo encorajamento, pela descontração e por renovarem minhas energias tantas e tantas vezes no decorrer dessa longa caminhada.

Sou grata a **Felipe Moura**, por ter aceitado, já na reta final, embarcar nessa aventura comigo e, assim, transformar um desejo antigo em realidade: ilustrar a abertura dos capítulos. Muito obrigada, pelo empenho e por ter transformado meus rascunhos e ideias em ilustrações incríveis.

O presente trabalho contou com o apoio financeiro da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. Por meio desse auxílio, pude participar de eventos, de cursos e arcar com os custos advindos da elaboração da dissertação. Sou grata pelo incentivo à pesquisa, pela existência do sistema de concessão de bolsas e pela oportunidade de ter tido acesso a ele.

Quem soube de mim em outros tempos
já não sabe de mim agora
pois quando me quebraram
meus pedaços foram arrumados em novos lugares
mais lindos e mais fortes
pra se encaixar nessa mulher que hoje escreve
com punhos firmes e nenhuma culpa
de existir como bem quer.

[...]

Olhe todas as que vieram
antes de nós
não há segredo
a potência de ser mulher
atravessa as suas veias
Somos fortalezas.

Ryane Leão

Resumo

Ainda vivenciamos um quadro político permeado por inúmeras limitações no qual as mulheres são sub-representadas e o predomínio da figura masculina nas instâncias e nos cargos de poder faz-se numericamente superior. Tendo tal cenário como ponto de partida e o anseio de identificar elementos para compreendê-lo, objetivamos, por meio deste estudo e com o suporte teórico da Epistemologia Feminista e da Teoria Política Feminista, investigar parte do percurso que culminou no reconhecimento e no exercício da cidadania política feminina no Brasil. Desde o século XIX, os lugares sociais ocupados pelas mulheres passaram a ser questionados e problematizados, todavia foi apenas no prelúdio do século XX — com o desenvolvimento de uma cultura política republicana e, ademais, de uma cultura política feminista — que houve, de fato, a organização institucional das primeiras associações feministas no país. Por conseguinte, novos movimentos de diferentes orientações ideológicas materializaram-se e suas reivindicações despertaram inúmeros debates. Baseado nisso, o recorte temporal deste trabalho foi delimitado a partir de 1927 — ano em que a campanha sufragista obteve êxito no Rio Grande do Norte — até 1934, quando, durante o Governo Vargas, os direitos políticos das mulheres foram reconhecidos sem restrições pela Constituição promulgada. No que concerne à metodologia, dedicamo-nos à pesquisa bibliográfica e documental, coletando e interligando informações em diversos periódicos, mais especificamente nos pernambucanos: *A Província*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno*. Finalmente, na década de 1930, a campanha se concretiza e a extensão dos direitos políticos às mulheres torna-se uma realidade no Brasil. Contudo, mesmo exitosa, a trajetória mostrou-se longa e árdua. Foi preciso lidar com a reação antifeminista, estereótipos, adaptar-se a condições adversas e manter os ideais firmes diante de intensa pressão. Desse modo, ao lutarem para alçar voos mais altos, as feministas legaram-nos valiosas lições de enfrentamento e persistência.

Palavras-chave: Cidadania Política Feminina – Cultura Política – Cultura Política Feminista – Movimentos Feministas – Antifeminismo.

Abstract

We still live in a political scene permeated by countless limitations, in which women are sub-represented and the prevalence of the masculine figure in the instances and in the positions of power may be numerically superior. Having such scenario as a starting point and the yearning to identify the elements to understand it, we hope by this study and the theoretical support of the Feminist Epistemology and the Feminist Political Theory, investigate part of the course that culminated to the recognition and the exercise of the feminine political citizenship in Brazil. Since the 19th century, social places occupied by women started being questioned and problematized, nevertheless it was just in the prelude of the 20th century — with the development of a republican culture and in addition of a political culture — that there was, in fact, an institutional organization of the initial feminist associations in the country. Consequently, new movements of different ideological orientations materialized themselves and their claims aroused numerous discussions. Based on that, the period this work took place had its start in 1927 — which was the year the suffragist campaign had succeeded in the state of Rio Grande do Norte — and it ended in 1934, when, during the Vargas government, women's political rights were recognized without restrictions by the constitution enacted. When it comes to the methodology, we have been dedicated to the bibliographic and document-based research, collecting and interconnecting information in several journals, more specifically in those from the state of Pernambuco: *A Província*, *Jornal do Recife* and *Jornal Pequeno*. Finally, in the 1930s, the campaign materializes and the extension of the political rights to women become a reality in Brazil. However successful, the journey showed itself long and arduous. It was needed to deal with antifeminism reaction, stereotypes, adjust to adverse conditions and keep the ideals strong in front of intense pressure. Thus, by fighting to reach higher flights, feminists have left us precious lessons of confrontation and persistence.

Keywords: Feminine Political Citizenship – Political Culture – Feminist Political Culture – Feminists Movements – Antifeminism.

Lista de Imagens e Figuras

IMAGEM 1: Leolinda Daltro e Bertha Lutz 48

IMAGEM 2: Chá oferecido pela FBPF em homenagem a Juvenal Lamartine 50

IMAGEM 3: Registro fotográfico de Juvenal Lamartine, 1924 56

IMAGEM 4: A profa. Júlia Barbosa no ato de seu alistamento eleitoral, em Natal (RN) 59

IMAGEM 5: Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal (RN), 1928 60

IMAGEM 6: Bertha Lutz próximo ao avião do qual foram lançados os panfletos de propaganda em prol do voto feminino. Natal (RN), 1928 62

IMAGEM 7: Posse da prefeita Alzira Soriano, no município de Lajes (RN), 1º janeiro de 1929 64

IMAGEM 8: Edwiges de Sá Pereira no ano de 1909, aos 25 anos 69

IMAGEM 9: Martha de Hollanda e Teixeira Albuquerque no dia da cerimônia de casamento, no dia 8 de dezembro de 1928, na cidade de Vitória de Santo Antão (PE) 74

IMAGEM 10: Bertha Lutz no IX Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, realizado em maio de 1923, na cidade de Roma, Itália 98

IMAGEM 11: O então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, entre as delegadas do II Congresso Internacional Feminista e algumas das integrantes da FBPF, em frente ao Palácio do Catete (RJ) 103

IMAGEM 12: Fachada do Automóvel Clube do Brasil, em 1930, local escolhido para a realização do II Congresso Internacional Feminista, no RJ 105

IMAGEM 13: Participantes do II Congresso Internacional Feminista na excursão ao Recreio dos Bandeirantes (RJ), junho de 1931 107

FIGURA 1: Recorte extraído de uma das páginas do *Jornal do Recife* (PE), publicado em 20 de novembro de 1926 125

FIGURA 2: Olga Bergamini, Miss Brasil 1929 135

FIGURA 3: Ilustração de feministas publicada pela *Revista da Semana* (RJ), 1933.....137

FIGURA 4: Charge antifeminista publicada pelo *Jornal A Província* (PE), 1927.....140

FIGURA 5: Charge antifeminista publicada pela *Revista da Semana* (RJ), 1932 141

Lista de quadros

QUADRO 1: Plataforma de ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da Cruzada Feminista Brasileira 84

QUADRO 2: Diretoria da Cruzada Feminista Brasileira eleita para assumir as atividades no período correspondente a nov./1931 – nov./1932 88

QUADRO 3: Plataforma de ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino 112

QUADRO 4: Diretoras da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino eleitas para o biênio 1931-1933 113

QUADRO 5: Principais argumentos defendidos pela crítica antifeminista contra a emancipação política feminina 129

Lista de abreviaturas e siglas

ADB – Associação das Damas de Beneficência

DPLP – Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FPPF – Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância

Biblioteca e Acervos de Pesquisa

- Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco
- Biblioteca Setorial Professor Roberto Amorim – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- Fundação Joaquim Nabuco (Recife)

Online

- Banco de Dissertações da PGH da UFRPE: http://www.pgh.ufrpe.br/banco_dissertacoes.php
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE: http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50
- Fundação Joaquim Nabuco: http://www.fundaj.gov.br
- Hemeroteca Digital Brasileira: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/
- Scientific Electronic Library: http://www.scielo.org/
- Memória Virtual dos Censos Demográficos do IBGE: https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censosdemograficos.html
- Acervo CEPE: http://www.acervocepe.com.br/
- Acervo Brasiliana Fotográfica: http://brasilianafotografica.bn.br/

Prólogo: encontrando a História

Quem ler esta história toda
do jeito que foi passada
verá que o falso é vil
nunca nos serviu de nada
a honra e a fidelidade sempre foi recompensada.

[…]

Cada um desses cachorros
é um grande defensor
se acabam morrem lutando
em defesa do senhor
são chamados Rompe-Ferro Ventania e Provador.

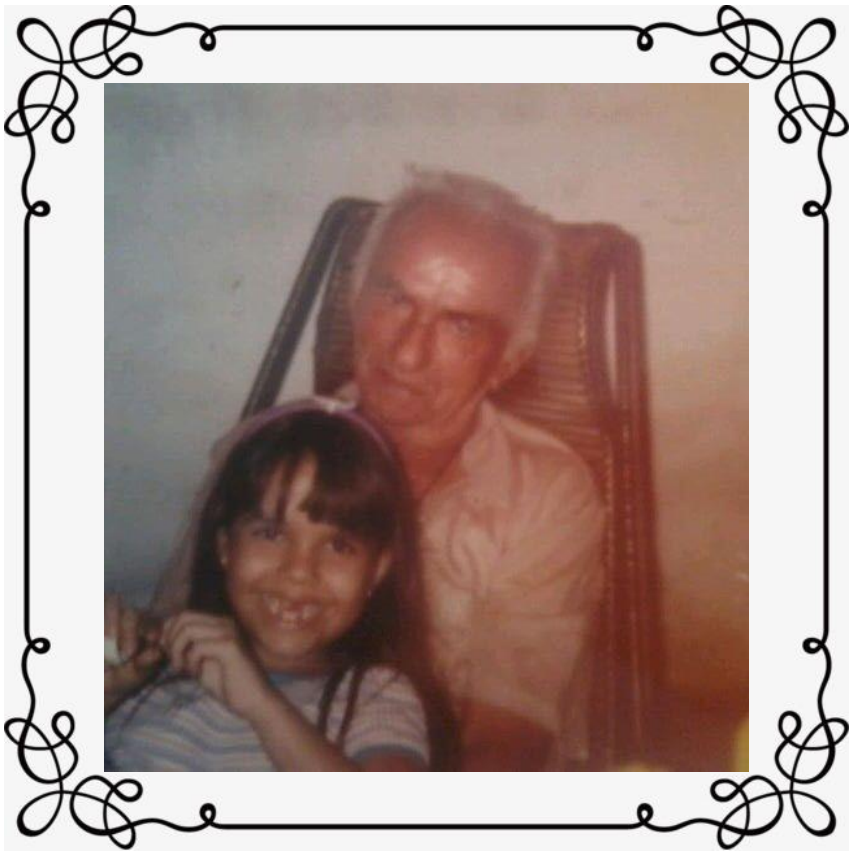
[...]

Disse o rapaz: para que
ninguém duvide desta história
que briguei com este monstro
e na luta alcancei vitória
tirou dois dentes da fera
para servir de memória.

(*Leandro Barros*)

Eu costumava sentar no chão de cimento queimado, mas apenas meu corpo permanecia ali. A voz dele soava macia e, em meus pensamentos, Juvenal, os cachorros Rompe-Ferro, Ventania, Provador e o dragão tomavam forma em questão de segundos. Em seu ápice, a narrativa era propositalmente interrompida com ar de suspense e só tinha prosseguimento no dia seguinte. Não adiantava insistir. Ele fechava o cordel e guardava em seu armário, com pouco mais de dez livros empilhados. Eu, de longe, espreitava e até pensava em voltar lá quando ele saísse, mas não sabia ler. Lembro bem o orgulho que senti alguns anos depois, quando consegui juntar as palavras desta mesma estória pela primeira vez e o tive como meu ouvinte na cadeira de balanço. Os papéis se inverteram. Faltou luz. Ainda assim continuei, para prová-lo que não havia decorado os versos. Dentre muitas coisas, Joaquim Lopes foi agricultor, feirante e leitor. Sim, apesar de ter concluído somente o ensino fundamental, o meu avô paterno, foi um assíduo leitor. Lia livros, jornais, cordéis, charadas e sempre gostou de compartilhar o que lia com as pessoas ao seu redor. Mesmo sem se dar conta, foi o responsável pelo meu encontro com a História

– não apenas a de Juvenal e o Dragão – mas àquela com letra maiúscula. Durante as minhas férias, costumávamos subir uma enorme ladeira na cidade em que ele reside até hoje, parávamos em um local batizado de “Cruzeiro” e lá do alto, ele narrava o cotidiano do homem sertanejo; a vida e as dificuldades na roça; como os primeiros habitantes do município chegaram à zona urbana; a história do engenho que deu o primeiro nome à cidade… E assim, sem perceber, já fazia meus olhos brilharem ao contemplar tanta sabedoria. É uma fonte viva e minha maior inspiração. Portanto, este trabalho e minha trajetória profissional e acadêmica não fariam o menor sentido, se não começassem por ele: que me fez encontrar o sentido de existir, de resistir.



Sumário

Introdução 20

Mediando um diálogo: as mulheres como ponto de partida 20

Trajetórias, historiografia e teoria 24

Entre vestígios e sinais: o percurso metodológico e os capítulos 28

Capítulo Primeiro – As palavras convencem, o exemplo arrasta: o Rio Grande do Norte e a virada do feminismo no Brasil 36

1.1 As contradições da República e os primeiros passos rumo à conquista da cidadania política feminina 37

1.2 O debate ganha sexo: quem melhor que a mulher poderá cuidar de seus próprios interesses? 40

1.3 Rio Grande do Norte: um foco luminoso 51

1.4 Seguindo rastros e anseios feministas em Pernambuco 66

Capítulo Segundo – A articulação faz a força! 79

2.1 A Cruzada Feminista Brasileira desponta: Martha de Hollanda e a fundação da primeira organização feminista em Pernambuco 80

2.2 Ecos do II Congresso Internacional Feminista e a sua influência para a institucionalização do feminismo em Pernambuco 95

2.3 Nasce uma nova filial: a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino sob o comando de Edwiges de Sá 111

Capítulo Terceiro – Os perigos da Eva votante: discursos e temores antifeministas 117

3.1 Evocando Pandora: a Caixa transforma-se em urna 118

3.2 O antifeminismo em pauta 120

3.3 A querela dos sexos e as particularidades da campanha antifeminista 127

Considerações Finais 143

Referências 148

Bibliográficas 148

Dissertações e Teses 150

Virtuais 150

Documentais 158

Anexos 160

Anexo A 161

Anexo B 162

Anexo C 163

Introdução

Mediando um diálogo: as mulheres como ponto de partida

Em todo o mundo as mulheres estão sub-representadas na política. O termo déficit democrático de gênero deveria entrar para a agenda governamental e para o dia a dia da mídia com o mesmo destaque que os termos déficit público ou déficit comercial. O passado, infelizmente legou a exclusão das mulheres dos níveis mais altos de decisão do Legislativo, Executivo e Judiciário, da hierarquia religiosa e militar, ou mesmo do poder decisório das grandes corporações. No Brasil, durante mais de 500 anos os homens monopolizam o exercício dos cargos de direção política. Com o processo de redemocratização dos anos de 1980, as mulheres saíram de taxas de participação próximas de zero para algo em torno de 10% a 15% na média das instâncias municipais, estaduais e federais[1].

Sub-representação. Este ainda é o termo que caracteriza a realidade das mulheres na política brasileira e em diversos lugares ao redor do mundo. Mesmo registrando inúmeros êxitos, permanecemos sendo minoria nos espaços de poder. Mas como compreender e analisar a manutenção da baixa representatividade feminina nesse âmbito? Decerto, conquistar o direito ao voto não assegurou paridade nos postos de decisão nem significou garantia de voz ativa. Tal realidade pode ser constatada se levarmos em consideração que na Câmara dos Deputados, espaço com o maior número de parlamentares entre as casas legislativas, a presença feminina é de apenas 10%[2]. Desse modo, torna-se notória a continuidade sistemática da limitação enfrentada pelas mulheres diante da estrutura política vigente.

---

[1] SOUSA, Ana Júlia da Silva de. Participação da mulher nos espaços de poder no Brasil: atuação feminina no executivo, legislativo e judiciário. **Revista Eletrônica Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Norte, XIV, n.91, ago., p.1, 2011. Disponível em: < http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10148&revista_caderno=24 >. Acesso em: 27 dez. 2018.

[2] **AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO**. Maioria entre a população e o eleitorado, mulheres ainda são minoria em cargos eletivos. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/maioria-entre-populacao-e-o-eleitorado-mulheres-ainda-sao-minoria-em-cargos-eletivos/>. Acesso em: 27 dez. 2018.

Mesmo com a elaboração de leis que buscam incentivar e exigir inclusão — como é o caso da Lei nº 12.034/2009, responsável pela criação de uma causa de registrabilidade geral e compulsória, que impõe aos partidos políticos e/ou às coligações o preenchimento de 30% das candidaturas com representantes do sexo feminino[3] —, as tentativas de burlar as regras não são raras, delineando, desse modo, novos obstáculos. Pesquisas evidenciam que, muitas vezes, as mulheres são convidadas pelos partidos um ou dois meses antes das eleições apenas para cumprir a cota mínima[4]. E, de fato, quando são candidatas reais, passam a enfrentar uma série de outras dificuldades, a exemplo de: financiamentos baixos ou ausentes, redução do tempo de propaganda de campanha nos veículos de comunicação, ou até mesmo restrição nas votações relevantes. A partir dessa perspectiva, o atual cenário nos remete prontamente ao prelúdio do século XX, quando a luta pela inserção política já era um desafio enfrentado pelos primeiros movimentos feministas organizados no Brasil. E, de lá para cá, o que realmente mudou?

Salvaguardadas as singularidades concernentes a cada um dos períodos históricos e tendo consciência de que hoje as pautas se modificaram, ainda assim torna-se impossível negligenciar reflexos e permanências tão visíveis. Embora na contemporaneidade as demandas centrais figurem em torno de outras temáticas — como o combate à violência, a legalização do aborto, a ampliação de creches, a equiparação salarial, entre outras —, fica evidente que a figura feminina continua tendo que travar embates diários para ser fazer ouvir, para expor necessidades e, principalmente, para representar e ser plenamente representada. Somado a isso, as desigualdades de gênero se intensificam à medida que perpassamos por pontos de análise envolvendo elementos como raça, classe, idade e sexualidade.

Isso posto, investigar as disparidades entre homens e mulheres no âmbito político não foi um assunto pelo qual me interessei apenas em dado momento da vida acadêmica. As relações de gênero sempre me inquietaram... “Por que a ideia de que

---

[3] **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)**. Eleições 2016: mulheres representam mais de 30% dos candidatos. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-mulheres-representam-mais-de-30-dos-candidatos>. Publicado em: 2 set. 2016. Acesso em: 4 nov. 2017.

[4] NUNES, Dimalice. Análises e poder de voto às mulheres: estrutura partidária ainda impõe barreiras à entrada das mulheres na política. **Agência Patrícia Galvão**. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/noticias-politica/estrutura-partidaria-ainda-impoe-barreiras-entrada-das-mulheres-na-politica/. Publicado em: 15 ago. 2016. Acesso em: 4 nov. 2017.

o feminismo convence as mulheres a buscarem superioridade em relação aos homens continua a ser alimentada?"; "Por quais motivos ainda se costuma associar a imagem da feminista à uma figura masculinizada ou 'mal amada'?"; "Por que permanece sendo possível nos depararmos cotidianamente com o discurso: 'Não sou feminista, sou feminina!'?" Tais configurações e convenções sociais me incomodavam de forma recorrente, levando-me a questionar o que era realmente "ser mulher", mesmo sem quase nenhum conhecimento histórico ou científico acerca da questão e muito antes de ingressar no ensino superior.

Hoje, ao rememorar minha trajetória, sou capaz de identificar a nascente desse desejo e o que fez dele leito em minha vida. Cresci em um universo masculino. E não me refiro apenas ao patriarcal, legitimado pela sociedade, mas estritamente ao âmbito familiar. No que diz respeito à minha faixa etária, eu era a única menina em meio a inúmeros primos e um irmão. Paradoxalmente, esse fato me conferiu muitas liberdades e, concomitantemente, muitos tolhimentos. Ao mesmo tempo que me impulsionavam a ser independente, instruída, dona do meu destino, cobravam-me posturas e valores fomentados pelo machismo, muitas vezes, de forma naturalizada. Apesar disso, tive acesso à educação. Mais do que isso, tive acesso a bons livros, a mestres(as) inspiradores(as), a amigos(as) "afluentes", a discussões construtivas; em suma, tive direito a escolhas. Escolhi a História e, por meio dela, encontrei caminhos para acalentar muitas das minhas inquietações, entretanto inúmeras outras eclodiram. Consequentemente, desenvolvi o gradativo anseio de buscar mais, aprender sobre os meus privilégios e tentar compreender as desigualdades que me rodeavam/rodeiam e marcavam/marcam as trajetórias, os corpos, a vida, de nós: mulheres!

Era agosto de 2013. Tive a oportunidade de ingressar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), dando, consequentemente, os primeiros passos oficiais no processo da investigação científica. Juntamente à Professora Dra. Alcileide Cabral do Nascimento, pude desenvolver o projeto de pesquisa: *Eva politiza-se!: os movimentos feministas e o debate pelo direito ao voto no Recife (1920-1934)*, experiência esta que se configurou como essencial para minha formação acadêmica e pessoal, além de ter gerado frutos e novos questionamentos para a construção do presente trabalho. Simultaneamente, ingressei no Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero (NUPEGE). O grupo criado na UFRPE, e ainda em atuação, reúne pesquisadores(as), professores(as) e estudantes de diferentes instituições de ensino

superior com o intuito de discutir temáticas envolvendo gênero e diversidade; realizar palestras, minicursos, reuniões, eventos; promover o intercâmbio de conhecimento na área; e incentivar e apoiar novos estudos. Entendo a existência desse núcleo como um grande esforço coletivo por meio das pesquisas de cada um(a) de seus/suas integrantes, mas, para além disso, enxergo o crescimento mútuo que ele nos proporciona. Afinal, nenhum trajeto é percorrido só e é fundamental conferir a devida importância às rotas abertas por aqueles(as) que vieram antes de nós.

Sendo assim, tornei-me foz, transbordei. Não havia correnteza nem meandro forte o suficiente para desviar-me. A escolha realmente estava feita… Ou será que ela me fez? Não encontrei resposta concreta para tal questão. Talvez as palavras do historiador Antônio Paulo Rezende supram essa falta, quando afirma:

> Na escolha do tema, o historiador define o ponto de partida e começa a traçar sua trajetória. Sua escolha está cercada por questões que revelam alucinações da sua época, desejos e desencontros do seu tempo, sem que haja linearidade. As horas antigas se tornam recentes, como diria sabiamente Guimarães Rosa. Os tempos se cruzam, se confundem[5].

As horas antigas se tornaram recentes, e, desse modo, a minha decisão estava e permanece envolta pelas vivências, pelos obstáculos, pelas aspirações e pelos questionamentos que pude experienciar ao longo dos anos. Por todos os motivos mencionados, optei, então, por conferir visibilidade e espaço a algumas das mulheres que se dedicaram a lutar por igualdade de direitos e que sofreram e ainda sofrem reações e enfrentamentos em decorrência das suas escolhas. Outrossim, levando em consideração as contribuições que este estudo poderia promover para revelar novos aspectos e análises acerca da referida temática, dispus-me prontamente defronte a tal desafio e adianto: não foi, e continua a não ser, tarefa fácil.

Assumir a posição de historiadora e praticar o exercício de dissertar sobre algo referente a uma época específica exige um esforço bem superior a apenas coletar fontes e analisá-las. Ouso até mesmo estabelecer uma possível analogia ao trabalho de um(a) ator/atriz que, diante do papel proposto, enxerga a necessidade de mergulhar no contexto a ele(a) apresentado, ainda que não o tenha vivido; para desse

[5] REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de 1920. Recife: FUNDARPE, 1997, p.19.

modo, construir o(a) personagem de forma coerente. Dissociar tempo, espaço e sujeito significa, portanto, anular o conceito de *historicidade* e conferir lugar ao anacronismo, tornando superficial todo e qualquer esforço em uma narrativa.

O(a) historiador(a), tal qual o(a) ator/atriz, não vivenciou o recorte temporal que investiga. Contudo, mesmo sem fazer uso da ficção para preencher lacunas, pode apropriar-se de elementos que tornam mais palpável o período por ele estudado, pois:

> [...] o olhar do historiador sobre o passado carrega as imagens de sua época, as indefinições de seu tempo, as cores pouco nítidas das suas inquietações. Seu olhar busca a possibilidade de conseguir contribuir para conhecer o labirinto em que se encontra, a eterna busca de saídas, apesar do refazer constante dos labirintos[6].

Ou seja, com base no cruzamento de informações, discursos, cenários e depoimentos, tem a possibilidade de construir uma atmosfera paralela e elaborar análises pertinentes. Nessa perspectiva, a História se consagra por meio de um, dentre seus diversos propósitos, o de promover o diálogo entre o presente e o passado entre os mortos que recuperam a vida, e os vivos que reconhecem a morte[7].

Trajetórias, historiografia e teoria

Em uma das passagens de sua obra *A confissão da leoa*, o escritor moçambicano Mia Couto afirma que "[...] contar uma história é deitar sombras no lume[8]". Seguindo tal lógica, ao decidir trazer à tona parte do processo que resultou na emancipação política feminina, intentamos contribuir para o rompimento do silêncio imposto às mulheres ao longo dos séculos e ecoar suas vozes de luta.

Partindo desse pressuposto e voltando o nosso olhar para a historiografia, foi possível notar que, de modo geral, as pesquisas cuja temática versa sobre a História das Mulheres, ou tem por base as relações de gênero, são iniciadas apontando para o fato de esse tipo de abordagem estar sendo recentemente "desvendado". Na prática, a história dos movimentos sufragistas no Brasil só começou a despertar algum interesse nos(as) pesquisadores(as) a datar do final dos anos 1960, em decorrência

---

[6] REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de 1920. Recife: FUNDARPE, 1997, p.21.
[7] REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 2011, p.115.
[8] COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.90.

da rearticulação do próprio movimento feminista[9] e das mudanças ocorridas no *fazer historiográfico*. Conquanto, precisamos estar atentos(as) à seguinte circunstância: ao analisar as fontes, muito se falou pelas mulheres levando em consideração os discursos, as imagens e as representações construídos sobre elas. “Mas, como alcançá-las, como quebrar o silêncio, os estereótipos que as envolvem?[10]”

Os estudos históricos realmente avançaram nesse ponto, porém ainda galgam passos lentos e gradativos no que diz respeito a ouvi-las e a conceder espaço às suas ideias e visões de mundo, sem que haja subinterpretações ou algum tipo de intermédio. Nesse sentido, ao colocar as mulheres e suas lutas em evidência estamos colaborando para que sejam reconhecidas enquanto sujeitos ativos e detentores de uma história. “Significa também, sem nenhuma contradição, engajar-se como militante no projeto de emancipação[11]”.

Para além do exposto, faz-se igualmente necessário destacar uma problemática de cunho regional. Decerto, ao abrigar a capital do país por quase duzentos anos, o eixo sul-sudeste foi epicentro para muitos dos acontecimentos e das ideias que fomentavam os debates e os comportamentos de outrora. Por esse motivo, grande parte das pesquisas acadêmicas se dedicaram a investigar os núcleos feministas surgidos nessa área, deixando, em segundo plano, as manifestações nos demais estados brasileiros ou simplesmente as entendendo como meras extensões. Dessa maneira, por meio da elaboração deste trabalho, objetivamos, sobretudo, legar a devida importância aos movimentos feministas pernambucanos, bem como ressaltar as suas ações e particularidades — algo que ainda permanece exíguo nos escritos sobre a questão sufragista no panorama nacional.

Para transformar todos esses anseios em uma realidade concreta, foi essencial considerar que inúmeros(as) outros(as) pesquisadores(as) nos precederam, enfrentando obstáculos teóricos e metodológicos, lacunas temporais, escassez de documentação e até mesmo resistência ao tema. Logo, admitir que diversas veredas

---

[9] KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.13. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso em: 20 abr. 2017.
[10] PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p.25.
[11] Ibid., p.9-10.

foram abertas para que esta dissertação pudesse despontar nos faz cooperar para o reconhecimento e a valorização dos estudos na área.

Elucidamos e reiteramos a importância de trabalhos como os de Emelly Facundes, *Uma das faces do feminismo em Pernambuco: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino 1931-1937* (2018); de Marcelo Silva, *Votar é preciso: os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino, 1931-1934* (2016); de Tércio Amaral, *Uma ilha sem mulheres: as relações de gênero nos suplementos literários da imprensa recifense em fins da década de 1920* (2016); de Sandra Souza, *Namoros indecentes: relações de gênero e as histórias de sedução na cidade do Recife, 1890-1914* (2016); de Izabelle Barbosa, *Saindo da gaiola dourada: desquite, divórcio e relações de gênero no Recife, 1917-1937* (2016), de Alexandre Melo, *Do flirt, do footing, da Rua Nova: melindrosas e almofadinhas no Recife da década de 1920* (2015) e tantos outros aos quais tive acesso. Todos eles tiveram, de alguma forma, sua contribuição específica e possuem um elo em comum: a discussão das relações de gênero.

Sem dúvida, o conceito de *relações de gênero* caracteriza o ponto de maior relevância teórica desta pesquisa e permeia todos os seus capítulos. Partimos da compreensão da categoria de gênero de acordo com a perspectiva defendida por Joan Scott, em sua obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986), que a define como uma categoria imposta ao corpo sexuado e decorrente de uma construção social e histórica. Scott conclui, portanto, que o gênero consiste em uma percepção acerca das diferenças sexuais que são hierarquizadas e inseridas em uma forma de pensar limitada pela dualidade. Segundo ela, o que realmente interessa são as formas como se constroem os significados culturais para tais diferenças e como estas se posicionam dentro de relações hierárquicas.

Destacamos também a relevância das considerações de René Remond, na obra *Por uma História Política* (1996), por meio da qual se tornou possível obter o seguinte entendimento: as relações humanas são permeadas por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, que, por sua vez, exercem influência uns sobre os outros de forma desigual e com base nas singularidades concernentes ao contexto histórico em que estão inseridos. De acordo com o aludido ponto de vista, apropriamo-

nos e aplicamos o conceito de *cultura política* proposto pelo autor nas análises elaboradas acerca do objeto de estudo. Admitimos a ideia de que é preciso observar o comportamento político de um povo para que seja possível compreender suas práticas e ações nesse âmbito. Nesse mesmo viés, destacamos ainda a importância dos estudos de Rodrigo Patto Sá e sua análise específica sobre a estrutura do período republicano e das pesquisas de Alcileide Cabral do Nascimento que apontam para o surgimento de uma cultura política feminista nessa conjectura. A partir dela, as mulheres passaram a instrumentalizar suas reivindicações dentro do novo regime, tendo em vista que:

> [...] mesmo sem direito ao voto, as mulheres discutiam e faziam política, aprendendo a se movimentar nesse cenário. Tornaram-se atrizes de suas histórias, rompendo com séculos de sujeição, ao mesmo tempo em que saíam da condição de coadjuvantes[12].

Considerando o fato de que os anos finais do século XIX e o início do século XX configuraram-se como um cenário possibilitador para transformações em diversos âmbitos sociais, não podemos deixar de mencionar as alterações ocorridas concomitantemente no eixo público/privado. Segundo a norte-americana Ellen Du Bois, para as mulheres "[...] o surgimento de uma esfera pública revelou a possibilidade revolucionária de uma nova maneira de se relacionar com a sociedade não definida por sua posição subordinada dentro da família[13]". As feministas de então passaram a questionar o discurso que limitava as mulheres à função de seres biologicamente e juridicamente inferiores e igualmente a reivindicar a posição de *sujeito de direitos*. Defendiam o argumento de que, se eram capazes de desempenhar bem os cuidados com os filhos e com o lar, poderiam também gerir ativamente a sociedade junto aos homens. Nesse sentido, corroboramos com a perspectiva de teóricos(as) que entendem o público como político e aplicamos o conceito da *dicotomia público/privado*, tendo como suporte os estudos de Carole Pateman, Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel na obra *Teoria política feminista: textos centrais* (2013).

---

[12] NASCIMENTO, Alcileide. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927–1932). **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v.26, n.2, p.2, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44481/37103>. Acesso em: 2 out. 2018.

[13] DU BOIS, Ellen. The radicalism of the woman suffrage movement: notes toward the reconstruction of nineteenth-century feminism. **Feminist Studies**. University of Maryland, vol.3, n.1/2, Autumn, p.64, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3518956?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 mai. 2017.

Outrossim, além de utilizarmos os conceitos-chaves supracitados para nortear o referencial teórico, não podemos deixar de enfatizar a contribuição e a influência de outros(as) inúmeros(as) autores(as) cujas ideias podem ser identificadas nas análises com as quais o(a) leitor(a) irá se deparar, como: Susan Besse, Michelle Perrot, June Hahner, Rachel Soihet, Teresa Cristina Marques, Mônica Karawejcyk, Luciene Freitas, Glaucia Fraccaro, entre outros(as).

Entre vestígios e sinais: o percurso metodológico e os capítulos

Com o intuito de cumprir os objetivos propostos e construir uma narrativa coerente, a pesquisa a qual você terá acesso nas próximas páginas é fruto de um planejamento minucioso e de etapas metodológicas bem definidas.

Primeiramente, foi necessário estabelecer o intervalo de tempo a ser estudado e verificar se este seria capaz de fornecer fontes suficientes para análises. Dessa forma, a decisão de fixar o período de 1927 a 1934 não foi tomada de modo aleatório, mas, sim, estratégico. Embora a documentação anterior a 1927[14] já apresentasse conexão com o tema trabalhado e se mostrasse abundante e diversificada, a escolha do referido ano como ponto de partida deveu-se ao aumento das pressões e dos debates acerca do sufrágio feminino, tanto no Congresso Nacional quanto em diversos outros setores da sociedade. Ainda que não caracterizasse uma pauta inédita, constatamos, a partir daí, uma maior frequência na veiculação de notícias e, igualmente, uma maior preocupação com a formação de opinião dos(as) leitores(as) no que diz respeito à temática.

Tal circunstância teve ligação direta com o êxito da campanha liderada pelas feministas no estado do Rio Grande do Norte e materializada por meio da conquista do voto. O território potiguar foi pioneiro no reconhecimento e no registro histórico da primeira eleitora brasileira, a professora Celina Guimarães Viana[15], tendo como base

[14] Mesmo tendo recorte histórico definido entre 1927 e 1934, alguns documentos que antecedem esse período também estão presentes e são analisados neste trabalho, com o objetivo de oferecer um panorama e uma melhor compreensão do que era discutido e veiculado na imprensa antes da primeira eleitora brasileira ter sido oficializada.

[15] Celina Guimarães Viana nasceu em Natal (RN) em 1898. Durante sua trajetória de estudos, cursou a Escola Normal, tornando-se, assim, professora. Neste mesmo centro educacional, conheceu seu futuro marido, Eliseu de Oliveira Viana, com quem casou em 1911. Já formada, lecionou no município de Acari e no munícipio de Mossoró, tendo exercido o direito ao voto neste último. Celina Viana veio a falecer no ano de 1972, em Belo Horizonte (MG) (**FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO**. Celina Guimarães

a Lei Estadual nº. 660, de 25 de outubro de 1927. Estava extinta, portanto, a distinção de sexo para o exercício do sufrágio entre as norte-rio-grandenses. O fato foi repercutido mundialmente e promoveu debates acalorados, sendo, sem dúvida, bastante representativo.

Por conseguinte, o intervalo se finda em 1934, tendo em vista que, nesse ano, foram extintas todas as restrições ao exercício da cidadania pelas mulheres, anteriormente instituídas pelo Código Eleitoral de 1932. Todavia, é importante elucidar que a obrigatoriedade permaneceu sendo um dever exclusivamente masculino[16].

Após a definição do recorte temporal e antes mesmo de partir para a pesquisa documental e visual propriamente dita, dedicamo-nos à realização de uma série de leituras que pudessem facilitar não somente a aproximação do objeto em estudo como também conferir um suporte sólido às hipóteses levantadas. Para tanto, visitamos bibliotecas físicas e virtuais em busca de artigos, monografias, dissertações, teses e obras clássicas, objetivando, dessa maneira, definir o aporte teórico da dissertação e criar um acervo para consultas. Em paralelo, para possibilitar a elaboração do trabalho, elegemos como fonte histórica os periódicos.

Durante um longo espaço de tempo, a utilização de jornais para a escrita da História foi duramente questionada sob a justificativa de falta de objetividade. Como explica a especialista em História da Imprensa brasileira Tania Regina de Luca, tinha-se a visão de que os periódicos consistiam em meros receptáculos de informações, que, por sua vez, eram extraídas e utilizadas ao bel prazer do(a) pesquisador(a)[17]. Nesse contexto:

> [...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas[18].

Viana: a mulher potiguar – cinco séculos de presença. Natal: Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine (CEPEJUL), 1999. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000106242.PDF>. Acesso em: 15 jan. de 2018.

[16] A obrigatoriedade do voto só foi estendida às mulheres no ano de 1946.

[17] LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (ORG.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.116.

[18] Ibid., p.112.

Nas décadas finais do século XX, a prática historiográfica sofreu mudanças significativas por influência da terceira geração da Escola dos Annales. Consequentemente, a própria concepção de documento e o entendimento sobre o seu uso foram alterados. A imprensa periódica passou, aos poucos, a ser revista pelo meio científico. Logo, o(a) historiador(a), antes visto(a) como influenciável pelo teor das fontes, passou a atuar como principal elemento do processo, na medida em que assumiu a função de inquirir os periódicos. Assim, coube a ele(a) a responsabilidade de coletar informações como: área de difusão, tiragem, valor, relação com instituições, relações com o governo e inúmeros outros aspectos importantes para a organização e coerência da narrativa. Com base nisso, admitimos que o(a) historiador(a) deve ter em mente o ofício de desmistificar, analisar e não se esquivar do conteúdo das contradições. A sociedade deve ser vista por ele(a) como um palco de lutas e projetos políticos divergentes. E foi justamente nesse cenário de lutas e projetos políticos que resolvemos adentrar.

No intuito de encontrar pistas para responder nossas indagações, debruçamo-nos sobre fontes seriais e visuais, procurando identificar como estas poderiam vir a ser úteis no suprimento de informações acerca da temática e do recorte de tempo estabelecido. De início, selecionamos três periódicos pernambucanos *A Província*, *Jornal do Recife* e *Jornal Pequeno*. Nessa etapa, alguns volumes da obra *História da Imprensa de Pernambuco*, de Luiz do Nascimento, foram fundamentais para compreendermos melhor os títulos escolhidos. No concernente aos critérios para tal seleção, elencamos dentre eles: conter publicações de notícias, matérias e entrevistas envolvendo a luta pela emancipação política das mulheres; publicar artigos de opinião, de preferência, expondo as reações antifeministas; ter circulado por um período de tempo estável; e ter proporcionado espaço para a atuação feminina em seus corpos editoriais.

O *Jornal do Recife*, por exemplo, surgiu como uma revista semanal de ciências, letras e artes, sob a direção de José de Vasconcelos. Tendo seu primeiro número publicado em 1º de janeiro de 1859, era impresso inicialmente na Tipografia Acadêmica, à rua do Colégio, atual rua do Imperador[19], nº 21 e saía num formato de

[19] Fruto da junção de três ruas (rua São Francisco, rua da Cadeia Nova e rua do Colégio), foi batizada de rua do Imperador, pelo Conselho Provincial, em 5 de dezembro de 1859 — ano da visita do Imperador D. Pedro II ao Recife. Como a maioria das ruas centrais da cidade, foi praia, nos seus

28x21 cm, com oito páginas. A assinatura mensal custava cerca de $500 para os(as) recifenses e $600 para os que residissem fora do Recife e era realizada mediante pagamento adiantado. A direção defendia o seguinte programa:

> Instruir sem pedantismo, deleitar sem mau gosto e moralizar sem aborrecimento. Os meios que para isto empregaremos serão aqueles que estiverem ao alcance de qualquer inteligência, porque escrevemos para todas as classes da sociedade [...]. Trazer os nossos leitores a par de todo o movimento social, quer no mundo da política, quer no da ciência, quer no dia da indústria, será sempre o nosso primeiro cuidado[20].

Com o passar do tempo, a tímida publicação tomou corpo. Cresceu no número de páginas, de tiragem, de anúncios comerciais e passou pelas mãos de outros dirigentes, dentre eles: Sigismundo Gonçalves, Ulisses Viana, José Vasconcelos, José Izidoro Martins e Tomé Gibson. Foi no decorrer do século XX que o *Jornal do Recife* "[...] se modernizou, ostentando grandes ilustrações na primeira página, não só de moda e acontecimentos sociais, mas também artísticos e flagrantes [...] as matérias eram ricas e variadas [...][21]". Tais etapas foram comuns, de modo geral, aos periódicos que circularam no Recife e no Brasil. Conforme iam conquistando um público fiel, enxergavam a possibilidade de aumentar o valor do exemplar e o preço para anunciantes, pois essa era a forma mais garantida de se manterem ativos no mercado.

Já o jornal *A Província*, que trazia o subtítulo de *Órgão do Partido Liberal*, começou a ser publicado no dia 6 de setembro de 1872[22], em formato de 45x29 cm, dispondo de quatro páginas de quatro colunas, sob a direção de José Mariano Carneiro da Cunha. Com a adoção do regime republicano, os objetivos e o programa do periódico em questão foram alterados por diversas vezes. Não somente os objetivos, mas também o local de impressão, a sede e os interesses políticos. Se existia algo compartilhado frequentemente por tais jornais eram as inúmeras

---

primórdios, depois do Convento — a primeira construção de porte feita na Ilha e algumas casinhas terreiras de moradores ao seu lado — era tudo que existia na localidade. Depois foram chegando os vizinhos e, por fim, o invasor que lhe deu prestígio e a tomou como coisa sua. As cavalhadas corriam ao seu longo, e muitos prêmios recebiam os "cavaleiros" e "cavalheiros". Poderia ser chamada de *rua da Imprensa*, tal o número de jornais que nela existiram, dentre eles: *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno*, *Diário da Tarde*, jornal *A Noite*, *Diário da Noite* e, ainda em circulação, o *Jornal do Commercio* (CAVALCANTI, Carlos e CAVALCANTI, Vanildo. **O Recife e suas ruas. Se essas ruas fossem minhas...** Recife: IAHGP, 2010, p.62-63).

[20] NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária UFPE, v.2, 1966, p.94-95.

[21] Ibid., p.145.

[22] A partir de 1876, o jornal *A Província*, passou também a circular em uma edição vespertina. (Ibid., p.184).

desavenças ideológicas que quase os colocavam em um “campo de batalha”. Não foram poucos os episódios em que seus representantes resolveram as diferenças sob ameaças ou até mesmo por meio de confrontos físicos.

Completando a tríade das fontes principais, o *Jornal Pequeno* ocupou o posto de vespertino mais antigo em circulação no Norte do Brasil. Seu primeiro número foi publicado em 24 de julho de 1899, em formato acima de médio, 51x36 cm e com quatro páginas de cinco colunas. Seus diretores eram Hersílio de Sousa, Júlio Falcão e Paulo de Arruda. A assinatura anual custava 12$000 para os(as) recifenses e 13$500 para os(as) que residissem fora da cidade. O exemplar avulso custava $100. O referido periódico era impresso na Tipografia Miranda, à rua Duque de Caxias[23], nº 37, no mesmo local em que funcionava provisoriamente sua redação e sua administração[24]. O *Jornal Pequeno* ficou bastante conhecido por publicar os repercutidos romances históricos de Carneiro Vilela[25] e por ter se envolvido em conflitos e polêmicas com diversas outras folhas, entre elas *A Província* e o *Jornal do Recife*.

Para além dos periódicos supracitados, tivemos contato com publicações originárias de vários estados brasileiros. Essa dinâmica foi de suma importância para observarmos o modo como as matérias eram veiculadas, estabelecer comparações, ou até mesmo interligar dados. Dispusemos do acesso a documentos de domínio público, tanto em arquivos físicos — no caso da Fundação Joaquim Nabuco, sediada no Recife — como nas plataformas virtuais, principalmente no site da Hemeroteca Digital Brasileira[26]. A maior parte do material utilizado encontra-se digitalizada e em bom estado de conservação, garantindo, assim, o acesso a quem possa interessar.

---

[23] Antiga rua do Queimado, devido a um incêndio que acometeu um de seus sobrados, a rua Duque de Caxias é uma das mais antigas do bairro de Santo Antônio. Estendia-se, como ainda hoje, da Pracinha à Praça do Livramento (CAVALCANTI, Carlos e CAVALCANTI, Vanildo. **O Recife e suas ruas. Se essas ruas fossem minhas...** Recife: IAHGP, 2010, p.70-71).

[24] NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Imprensa Universitária (UFPE), v.2, 1966, p.316.

[25] Joaquim Maria Carneiro Vilela nasceu no dia 9 de abril de 1846 no bairro de São José, no Recife. Advindo de uma família abastada e intelectualmente conhecida, teve oportunidade de estudar e formar-se em Direito e atuou como romancista, novelista, poeta, dramaturgo, caricaturista, paisagista e cenógrafo. Escreveu para vários jornais recifenses, como o *Jornal Pequeno*, *Jornal do Recife*, *Correio do Recife*, *A Província* e *Diario de Pernambuco*. Foi no *Jornal Pequeno*, entre os anos de 1909 e 1912, que publicou seu romance mais famoso, *A Emparedada da Rua Nova* (BARBOSA, Virgínia. **Carneiro Vilela**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=534&Itemid=1>. Acesso em: 4 nov. 2017).

[26] Site da Hemeroteca Digital Brasileira: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

Destarte, é fundamental pontuarmos que a pesquisa no âmbito virtual só foi executável graças a maior importância, aos cuidados e à manutenção que vêm sendo conferidos às fontes históricas, embora seja evidente a contínua necessidade de incentivo e financiamento.

No que concerne à utilização das fontes visuais pela História, podemos atestar que ocorreu algo muito semelhante ao exemplo dos periódicos, pois:

> Durante muito tempo o documento escrito foi privilegiado como fonte de reconstrução do passado, em detrimento de outros tipos de fontes. Essa primazia do texto, inerente à concepção de documento histórico, perpassará as primeiras décadas do século XX, até que Lucien Febvre e Marc Bloch insistem na necessidade de ampliação do escopo da noção de documento[27].

A multiplicação dos documentos foi, portanto, responsável por ocasionar alterações no *fazer historiográfico*. Desde então, a fotografia adquiriu o *status* de fonte histórica e os(as) pesquisadores(as) passaram a ressaltar a importância do estudo de seus significados e do seu conteúdo cultural. A especialista Ana Maria Mauad explica que a fotografia é uma fonte histórica que demanda, por parte do historiador(a), um novo tipo de crítica, na qual o testemunho é válido, não importando se o registro foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida[28]. Corroborando esse entendimento, as imagens analisadas nesta dissertação foram extraídas de obras, jornais da época e do Acervo Brasiliana Fotográfica[29], que disponibiliza virtualmente parte do Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Faz-se importante destacar que, embora as imagens não se configurem como o nosso principal objeto de estudo, foram essenciais para a composição e para o enriquecimento da narrativa, auxiliando no cruzamento das informações e na visualização de alguns dos acontecimentos.

---

[27] SÔNEGO, Márcio. A fotografia como fonte histórica. **Revista Historiae**, Rio Grande do Sul, v.1, n.2, p.113, 2010. Disponível: <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2366/1248>. Acesso em: 17 mar. 2019.

[28] MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (ORGS.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

[29] Brasiliana Fotográfica é um portal virtual que objetiva conferir espaço, visibilidade, fomentar o debate e a reflexão sobre os acervos de fotografia no Brasil. Busca abordar esse gênero documental enquanto fonte primária, mas também enquanto patrimônio digital a ser preservado. A iniciativa conta com a união de esforços da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles. Cf. <http://brasilianafotografica.bn.br/>.

Apesar da acessibilidade aos documentos — sem maiores percalços — isso não se configurou como sinônimo de facilidade. A multiplicidade de discursos, ações, orientações ideológicas e argumentos defendidos pelos movimentos feministas e pela reação antifeminista, por vezes, levaram-nos a reflexões complexas e desencadearam muitas dúvidas. Tornou-se indispensável o estudo e a apropriação de uma série de elementos para assimilar o contexto histórico investigado, por exemplo: os hábitos e comportamentos sociais, a lógica de funcionamento do governo vigente, o cotidiano das décadas de 1920 e 1930, o padrão de beleza feminino imposto, os lugares ocupados por homens e mulheres, entre outros.

Somado ao esforço interpretativo, houve também o metodológico. A realização de análises só se tornou viável devido à sistematização do material coletado. Inicialmente foi preciso criar um banco de dados a partir das notícias, entrevistas, dos artigos e das notas pesquisadas. Isso se deu por meio de pastas adequadamente datadas conforme o mês, o ano e a página da publicação identificada. Quanto à divisão temática, organizamos as fontes da seguinte forma:

- Notícias diversas sobre o sufrágio feminino.
- Notícias sobre a emancipação política no Rio Grande do Norte.
- Notícias sobre o processo de alistamento de Martha de Hollanda.
- Notícias referentes a Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.
- Notícias sobre Edwiges de Sá antes da fundação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino.
- Notícias sobre Martha de Hollanda antes da fundação da Cruzada Feminista Brasileira.
- Notícias sobre o II Congresso Internacional Feminista.
- Notícias sobre a FPPF.
- Notícias sobre a Cruzada.
- Notícias, artigos de opinião, charges e entrevistas relacionadas ao antifeminismo.

Esse, sem dúvida, consistiu no momento mais longo e trabalhoso do processo, dado que, para contemplar todo o recorte temporal, executamos, ao menos nos três jornais pernambucanos, o levantamento de cada ano de maneira isolada. Ademais,

ainda foi necessário transcrever todos os textos digitalizados e adequá-los ao português atual. Mantivemos apenas palavras e expressões específicas utilizadas na época e termos em língua estrangeira, visando, assim, não comprometer o sentido original. É de suma importância elucidar que, durante seu desenvolvimento, esta pesquisa redesenhou novos horizontes e passou por alguns reajustes. Em decorrência disso, contamos com o valioso auxílio da pesquisadora Emelly Facundes na busca de documentação complementar.

A soma de todos esses esforços culminou na elaboração e na estruturação de três capítulos:

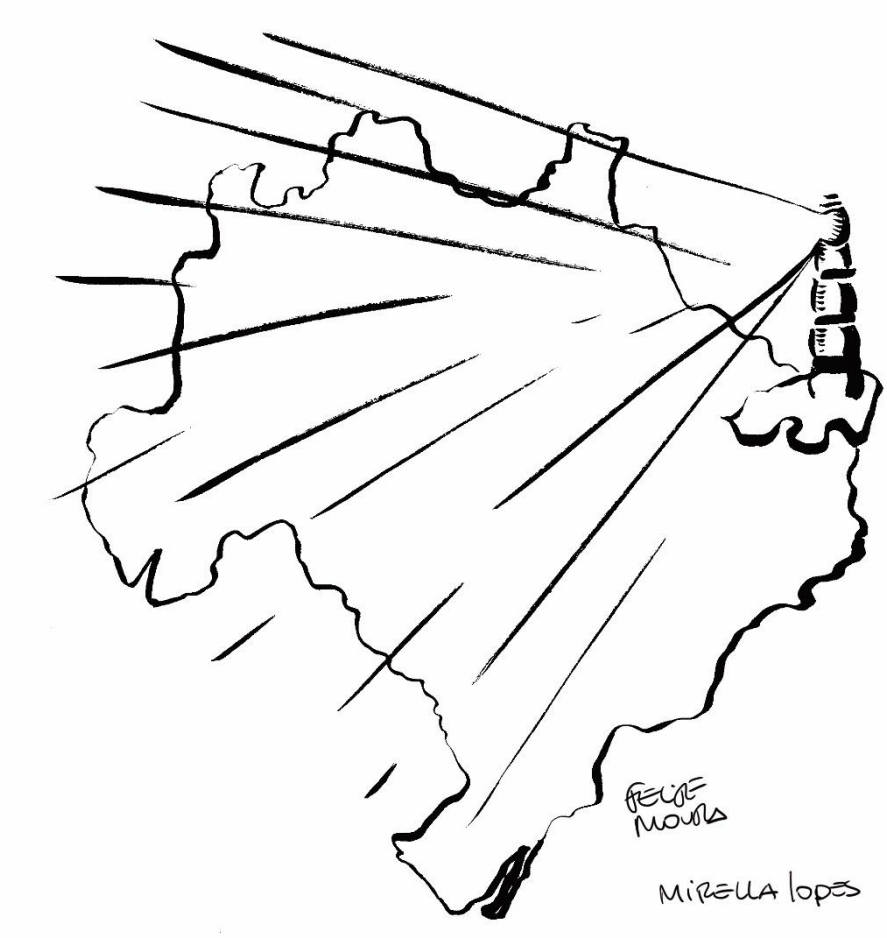
No Capítulo Primeiro, dedicamo-nos a investigar como, diante da cultura política republicana estabelecida, as feministas se instrumentalizaram e buscaram conferir o viés sexual ao debate em prol da conquista da cidadania por meio do exercício do voto. Para tanto, detemo-nos a analisar o cenário que se configurou após a aprovação do sufrágio feminino no Rio Grande do Norte, em 1927, e a trajetória de vida das feministas Martha de Hollanda e Edwiges de Sá Pereira antes destas assumirem a liderança de organizações feministas em Pernambuco.

Já no Capítulo Segundo, dedicamo-nos a verificar a importância do II Congresso Internacional Feminista, realizado em junho de 1931, no Rio de Janeiro, para a articulação das mulheres envolvidas com as pautas feministas, além da influência exercida por esse evento no processo de institucionalização do feminismo em Pernambuco. Partindo disso, analisamos, especificamente, o surgimento da Cruzada Feminista Brasileira e da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino.

Por fim, no Capítulo Terceiro, procuramos averiguar a reação antifeminista e os principais argumentos utilizados para inviabilizar a conquista da cidadania política feminina. Para isso, realizamos a análise de artigos de opinião veiculados por alguns jornais do período em foco buscando, assim, identificar justificativas contrárias à emancipação das mulheres e as razões nas quais estavam pautadas.

1. Capítulo Primeiro

As palavras convencem, o exemplo arrasta: o Rio Grande do Norte e a virada do feminismo no Brasil



A semente dessa grande causa encontrou no meu Estado terreno para germinar. A planta tenra de hoje, crescendo rápida, será árvore amanhã e distenderá seus ramos benfazejos por sobre o território pátrio, deixando cair os seus frutos por todos os Estados da Federação Brasileira [...][30].

[30] Trecho de um dos discursos de Juvenal Lamartine no Senado (As conquistas do feminismo no Brasil. **Jornal do Recife (PE)**, 5 nov. 1927, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira).

1.1 As contradições da República e os primeiros passos rumo à conquista da cidadania política feminina

> Sim 1899, foge para o lado do esquecimento, adormece lá na catacumba do passado. Não mais, nos dê a lembrança do teu cenário político, dos teus duelos de sangue [...]. Foge espavorido, esconde-te nas brumas do tempo; morrerás trancado pela porta do século que também se finda, ligando ao mundo, os emblemas do trabalho à luz da ciência sempre vencedora. E que esse garrulo bebê venha iluminado pela luz do novo século, que o ano de 1900 seja aclarado pela profecia do bem, da justiça, da igualdade e fraternidade humanas; aspirações essas que nascem da civilização! [...][31].

A chegada de um novo século traz consigo uma série de incertezas e esperanças. E dessa vez não foi diferente... Aqueles(as) que vivenciaram a expectativa da transição dos oitocentos para os novecentos — como aponta o trecho retirado de uma coluna do jornal *O Fluminense* (RJ)[32] — pareciam ansiosos(as) pelo porvir. No decorrer do século XIX, o mundo assistiu à eclosão de inúmeras guerras; a fragmentação de notáveis impérios; ao ápice da Revolução Industrial; ao surgimento de movimentos artísticos e invenções tecnológicas[33] e à disseminação dos ideais positivistas[34], firmados pelo filósofo francês Auguste Comte.

Especificamente no Brasil, o prelúdio da nova centúria veio acompanhado de uma mudança governamental recente: a instauração da República, em 1889. Como já abordado em diversos trabalhos cuja temática versa sobre a sociedade brasileira nas décadas de 1910 e 1920, foi nesse contexto que uma gama de transformações pediu passagem e se espalhou pelas principais capitais brasileiras. Evidentemente, isso não ocorreu de forma brusca. Foi necessário um processo lento e gradativo, que

---

[31] De vez em quando. **Jornal O Fluminense (RJ)**, 3 jan. 1900, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

[32] Fundado em Niterói no dia 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos. Embora inicialmente fosse publicado três vezes por semana, às quartas, sextas-feiras e aos domingos, a partir de 1892 passou a ser editado diariamente, permanecendo até hoje em circulação (COUTO, André e LEAL, Carlos. **Verbete O Fluminense**. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>. Acesso em 10 out. 2018).

[33] O tear de Jacquard (1801); torno mecânico de Roberts (1817); a locomotiva rocket de Stephenson (1829); o cinematógrafo dos irmãos Lumière (1894) foram algumas das inúmeras inovações que surgiram no decorrer do século XIX. Cf. CHALINE, Eric. **50 máquinas que mudaram o rumo da História**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

[34] O Positivismo é uma das doutrinas filosóficas derivadas do Iluminismo. Sua origem mais remota encontra-se em Condorcet, filósofo vinculado à *Enciclopédia*, para quem era possível criar-se uma ciência da sociedade com base na matemática social, de acordo com Michael Löwy. Foi com Augusto Comte (1798-1857) que o Positivismo se tornou uma escola filosófica (PENA, Lincoln. **Verbete Positivismo**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018, p.1).

possibilitou a assimilação da nova ordem urbana e dos novos comportamentos por parte da elite e das camadas populares, uma vez que:

> [...] O entendimento da dimensão política de uma determinada sociedade passa não somente pelo processo formal, mas também pela percepção dos códigos culturais que essa articula acerca do poder [...]. As representações que determinada sociedade constrói e dissemina no seu imaginário social sobre o jogo político, apontam para as formas como essa dimensão é socialmente apreendida. Da mesma maneira, o entendimento das práticas socialmente legitimadas [...] apontam para as possibilidades de ação política de seus membros[35].

A partir dessa perspectiva, a vigência do modelo de governo republicano foi responsável por consequências impactantes, estimuladas, principalmente, por um novo dinamismo no contexto da economia internacional. Tais consequências alteraram a ordem e as hierarquias sociais, as noções de espaço e tempo dos indivíduos e os modos de percepção do cotidiano[36]. Para além da mudança na forma de governo citada, houve igualmente a preocupação em fomentar um projeto político ideológico baseado em valores como *progresso*, *ordem*, *modernização* e *civilidade*. Sobre tal questão, analisa Maria Bernadete Flores:

> Esse projeto era fundamentado no discurso médico da higiene, da urbanização e da educação cívica. O eugenismo ou "teoria das raças" se difundiu como ideário basilar para o planejamento dessa nova nação. Essa ideologia atrelava a ideia de "progresso e civilização" à pureza da raça, entendendo a miscigenação como uma das causas do atraso e da degeneração da nação[37].

Grande parte da população não se deparou, portanto, apenas com o desafio da adaptação a um outro sistema político e ideológico, mas também se viu diante da promessa do cumprimento de ideais que há muito haviam sido preconizados pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, mas que estavam bem distantes da realidade:

---

[35] PACHECO, Ricardo. Cultura política republicana: sociabilidade e mobilização eleitoral na República Velha (Porto Alegre 1889–1930). **Revista Trajetos**, Ceará, v.1, n.1, p.2, 2001. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/42/19>. Acesso em: 10 out. 2018.

[36] SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau. (ORGS.). **História da vida privada no Brasil**, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[37] FLORES, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt. Revista Estudos Feministas, v.10, n.1, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt> apud FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p.7-8. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

igualdade, liberdade e fraternidade. Parecia, enfim, ter chegado o momento em que esses valores transporiam os discursos inflamados para tornarem-se reais no âmbito prático. No entanto, veremos que isso não se concretizou de forma plena.

Com efeito, a escravidão já não era mais legitimada e o ideal democrático anunciado pela República criou condições para o estabelecimento de uma ordem capitalista moderna, estimulada pela imigração europeia e pelo trabalho assalariado. Juntamente a essa nova ordem e forma de governo inspirada na democracia — ainda que aos moldes liberais —, surgia uma nova cultura política.

Partimos do entendimento que o termo *cultura política* é utilizado para designar "o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos[38]". Em outras palavras, corroboramos com a ideia de que a formação da cultura política em uma dada sociedade é resultado da distribuição de conhecimento acerca das instituições, da atuação de forças políticas e de suas práticas por parte dos indivíduos que a integram. Ou seja, consiste na forma como o "sistema político é interiorizado e expressado nas cognições, nos sentimentos e nas avaliações de seus membros[39]".

A jovem República foi palco da redefinição dos espaços público e privado; teve um novo Código Civil promulgado, em 1916; assistiu ao casamento ser laicizado pelo Estado e presenciou as classes média e trabalhadora urbana tornarem-se atrizes permanentes das lutas encenadas nas ruas de todo o país[40]. Contudo, isso não foi o bastante e uma questão pairava diante das marcas profundas da desigualdade e contradições deixadas pelo século XIX: como transformar uma população tão heterogênea em termos de educação e poder econômico em potenciais cidadãos? E como resolver a questão feminina, tendo em vista que as mulheres continuavam alijadas do exercício da cidadania, mesmo com a promulgação da Constituição de 1891?

---

[38] BOBBIO, Norberto, et. al. **Dicionário de Política**, v.1. Brasília: UNB, 1998, p.306.

[39] BAPTISTA, Leonardo. O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. In: V Encontro Internacional de História UFES/Paris-Est, Espírito Santo, 2015. **Anais eletrônicos...** Espírito Santo, 2015, p.666. Disponível em: <http://periódicos.ufes.br/UFESUPEM/article/download/11781/8477>.

[40] NASCIMENTO, Alcileide. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927–1932). **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v.26, n.2, p.2, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44481/37103>. Acesso em: 2 out. 2018.

É certo que as mulheres já discutiam e faziam política mesmo sem serem oficialmente vistas como cidadãs. Mas foi preciso resistir, aprender a se movimentar e criar estratégias. Não havia como apenas aguardar o momento em que os homens resolvessem conceder-lhes emancipação. Assim sendo, "[...] tornaram-se atrizes de suas histórias, rompendo com séculos de sujeição, ao mesmo tempo em que saíam da condição de coadjuvantes...[41]".

Com base nisso, o presente capítulo tem por objetivo investigar como, diante da cultura política republicana estabelecida, as feministas se instrumentalizaram e buscaram conferir o viés sexual ao debate em prol da conquista da cidadania por meio do exercício do voto. Para tanto, detemos-nos a analisar o cenário que se configurou após à aprovação do voto feminino no Rio Grande do Norte, em 1927 e a trajetória de vida das feministas Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda, antes de assumirem a liderança de organizações feministas em Pernambuco.

1.2 O debate ganha sexo: quem melhor que a mulher poderá cuidar de seus próprios interesses?

"O papel que o belo sexo desempenha na família reflete-se de um modo eloquente na civilização de um povo, é por assim dizer o baluarte em que se sustem a sociedade inteira[42]." Com essas palavras publicadas no início da década de 1920 em uma coluna do periódico *Jornal do Recife* (PE), o jornalista Sylvio Rabelo resumia o que era esperado do sexo feminino no recém instituído contexto republicano no Brasil. Nesse cenário:

> A "nova família" também exigia uma "nova mulher": uma mãe dedicada que dispensava atenção ao cuidado e à educação dos filhos, responsabilizando-se também pela "formação moral" das crianças. Essa "nova mulher" seria também a voz. Desobrigada agora de qualquer trabalho "produtivo", a mulher estaria voltada inteiramente aos afazeres do lar, o espaço feminino por excelência, ao passo que o espaço público seria o domínio dos homens [...][43].

---

[41] NASCIMENTO, Alcileide. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927–1932). **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v.26, n.2, p.2, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44481/37103>. Acesso em: 2 out. 2018.

[42] Colaboração: uma campanha. **Jornal do Recife (PE)**, 24 jun. 1920, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

[43] SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.17.

Potência civilizadora! Esta era, portanto, a causa que a figura feminina deveria se preocupar em abraçar. Nada de outras atribuições. No máximo, o desempenho de atividades caritativas — que já eram realizadas desde o século anterior e não ofereciam "perigos" à ordem social. O lar, o marido e os filhos já exigiam dedicação o bastante e deveriam continuar sendo prioridade. Ou seja, as mulheres dispunham de um espaço de realização muito restrito, "definido pelos papéis que a 'natureza' lhes havia determinado e pela moral imperante na época. Todo e qualquer desvio de comportamento poderia gerar críticas, desqualificação e, até mesmo, marginalização [...][44]". Apesar dos "avanços" em defesa da liberdade individual característicos à época, "[...] as teorias liberais sustentavam o discurso de manter a mulher reclusa ao espaço doméstico. A sociedade familiar deveria ser separada da sociedade política[45]".

Ainda que este fosse o modelo legitimado pelo Estado, as próprias transformações nas estruturas sociais, políticas e econômicas decorrentes da transição da Monarquia para a República iam de encontro às convicções que tentavam ser implantadas. A maioria da população feminina — pertencente às classes menos abastadas ou fruto do antigo sistema escravocrata — não possuía condições de permanecer restrita ao lar. Era preciso buscar trabalho para manter a sobrevivência de sua família. Vê-las, portanto, ultrapassando "[...] mais enfaticamente as soleiras das portas, causou uma impressão de invasão aos olhos de homens e mulheres educados nas famílias patriarcais[46]".

Desse modo, a sociedade de então passava a assistir o início da ruptura entre os limites dos âmbitos público e privado, tendo em vista que:

> [...] além das mulheres pobres já inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também as pertencentes aos segmentos médios e mais elevados da sociedade, uma vez que, com a industrialização, tornou-se crescente a necessidade de contribuição financeira por parte também das mulheres[47].

---

[44] SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.21.

[45] PASSOS, Carla. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico do pensamento liberal. In: Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades e deslocamentos, Santa Catarina, 2010. **Anais eletrônicos**... Bahia, p.1, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277554486_ARQUIVO_fazendogenero9antagonismosdapoliticaliberal.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

[46] BARROS, Natália. Os arriscados voos da vida: práticas femininas e deslocamentos dos espaços dos gêneros nos anos 1920. In: BARROS, Natália e REZENDE; Antônio Paulo e SILVA, Jaílson (ORGS.). **Os anos 1920**: histórias de um tempo. Recife: Editora Universitária, 2012, p.57.

[47] SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.218.

Ora, é bem verdade que a experiência de ocupar o espaço público e reivindicar melhores condições de vida não foi algo inédito e singular ao século XX. Segundo, Maria Thereza Bernardes, desde 1850 é possível identificar mulheres formando grupos para discutir os temas que lhe afligiam[48]. Geralmente, algumas filhas de profissionais liberais e homens letrados já publicavam na imprensa pleiteando o ingresso da figura feminina na vida pública; propondo reformas na legislação matrimonial; discutindo o direito ao voto e a elegibilidade, bem como abordando a importância de obter o acesso à instrução. Então, o que especificamente diferenciava a atuação feminina dos anos iniciais do século XX e a de meados do XIX, além do fato de essas mulheres desfrutarem de um pouco mais de liberdade nos espaços sociais? A solução para o referido questionamento encontra-se no novo conjunto de leis que passava a vigorar no Brasil: a Constituição de 1891.

A ideia de inserir as mulheres no corpo eleitoral brasileiro é formalmente registrada desde a Primeira Carta Constitucional Republicana, na última década do século XIX[49]. No entanto, foi somente a partir da institucionalização do voto universal e consequente eliminação da renda como critério de participação na esfera política, por meio do Art. 70, que uma problemática muito maior ganhou evidência: a desigualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, como analisa Mônica Karawejczyk:

> Ao transpor a barreira do voto censitário, decerto houve uma ampliação da democracia para os homens e uma visibilidade da separação política entre homens e mulheres. A partir de tais mudanças o debate ganha sexo, pois passou-se a questionar a exclusão dessa seara pautada na diferenciação sexual e o reconhecimento da cidadania política por parte das mulheres[50].

Somado a esse fator constitucional, os moldes liberais vigentes denunciavam mais uma contradição ideológica: o mesmo liberalismo que pautava as ações do Estado e pregava a ideia de direito à voz, à emancipação, à liberdade moral e intelectual ao indivíduo incompativelmente negava tais garantias ao sexo feminino. Sobre isso, Carole Pateman, apoiada na crítica feminista, destaca o fato de essa

---

[48] BERNARDES, Maria Thereza. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

[49] KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.16. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso em: 20 abr. 2017.

[50] Ibid., p.28.

doutrina político-econômica ser estruturada por relações patriarcais e de classe, corroborando, dessa maneira, para que a dicotomia entre o espaço público e o privado ofuscasse "a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista[51]".

Perante a tais circunstâncias, foi preciso que parte dessas mulheres — e aqui nos referimos especificamente às brancas, letradas e pertencentes à elite — internalizassem e tomassem consciência acerca da posição de subordinação à qual estavam reduzidas, para que o debate finalmente ganhasse outro viés, o de sexo. Afinal, para que isso viesse a acontecer, era indispensável primeiramente alcançar reconhecimento enquanto *sujeito de direito* perante a legislação, isto é, aquele(a) "a quem a lei — em sentido amplo — atribui direitos e obrigações, e cujo comportamento se pretende regular[52]". A inexistência civil foi, dessa maneira, um grande obstáculo para o alcance de conquistas por parte das mulheres do século XIX, ainda que estas já se organizassem e se articulassem, como mencionamos. Apenas no início do século seguinte, em decorrência da fragilidade da dicotomia do público X privado e da argumentação pautada em brechas constitucionais, tornou-se possível intensificar a luta na transposição dessas barreiras. Partindo desse pressuposto, as feministas instrumentalizaram suas reivindicações e deram asas a um projeto de sociedade que rompia com o patriarcado[53].

Para levar esse projeto adiante, a saída parecia ser mesmo o enfrentamento[54]. Aos poucos, essas mulheres foram se apropriando dos códigos da cultura política republicana vigorante e fizeram emergir uma cultura política feminista, já que "[...] problematizaram discursivamente as relações de gênero, as desigualdades abissais entre homens e mulheres e afirmaram que essas desigualdades e a pretensa superioridade masculina não pertenciam à natureza humana, mas à cultura[55]". Era,

---

[51] PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (ORGS.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013, p.57.
[52] KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.191.
[53] NASCIMENTO, Alcileide. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927–1932). **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v.26, n.2, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44481/37103>. Acesso em: 2 out. 2018.
[54] Quanto ao emprego do termo *enfrentamento*, refiro-me ao posicionamento das feministas de transgredir a condição de sujeição política e social que lhes acometia. É imprescindível destacar, portanto, que houve várias formas para que isso ocorresse. Grande parte das organizações surgidas nesse período optou por questionar as normas e pleitear direitos a partir de um viés mais moderado, mas houve também as que assumiram um caráter mais radical com relação aos seus objetivos e ações. Esse assunto será tratado com mais especificidade no decorrer do capítulo.
[55] NASCIMENTO, op. cit., p.2.

portanto, devido ao viés cultural estabelecido que a figura feminina era excluída do acesso à educação e desfrutava de menos oportunidades. Logo, era esse ponto em específico que precisava ser discutido e colocado na ordem do dia. Sobre esse novo quadro, Rachel Soihet elenca que:

> Iniciam-se as reivindicações por aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão das barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. Acesso pleno à educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade foram, então, considerados instrumentos essenciais ao alcance desses objetivos[56].

Mas, afinal, quem eram essas mulheres e o que almejavam? A princípio, antes de corporificá-las, é essencial compreendermos o universo que as circundava. Isso porque a questão da participação feminina na esfera política ganha maior visibilidade no Brasil durante a primeira metade da República, mas já era questionada desde a Revolução Francesa[57].

Nos detendo brevemente ao panorama internacional, destacamos a importância e contribuição de mulheres como a francesa, Olympe de Gouges[58], que ousou problematizar a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*[59], questionando os motivos pelos quais o referido documento não estendia os mesmos benefícios ao sexo feminino. Gouges não foi a única a demonstrar insatisfação com a exclusão feminina perante direitos ditos "universais". A inglesa Mary Wollstonecraft[60],

---

[56] SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.218.

[57] A participação das mulheres na política foi discutida pela primeira vez durante a Revolução Francesa, embora anteriormente tenham existido mulheres que assumiram governos monárquicos e que se tornaram rainhas ouvidas e respeitadas em suas decisões políticas. Essa consideração, porém, não se devia à visão dessas mulheres como indivíduos com direitos políticos, mas ao fato de suas famílias serem nobres detentoras de poder (MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018, p.13).

[58] Batizada como Marie Gouze, Olympe de Gouges nasceu em 1755, no sul da França. Viúva, mudou-se para Paris, onde começou a frequentar os meios literários e a escrever peças de teatro e romances com o pseudônimo de Olympe de Gouges. Participante de um clube abolicionista, escreveu *A escravidão dos negros*, peça que suscitou forte reação das autoridades, pois abordava assunto controvertido, além de ser escrita por uma mulher. Envolvida na agitação política do momento revolucionário, escreveu um documento que chamou *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, publicado em 1791. Morreu na guilhotina, em 1793 (Ibid., p.16).

[59] Documento que definia que todos os homens nasciam livres e tinham direitos iguais, além de estabelecer um conjunto de direitos de que nenhum governante, sob qualquer motivo, podia privar o cidadão. Esses direitos consistiam em ser livre, ter propriedade, ter segurança e resistir à opressão (Ibid., p.14).

[60] Mary Wollstonecraft nasceu em 1759, em Londres, mesmo local em que também faleceu, em 1797. Trabalhou como instrutora infantil e governanta até ser admitida como colaboradora de um editor. Escreveu vários trabalhos publicados, e seu livro mais conhecido, *A vindication of the woman*, veio a público em 1792. No mesmo ano mudou-se para Paris, a fim de acompanhar os acontecimentos políticos de sua época. Algum tempo depois, retornou à Inglaterra, onde passou a integrar um grupo político e literário de vanguarda (Ibid., p. 19).

por exemplo, criticou e rebateu a ideia de inferioridade intelectual das mulheres, sustentada na época pelo filósofo Jean Jacques Rousseau. Em sua obra principal, nomeada de *A reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft já reconhecia e defendia o acesso à instrução como um elemento fundamental na vida das mulheres, além de denunciar as práticas sociais que as mantinham aprisionadas na ignorância. A inglesa alegava que essa situação também "tornava inviável a integração das mulheres na vida política, porque elas chegavam à vida adulta despreparadas para formar opinião própria acerca das questões públicas[61]".

Com o passar do tempo, essa série de posicionamentos e questionamentos foi ganhando corpo e deu origem às primeiras organizações feministas na Europa e na América do Norte. Como nosso objetivo não se concentra na análise detalhada da trajetória ou das ações desses movimentos, é suficiente destacar que os ideais defendidos por essas mulheres, bem como suas atuações, estampavam frequentemente as páginas dos principais jornais brasileiros. A exemplo disso, a notícia publicada no jornal *A Noite* (RJ) informava:

> O movimento feminista inglês para obtenção do voto para as mulheres vem tomando uma importância considerável. A vida inglesa tem sofrido constantes perturbações, devido aos processos que as *suffragettes* têm posto em ação para fazer propaganda de suas ideias. Esses processos atingiram ultimamente o auge da violência. Chegam a irritar o ânimo de toda a gente que não comunga fervorosamente em suas ideias. Elas, no entanto, sabem o que querem. Vêm empregando, para afirmar os seus desejos, diferentes meios que são talvez discutíveis, mas não se lhes pode absolutamente imputar a falta de continuação nas ideias e nos meios de ação [...][62].

Um outro fragmento veiculado no *Jornal Pequeno* (PE) noticiava em tom alarmante: "LONDRES, 8 – No pleito municipal aqui realizado foram eleitas 100 mulheres [...]. O feminismo na Inglaterra é uma alavanca poderosa, de enormes proporções, que o poder do outro sexo abala e arranca!"[63]

Por meio dos trechos acima, torna-se evidente que as organizações feministas inglesas despertavam temor. Em virtude de seu caráter mais radical e de suas táticas consideradas agressivas, esse feminismo perpetuou-se no imaginário popular como o representante do movimento em prol dos direitos políticos da mulher e, segundo a

---

[61] MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018, p.20.
[62] As *suffragettes* precipitam os seus meios de ação. **Jornal A Noite (RJ)**, 14 jun. 1913, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[63] Glosas. **Jornal Pequeno (PE)**, 5 nov. 1928, p.3.

pesquisadora Mônica Karawejczyk, foi responsável por influenciar o primeiro movimento organizado no Brasil[64]: o Partido Republicano Feminino[65], liderado por Leolinda Daltro[66] e criado no ano de 1910.

Daltro sabia articular-se bem. Aproveitava a aproximação de figuras políticas masculinas de destaque para dar visibilidade aos atos do partido, comparecia a eventos que pudessem causar repercussão na imprensa e procurava apoio de políticos já consagrados. No entanto, seu pioneirismo não foi bem recebido na época, e sua imagem passou a ser constantemente veiculada pelos jornais à de feministas inglesas, prejudicando, decerto, a sua campanha.

Enquanto isso, as insatisfações femininas cresciam. As mulheres endossavam as reivindicações pelo acesso à instrução de qualidade e problematizavam as diferenças curriculares impostas ao sexo feminino e masculino, pois "a profissionalização como fruto da instrução era apontada como uma necessidade[67]". Que o voto era carro-chefe da emancipação não há dúvidas, até mesmo porque as pesquisas realizadas até o presente momento já suprem de modo satisfatório esse questionamento. Logo, as feministas não enxergavam o voto apenas como algo que protegeria seus interesses no processo político. Como atesta Ellen Du Bois:

> [...] elas também esperavam que a emancipação transformasse a consciência da mulher, para retomar sua autoimagem, não na

---

[64] KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios a questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850–1932). 2013. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[65] Em dezembro de 1910, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro professoras, escritoras e donas de casa, somando ao todo 27 mulheres, que concordaram em assinar a ata de fundação de um partido político que tinha como objetivo integrá-las na sociedade política. Estava fundado o Partido Republicano Feminino. O grupo buscava representar as mulheres brasileiras na capital federal e em todos os estados do Brasil, promovendo a cooperação entre elas na defesa das causas relativas ao progresso do país e de sua cidadania. Assim, o seu programa de ações destacava a luta pelo sufrágio feminino como primeiro passo para a plena incorporação das mulheres ao mundo público (MELO, Hildete e MARQUES, Teresa Cristina. **Verbete Partido Republicano Feminino**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018).

[66] Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu no Recôncavo Baiano na década de 1860, filha de mãe índia tupinambá e de pai português. Casou-se muito jovem e, após separar-se do marido, criou os cinco filhos sozinha. Viveu do magistério e defendeu causas políticas que poucos ousaram abraçar no seu tempo: a defesa dos indígenas, a educação e o sufrágio feminino. Foi candidata à Intendência Municipal em 1919 e candidata a deputada federal em 1933. Faleceu em 1935, vítima de atropelamento no Rio de Janeiro (MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018, p.76).

[67] SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov./dez., n.15, p.98, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a07.pdf>. Acesso em: 5 out. 2018.

> subordinação de seu papel familiar, mas na individualidade e autodeterminação que elas viam na cidadania[68].

Por meio de estudos como os de Rachel Soihet, Susan Besse e Céli Regina Pinto, podemos verificar que grande parte dos movimentos feministas surgidos no Brasil nesse período entendia o exercício da cidadania política como ponto de partida para garantir representatividade e igualdade. Mas é igualmente importante destacar que os objetivos não se limitavam ao sufrágio, pois:

> Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, principalmente na indústria, intensificou-se a demanda por direitos específicos à mulher trabalhadora. Dentre eles, o direito à licença-maternidade e também ao fim da jornada noturna, demanda prevista no rol de reivindicações da Greve Geral de 1917. Ressaltar a luta das mulheres trabalhadoras nesse período é fundamental para que o movimento feminista e sufragista não seja, mais uma vez, considerado apenas como um movimento de mulheres brancas. Mulheres negras e trabalhadoras se engajaram nas lutas e tiveram papel central na conquista de direitos[69].

Nesse ínterim, em 1918, retornava da Europa uma mulher que conheceu de perto os movimentos feministas desenvolvidos no referido continente. Após cursar Biologia na França, Bertha Maria Júlia Lutz[70] desembarcou em solo brasileiro e dedicou-se a auxiliar seu pai, o médico e cientista Adolpho Lutz, em seu trabalho no Instituto Oswaldo Cruz.

---

[68] DU BOIS, Ellen. The radicalism of the woman suffrage movement: notes toward the reconstruction of nineteenth-century feminism. **Feminist Studies**. University of Maryland, vol.3, n.1/2, Autumn, p.67, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3518956?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 mai. 2017.

[69] GALVÃO, Laila Maia. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.179, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/16786/15885>. Acesso em: 12 out. 2018.

[70] Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, em 1864, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1976. Formou-se em Biologia, em 1918, na França. No ano seguinte, prestou concurso para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e tornou-se a segunda mulher a ser admitida no serviço público federal por meio de concurso. Formou-se em Direito em 1933. Foi candidata a deputada em 1933 e 1934, tendo alcançado a primeira suplência nos dois pleitos. Tomou posse na Câmara dos Deputados em 1936 por motivo de falecimento do titular. Foi a primeira mulher a integrar uma delegação diplomática brasileira, em 1945, na conferência em que foi redigida a Carta das Nações Unidas. Integrou, ainda, a delegação brasileira na Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México, em 1975. Escolheu não se casar nem ter filhos (MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018, p.88).

Imagem 1: Leolinda Daltro e Bertha Lutz, respectivamente. A diferença de idade entre as feministas girava em torno de trinta anos, já que não se tem comprovação exata da data de nascimento da primeira. Nas fotografias, feitas em 1933, Daltro tinha por volta de 73 anos e Lutz, 39 anos. Os detalhes não passam despercebidos. É possível notar o contraste na forma de vestir-se: a primeira delas mais sóbria e composta; e a segunda usando trajes mais leves que evidenciavam o colo.

Fonte: O feminismo triunfante. **Revista da Semana (RJ)**, 20 mai. 1933, p. 20. Hemeroteca Digital Brasileira.

No ano seguinte, juntamente a um grupo de companheiras, dentre elas, Maria Lacerda de Moura[71], fundou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM),

[71] Maria Lacerda de Moura nasceu na fazenda de Monte Alverne, em Manhuaçu (MG), no dia 16 de maio de 1887 [...]. Em 1918, lançou o seu primeiro trabalho sobre educação. Em 1919, conheceu o professor e militante anarquista José Oiticica quando este visitou Barbacena, e a partir de então se estabeleceu uma grande amizade entre eles. Em 1920, no Rio de Janeiro, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que se destacaria na luta em favor do voto feminino. Em 1921, mudou-se para São Paulo e tornou-se ativa colaboradora da imprensa operária, publicando em jornais como *A Plebe* e *O Combate*. Seu estilo era panfletário, baseado na emoção. Participou em 1922 da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Bertha Lutz, mas não permaneceu nessa organização, deixando de participar no ano seguinte sob o argumento de que a luta pelo direito do voto era muito limitada para atingir a emancipação feminina [...]. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 20 de março de 1945 (ABREU, Alzira. **Verbete Maria Lacerda Moura**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOURA,%20Maria.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018).

“[...] que se dispunha a fazer reconhecer os direitos da mulher e sua ampla participação na vida pública[72]”. Posteriormente, em 9 de agosto de 1922, tal organização deu lugar ao surgimento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. No entanto, em decorrência de divergências ideológicas, Lutz e Lacerda acabaram por trilhar caminhos opostos.

No concernente à plataforma de ações da FBPF, podemos afirmar que esta previa o alcance da emancipação feminina em todos os níveis. Seus propósitos consistiam em:

> 1. Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina.
> 2. Proteger as mães e a infância.
> 3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino.
> 4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão.
> 5. Estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.
> 6. Assegurar à mulher direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos.
> 7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental[73].

De modo geral, uma das principais estratégias adotadas pela Federação Brasileira para obter êxito frente às suas demandas encontra-se explícita no item 5. O objetivo de *estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público* evidenciava o anseio de Bertha Lutz em transpor as barreiras da então capital federal. Isso ocorreu a partir do esforço dedicado à expansão da FBPF — cooptando afiliadas e organizando uma sólida rede de apoio — e chama atenção para a apropriação e prática de uma cultura política feminista. A título de exemplo, elucidamos a fundação das filiais de São Paulo e Minas gerais ainda no ano de 1922[74].

---

[72] SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov./dez., n.15, p.101, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a07.pdf>. Acesso em: 5 out. 2018.

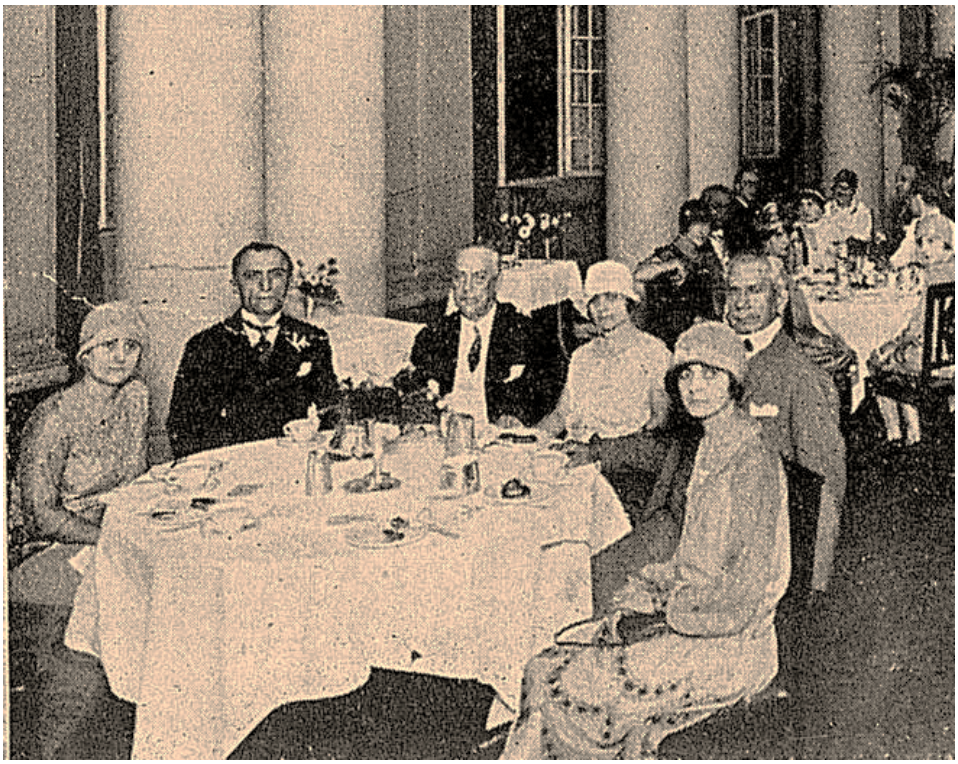
[73] KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.278-279 apud HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.107.

[74] Ibid., p.279.

Provavelmente, essa concepção de estreitar laços e articular as mulheres foi fruto das experiências vivenciadas por Lutz em congressos internacionais e de seu contato com inúmeras pautas feministas em diferentes países. Nesse sentido, a pesquisadora Emelly Facundes pontua que, no âmbito nacional:

> [...] a FBPF buscou organizar uma rede de apoio que se situava ente os segmentos elevados da sociedade; mulheres intelectualizadas, parentes políticos importantes e também mulheres profissionais, empregadas no comércio, professoras e trabalhadoras urbanas. Muitas [...] tinham influências nos altos círculos da imprensa escrita e acesso direto a deputados e senadores. A própria Bertha Lutz era uma mulher da elite, muito bem articulada nos círculos sociais do meio político, se utilizava de seu prestígio para, através do diálogo direto com parlamentares, tentar influenciá-los para a defesa do voto feminino no Congresso[75].

Imagem 2: Chá oferecido pela FBPF em homenagem a Juvenal Lamartine. Apesar da fotografia corresponder ao ano de 1927, Lamartine marcou presença em outros eventos organizados anteriormente pela FBPF. À mesa (da esquerda para a direita), Bertha Lutz, Juvenal Lamartine, o Senador Silvério Nery, a engenheira Carmen Portinho e o Embaixador dos Estados Unidos. O documento não apresenta informações sobre a identidade da senhora do canto direito. A imagem confirma o estreito vínculo existente entre a Federação Brasileira e o político norte-rio-grandense, colaborando, desse modo, para o ganho de visibilidade das causas feministas, em especial a do voto.



Fonte: **Revista da Semana (RJ)**, 9 jun. 1928, p.29. Hemeroteca Digital Brasileira.

[75] FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p. 25-26. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

Nessa conjectura, “[...] várias personalidades políticas e de elevado prestígio social eram convidadas para reuniões e chás de cordialidade [...]”[76]”, oferecidos pelas instituições feministas. Assim sendo, as suas integrantes conseguiram publicidade por meio de entrevistas, reuniões públicas, petições e manifestos.

A historiadora Mônica Karawejczyk destaca que foi justamente entre as idas ao Congresso Nacional para acompanhar os debates sobre o voto feminino e a realização de tais chás e reuniões que Bertha Lutz teve seu primeiro contato com o político norte-rio-grandense Juvenal Lamartine[77]. Mas quem, de fato, era Lamartine? Por quais motivos se atribui a ele tamanha importância no processo de conquista do sufrágio feminino?

1.3 Rio Grande do Norte: um foco luminoso

Viste, Clarinha...?
— O que Alice...?
— A lei do voto feminino no Rio Grande do Norte...
— E gostaste?
— Por que não? É um direito nosso. Pois é justo que sejamos governadas, aceitemos como devemos o governo, e não contribuamos para o eleger?
— Estou de acordo com o teu modo de pensar...
— E toda mulher deve estar de acordo. Pois, então, não temos mentalidade para podermos sufragar candidatos? Não temos o direito de pensar?
Um absurdo...
— Eu, Alice, não esperava que no Brasil já pudesse a mulher votar. Afinal, o homem está cedendo alguma coisa no seu duro egoísmo...
— Uma ideia, Clarinha...
— Qual?
— Vamos todas para a terra potiguar? Sairemos daqui em bandos alegres. Uma revoada de andorinhas numa manhã destas da estação brilhante sob a que estamos. Iremos todas votar no Dr. Lamartine...
— Espirituosa, queridinha, tu és muito. Se pudéssemos realizar esta ideia, seria sim tão bonito![78]

[76] FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p.25-26. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
[77] KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013, p.279. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
[78] O voto feminino. **Jornal A Província (PE)**, 11 nov. 1927, p.5. Hemeroteca Digital Brasileira.

Mais do que um despretensioso diálogo, a interlocução entre Clarinha e Alice, publicada nas páginas do jornal *A Província* (PE), em 1928, representava o desejo e a esperança de muitas feministas brasileiras: a conquista do voto.

Como já vimos, no primeiro decênio do século XX, algumas organizações feministas se institucionalizaram no Brasil e passaram "a desempenhar um papel essencial na formulação dos modos de redefinição da ordem de gênero no país[79]". Apesar de questionar os papéis sociais culturalmente impostos, adquirir visibilidade por meio da imprensa e levantar discussões acerca dos elementos que contribuíam para a manutenção da posição de subordinação feminina; as fontes documentais evidenciam que pouco se avançou em termos de legislação. Novos projetos levantando a possibilidade de aprovar o sufrágio feminino até chegaram a ser apresentados na Câmara, como o do senador Justo Chermont[80], em 1919, o do deputado Nogueira Penido, em 1921, e o do deputado Basílio de Magalhães, em 1924. Entre todos eles, o que chegou mais longe foi o de Chermont, tendo em vista que:

> No segundo semestre de 1927, o assunto retornou à pauta de discussão no Senado. As feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, observaram atentamente esse debate, chegando, inclusive, a acompanhar a sessão da Comissão de Justiça. Enviaram cartas aos senadores, tentando convencê-los a votar a favor do projeto [...], e não satisfeitas, protocolaram no Senado um abaixo-assinado contendo cerca de duas mil assinaturas[81].

Ainda assim, a batalha foi perdida.

Diante dessa conjuntura, era preciso ter cautela e persistência. As feministas deram prosseguimento às campanhas, às reuniões e permaneceram empenhadas em produzir textos para jornais e revistas. Quanto mais mulheres tivessem conhecimento sobre os objetivos e as ações das organizações, mais os ideais se difundiam e a causa ganhava força.

---

[79] BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação ideológica de gênero no Brasil (1914–1940). São Paulo: EDUSP, 1999, p.183.

[80] Justo Pereira Leite Chermont, filho de Antônio Lacerda Chermont e de Catarina Leite Chermont nasceu em Belém do Pará no dia 27 de junho de 1857. De 26 de fevereiro a 23 de novembro de 1891, no governo constitucional de Deodoro, Justo Chermont foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Senador pelo estado do Pará de 1894 a 1909, nas eleições presidenciais de 1902 concorreu sem sucesso à vice-presidência da República apoiado pelos Partidos Republicanos do Pará, Pernambucano e Fluminense. Voltou ao Senado de 1921 a 1926, ano em que faleceu, no dia 2 de abril (SETEMY, Adrianna. **Verbete Justo Chermont**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHERMONT,%20Justo.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019).

[81] MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018, p.97.

É bem verdade que, até meados da década de 1920, alguns homens chegaram a assumir publicamente posições favoráveis à extensão do direito de voto ao sexo feminino, a exemplo do deputado fluminense Maurício de Lacerda[82], que afirmava: "O voto é exercício de um dever de consciência. E a consciência não veste calças nem saias[83]". Todavia, faltava algo de maior concretude; um apoio político que fosse capaz de incluí-las em seus planos governamentais, apresentando, de fato, garantias.

Antes de compreender como esse panorama foi se modificando e sendo preparado, é essencial destacar que, no ano de 1926, o então presidente do Brasil, Arthur Bernardes[84], aprovou a realização de uma revisão constitucional, desde que esta não provocasse modificações aos artigos que dificultavam as tentativas de alistamento eleitoral por parte das mulheres. Contudo, por mais que a emenda "não tenha inserido a possibilidade do voto feminino, ela abriu uma brecha para que no Rio Grande do Norte fosse aprovada uma nova legislação eleitoral estadual em confluência à revisão constitucional de 1926[85]".

A agitação tomava conta da imprensa. Parecia, enfim, que as pretensões feministas tinham encontrado um apoiador comprometido com a causa. Mas quem era ele? E por que o Rio Grande do Norte despontava como pioneiro nessa questão?

---

[82] Maurício Paiva de Lacerda nasceu em Vassouras (RJ), em 1888. Seu pai, Sebastião de Lacerda, exerceu, durante a República Velha, os cargos de deputado federal, ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Prudente de Morais e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Seus irmãos Paulo de Lacerda e Fernando de Lacerda foram importantes dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1909, e atuou, dentre outros cargos, como oficial de gabinete do presidente Hermes da Fonseca, deputado federal pelo Estado do Rio e vereador do Distrito Federal (CPDOC–FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda>. Acesso em: 16 out. 2018).

[83] KARAWEJCZYK, Mônica. O voto e as saias: as repercussões do Projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917). **Revista Autos & Baixas**: justiça, memória e cidadania. Rio Grande do Sul, v.3, n.1, p.68, 2015. Disponível em: < http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas/issue/current/showToc>. Acesso em: 15 out. 2018.

[84]Arthur Bernardes nasceu em Viçosa, Minas Gerais, no dia 8 de agosto de 1875. Filho de Antônio da Silva Bernardes e Maria da Silva Bernardes, iniciou seus estudos no Colégio de Caraça, em Minas, e, depois, em Ouro Preto. Estudou Direito na Faculdade de São Paulo, concluindo o curso em 1900. Foi presidente do Brasil entre os anos de 1922 e 1926 [...]. Entre outros pontos, seu governo foi marcado por uma forte repressão, por rebeliões tenentistas e pela Reforma Constitucional de 1926, que delegou maiores poderes ao Executivo (FRAZÃO, Dilva. **Arthur Bernardes**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/artur_bernardes/>. Acesso em: 16 out. 2018).

[85] GALVÃO, Laila Maia. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.183, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/16786/15885>. Acesso em: 12 out. 2018.

O autor da emenda era Juvenal Lamartine de Faria[86], a quem o jornal *A Província* (PE) se referia como a figura política, para quem se projetava o vivo reconhecimento da mulher brasileira[87]. Nascido em Serra Negra, no estado do Rio Grande do Norte, em 9 de agosto de 1874, Juvenal Lamartine de Faria era filho de Clementino Medeiros de Faria e Paula Monteiro. Seus pais advinham de famílias pertencentes à elite política e econômica da região do Seridó[88]. Iniciou seus estudos de primeiras letras com o seu genitor, homem de costumes severos, para depois, em 1882, aos oito anos, frequentar oficialmente a sala de aula. Ademais, concluiu o curso secundário na cidade de Caicó e em 1891, mudou-se para Natal, dando prosseguimento aos estudos no renomado *Atheneu* norte-rio-grandense. Sempre em contato com estruturas políticas, tornou-se líder da primeira sociedade estudantil estadual, o Grêmio Literário Natalense. Escreveu para diversos periódicos, dentre eles, *O Athleta*, *O Potyguar*, *A República* e *O Nortista*[89]. Alguns anos depois, Lamartine formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, retornando à sua terra natal em 1897, onde atuou como professor, juiz de direito, senador e governador[90].

Homem culto e respeitado por seus pares, Lamartine possuía indiscutivelmente experiência no mundo político. No ano de 1927, em específico, ocupava o cargo de senador da República no Rio Grande do Norte, enquanto o seu sobrinho, José

---

[86] Lamartine é muito lembrado pelo apoio à causa de emancipação política feminina e por ter promovido a expansão da educação escolar primária e profissional no Rio Grande do Norte. Cf. ARAÚJO, Marta Maria e MEDEIROS, Cristiane. A educação do homem culto: o norte-rio-grandense Juvenal Lamartine de Faria (1874–1956). **Revista de Humanidades**, Caicó, v.5, n.10, abr/jun., 2004. Disponível em: < https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/213>. Acesso em: 15 out. 2018.

[87] O voto feminino. **Jornal A Província (PE)**, 20 nov. 1927. Hemeroteca Digital Brasileira.

[88] A Mesorregião Seridó congrega 54 municípios, sendo 28 no Estado do Rio Grande do Norte e 26 no Estado da Paraíba. Abrange uma área de 21.051 km² e possui uma população de 535.826 habitantes. Localizada no interior do Nordeste Semiárido — região caracterizada pela escassez e instabilidade das chuvas, altas temperaturas, baixa umidade e solos de baixa fertilidade — a Mesorregião Seridó tem como suas principais características o Bioma da Caatinga, solos pedregosos, rasos e grande potencial de minério (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO – MINC. **Mesorregião do Seridó**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=78580def-39f8-4148-a177-eccf9a05307b&groupId=63635>. Acesso em: 17 out. 2018).

[89] ARAÚJO, Marta Maria e MEDEIROS, Cristiane. A educação do homem culto: o norte-rio-grandense Juvenal Lamartine de Faria (1874–1956). **Revista de Humanidades**, Caicó, v.5, n.10, abr/jun., p.315, 2004. Disponível em: < https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/213>. Acesso em: 15 out. 2018.

[90] Lamartine foi professor de geografia e vice-diretor do Atheneu Norte Rio-grandense, em 1898; juiz de direito, entre 1893–1903; vice-governador do Estado entre 1904 a 1906; deputado federal, no ano de 1906; senador da República, em 1927 e governador do Rio Grande do Norte, entre 1928 e 1930 (ARAÚJO, Marta Maria e MEDEIROS, Cristiane. A educação do homem culto: o norte-rio-grandense Juvenal Lamartine de Faria (1874–1956). **Revista de Humanidades**, Caicó, v.5, n.10, abr/jun., p.317, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/213>. Acesso em: 15 out. 2018).

Augusto Bezerra de Medeiros[91], cumpria o mandato de governador. O dia 25 de outubro deste mesmo ano marcaria de forma definitiva, não apenas a sua vida como parlamentar, mas toda a esfera legislativa e a sociedade brasileira, que ensaiava as mais variadas reações diante da novidade. Em relação a isso, João Batista Cascudo Rodrigues[92] revela-nos detalhes sobre os bastidores do ocorrido:

> Em Natal, àquela época, já o Congresso Estadual reabrira a sessão legislativa anual [...], visando [...] adaptar a elaboração da lei eleitoral do Rio Grande do Norte à Constituição revista em 1926 [...]. O projeto correu todos os trâmites, até a redação final. Aprovada esta, chega do Rio um telegrama de Juvenal Lamartine, a fim de que fizesse incluir uma disposição consagrando a igualdade de direitos dos cidadãos de ambos os sexos. José Augusto, que era então Presidente do Estado, relutou, e replicou a Lamartine, usando, entre outros, o argumento de que a redação final estava aprovada. Lamartine não se deu por vencido e voltou à carga. José Augusto, deixando de lado os seus escrúpulos de exegeta do texto constitucional, arranjou as coisas, para satisfazer a Lamartine, certo como estava de que tudo aquilo era um fogo de artifício [...] Assim se fez. Quando a lei foi publicada, lá estava a grande "conquista" [...].

A emenda era, portanto, aprovada; e instituía-se no Rio Grande do Norte, a Lei Estadual nº. 660, garantindo, pela primeira vez às mulheres desse estado, o exercício de voto e da elegibilidade. Assim concretizava o Art. 77, das Disposições Gerais do Capítulo XIX: "No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei[93]".

---

[91] José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu em Caicó (RN), no sertão de Seridó, em 22 de outubro de 1884, filho de Manuel Augusto Bezerra de Araújo e de Cândida Olindina de Medeiros. Pertencia a uma importante família de políticos, uma das oligarquias de seu estado. Seu avô materno, José Bernardo de Medeiros, chefe político do Seridó por mais de três décadas no fim do Império e início da República, foi várias vezes deputado estadual e senador pelo Rio Grande do Norte. Seu avô paterno, Silvino Bezerra de Araújo Galvão, foi, como o outro, deputado estadual e líder do Partido Republicano Federal (PRF), além de vice-governador do estado entre 1892 e 1896. Seu pai, bacharel em Direito e professor em Caicó, foi deputado estadual. Seu tio Juvenal Lamartine de Faria foi vice-governador do estado de 1904 a 1906, deputado federal, senador e governador do Rio Grande do Norte de 1928 a 1930 [...]. Durante o tempo em que foi governador, José Augusto adotou pela primeira vez o voto secreto nas eleições estaduais e municipais, elevou várias vilas à categoria de cidade, determinou a cobrança do Imposto Territorial, assinou o decreto que colocou em vigor o Código de Processo Penal e criou a Diretoria Geral de Estatística do estado [...] (MALIN, Mauro. **Verbete José Augusto Bezerra de Medeiros**. CPDOC – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-bezerra-de-medeiros>. Acesso em: 16 out. 2018).

[92] RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira**: direitos políticos e civis. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1982, p.64.

[93] **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE–RN)**. Os 80 anos do voto de saias no Brasil. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>. Acesso em: 15 out. 2018.

Imagem 3: Registro fotográfico de Juvenal Lamartine, ao sair da Câmara do Deputados, onde prestava, no momento, compromisso regimental juntamente a outros parlamentares, em maio de 1924.

Fonte: A nova legislatura. **Revista Fon-Fon:** Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante (RJ), 10 mai. 1924, p.53. Hemeroteca Digital Brasileira.

Entrementes, não podemos deixar de mencionar que a ocorrência dessa abertura política propiciada às mulheres foi consequência do contato de Juvenal Lamartine com Bertha Lutz no Congresso Nacional, que há muito já reivindicava em âmbito nacional a igualdade política e social para o sexo feminino. Conforme já pontuamos, Lamartine e Bertha não só dividiam sessões no Congresso, como também trocavam correspondências frequentemente. Outro ponto que merece ser lembrado diz respeito ao fato de, desde 1922, o político já participar das reuniões e atividades da FBPF, inclusive, homenagens[94].

A notícia da conquista espalhou-se e a repercussão alcançou, até mesmo, outras nações. Muitos telegramas parabenizando às feministas brasileiras chegavam às redações dos jornais:

[94] KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.291. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso em: 20 abr. 2017.

> Rio, 2 – Os jornais publicam numerosos telegramas do estrangeiro, noticiando o entusiasmo causado nas principais cidades, ao ser conhecida a instituição do voto feminino no estado do Rio Grande do Norte. Mulheres de quarenta países dirigiram felicitações ao Brasil por esse motivo[95].

Não apenas elas eram saudadas. Podemos afirmar que uma das consequências da aprovação da dita emenda e da instituição da lei estadual foi o fato de Lamartine ter se tornado um símbolo. Mas do que isso, ele foi responsável por conferir fôlego aos movimentos espalhados pelo país, uma vez que não era fácil resistir às críticas e a um longo caminho de tentativas sem êxito. Abria-se, desse modo, uma nova fase de possibilidades. A notícia veiculada pelo *Diario de Pernambuco* confirma tais expectativas:

> Já chegou a Londres, através do telégrafo pressuroso, a notícia de que o senador Juvenal Lamartine, futuro governador do estado do Rio Grande do Norte, glorioso pedaço de terra desta imensa e magnífica República brasileira, pretende agir em prol dos direitos políticos da mulher. A notícia foi recebida com festas e o nome do senador brasileiro mereceu as mais rasgadas referências da imprensa de Londres e de outras capitais europeias, a qual não poupou adjetivos enaltecedores à plataforma do futuro chefe de Estado, mais do que, talvez, se ela houvesse prometido equilibrar as finanças do país. Adianta o telegrama onde fomos buscar a notícia alvissareira que o jornal feminista *Jusufragi*, órgão da Aliança Internacional das Associações Feministas, instituição que representa nada menos de 42 jornais e revistas dirigidos por senhoras, de vários países, depois de largos encômios ao futuro governador do Rio Grande do Norte, terminou por aclamá-lo um dos precursores na América Latina, do feminismo quase vitorioso. Se o título não é dos mais honoríficos para um chefe de Estado, detentor, decerto, de vários outros mais nobres, não se lhe pode negar, todavia, uma qualidade que nenhum outro logrou conseguir até agora: a de uma larga repercussão em todo o mundo onde há mulheres que sonham com a conquista de direitos políticos [...][96].

As homenagens não se resumiram a telegramas. Um almoço foi oferecido no Jockey Clube do Rio de Janeiro, por amigos e admiradores, não só em virtude desse reconhecimento, mas em decorrência de sua eleição a governador do estado do Rio Grande do Norte — substituindo seu sobrinho José Augusto. A reunião contou com o comparecimento de figuras ilustres, como o sr. Mello Vianna, vice-presidente da República, o sr. Antônio Azeredo, os ministros da Marinha e do Exterior, o presidente da Câmara, ministros da Justiça, da Guerra, da Agricultura e muitas outras

---

[95] Coluna Glosas. **Jornal Pequeno (PE)**. 3 dez. 1927, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.
[96] As vitórias do feminismo. **Diario de Pernambuco**, 2 nov. 1927, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

autoridades[97]. A imprensa, autorizada a participar do evento, registrou trechos do discurso proferido por Lamartine. O senador agradeceu a honra da festividade e falou brevemente sobre suas diretrizes e plano de governo:

> Reafirmo o que disse na minha plataforma política: procurarei continuar a orientação de José Augusto no que se refere também à liberdade da manifestação do voto, para que representem, de fato, a vontade do eleitorado os que exercem um mandato político, partidário, que sempre fui, da representação de classes, ei de me esforçar para que na Assembleia do Estado, independente de sexos, todas elas tenham os seus mandatários[98].

Deixando a capital do país, Lamartine fez uma parada no Recife, onde foi recebido por amigos, admiradores e representantes do estado de Pernambuco que lhe ofertaram um banquete no nobre salão do Palace Hotel. O *Jornal do Recife* (PE) registrou uma série de detalhes da solenidade, talvez no intuito de aproximar o(a) leitor(a) e mostrar-lhe a importância conferida ao referido político. A publicação elencou quem esteve presente, o que foi servido, quem se pronunciou e, por fim, uma entrevista concedida em particular pelo norte-rio-grandense, por meio da qual, mais uma vez, reiterou seu plano de governo. Assim, Lamartine retornou a Natal sob fortes aclamações.

Ainda no ano de 1927, um mês após a aprovação da lei estadual, a professora Celina Guimarães Viana, aos 29 anos, teve seu pedido de alistamento deferido pelo juiz Israel Ferreira Nunes, tornando-se a primeira eleitora reconhecida do Brasil. A mossoroense não foi a única a solicitar o direito de exercer sua cidadania política. No munícipio de Natal, a também professora Júlia Alves Barbosa[99] havia requerido seu alistamento anteriormente a Celina Viana, entretanto o despacho somente foi concedido dias depois. Segundo Semira Vainsencher:

> Júlia Barbosa poderia ter sido a primeira eleitora do Brasil, pois requereu seu alistamento eleitoral no dia 22 de novembro de 1927,

---

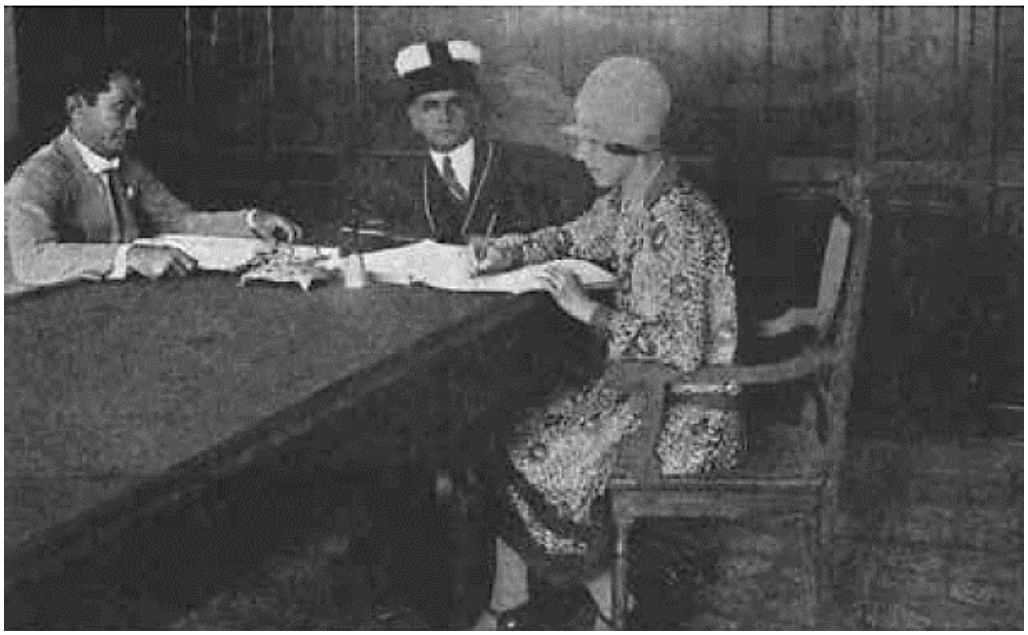
[97] O governo do Rio Grande do Norte. **Jornal do Recife (PE)**, 8 dez. 1927, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

[98] Ibid., p.1.

[99] Educadora, pioneira em movimentos pela emancipação da mulher, engajada na luta contra os preconceitos de sua época, líder nata, Júlia Alves Barbosa Cavalcanti nasceu em Natal (RN) em 1898 e faleceu nessa mesma cidade em 1943. Diplomada professora em 1920, Júlia Alves foi a primeira mulher a ensinar matemática na Escola Normal do Estado, onde entrou por concurso [...]. Em 1º de dezembro de 1927, tornou-se a segunda eleitora do país [...]. Foi uma das fundadoras da Associação de Eleitoras Norte-rio-grandenses que, sob a direção de Francisca Dantas, teve um papel pioneiro no Estado, em termos de conscientização da mulher como cidadã (**FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO.** Júlia Alves Barbosa Cavalcanti: pioneira e líder. Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine (CEPEJUL). Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000106231.PDF>. Acesso em: 16 out. 2018).

> pouco menos de um mês depois de sancionada a Lei Estadual de nº. 660 [...] Porém, a taça do pioneirismo ficou com Celina Guimarães Viana, nascida na cidade de Mossoró/RN, que, na época, por ser casada e contar com o apoio do marido — advogado e professor — teve seu requerimento despachado com rapidez e publicado no Diário Oficial do Estado, antes que o de Júlia Barbosa[100].

Imagem 4: A profa. Júlia Barbosa no ato de seu alistamento eleitoral, em Natal (RN), perante o juiz Manuel Xavier Montenegro (ao centro), responsável por deferir o seu requerimento. No mesmo ano em que conquistou o direito de votar e ser votada, Júlia Alves Barbosa foi eleita para a Câmara Municipal da cidade[101]. Cartão-postal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sem data.



Fonte: MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018, p. 99.Fundo Adolpho Gordo/Centro de Memória – Unicamp.

De todo modo, salvaguardada a importância do momento e do título de primeira eleitora, o que mais desperta a atenção é a rapidez com que as mulheres realizaram o requerimento de inclusão na lista de eleitores de suas respectivas cidades. Isso evidencia o nível de consciência e difusão dos ideais feministas entre as potiguares. O exemplo despertou coragem, e, dessa maneira, outras mulheres passaram a requerer alistamento — por sinal, uma das estratégias definidas pela FBPF. Apesar do número de pedidos ter se intensificado, as recém eleitoras norte-rio-grandeses só

---

[100] VAINSENCHER, Semira. **Júlia Alves Barbosa**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid>. Acesso em: 16 out. 2018.

[101] **FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO**. Júlia Alves Barbosa: a mulher potiguar – cinco séculos de presença. Natal: Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine (CEPEJUL), 1999. Disponível em: < http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000106231.PDF>. Acesso em: 20 dez. 2018.

conseguiram efetivamente fazer valer seu direito nas eleições municipais de abril de 1928. Dessarte, sufragaram da seguinte forma:

> Em Natal, votaram Antônia Fontoura, Carolina Wanderley, Júlia Barbosa e Lourdes Lamartine. Em Mossoró, além de Celina Guimarães, votaram Beatriz Leite e Eliza da Rocha Gurgel. Em Apodi, as primeiras eleitoras foram Maria Salomé Diógenes e Hilda Lopes de Oliveira. Em Pau dos Ferros, Carolina Fernandes Negreiros, Clotilde Ramalho, Francisca Dantas e Joana Cacilda Bessa. Ainda em Caicó e Acari, respectivamente, Júlia Medeiros e Martha Medeiros[102].

Imagem 5: Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, 1928. A fotografia foi publicada no primeiro número da revista *A Cigarra* (SP), mostrando a ação das mulheres que batalhavam pelo voto. Embora não haja identificação das eleitoras, a imagem chama a atenção pelos trajes refinados e pelo estilo semelhante dos cabelos. Foi durante os anos 1920 e 1930 que "a estética de 'menino' (*boywish*) começou a tomar forma pelo corte de cabelo, que passou a simbolizar a era — o bob, ou Chanel curto [...]. O cabelo comprido sempre foi visto como marca de feminilidade; encurtá-lo portanto, era muitas vezes interpretado como um ato político[103]".

Fonte: HEYNEMANN, Claudia e RAINHO, Maria do Carmo. **Memórias das lutas feministas**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=bertha-lutz>. Acesso em: 20 de out. 2018. Acervo Brasiliana Fotográfica.

Além de votar pela primeira vez, algumas mulheres arriscaram candidatar-se ao cargo de intendente municipal, o que hoje corresponderia à função de vereador(a). Júlia Alves Barbosa conseguiu eleger-se na cidade de Natal, e Joana Cacilda Bessa, no munícipio de Pau dos Ferros[104].

---

[102] **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE–RN)**. Os 80 anos do voto de saias no Brasil. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>. Acesso em: 15 out. 2018.

[103] FIELL, Charlotte e DIRIX, Emmanuelle (ORGS.). **A moda da década – 1920**: um panorama completo e ilustrado da indumentária e da beleza nos anos loucos da Era do Jazz. São Paulo: Publifolha, 2014, p.34.

[104] **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE–RN)**, op. cit.

Tudo fluía bem, e parecia mesmo que o exemplo dado pelo Rio Grande do Norte abriria as portas das sessões eleitorais para todas as mulheres brasileiras, mas não foi bem assim.

Um novo obstáculo se impôs: os votos femininos foram anulados nas eleições para o Senado e instaurou-se a dúvida se seriam realmente válidos no âmbito federal. O assunto, portanto, voltou a ser discutido no Congresso, estampando as páginas dos jornais e aflorando os ânimos. Sobre a situação, noticiou o jornal *A Província* (PE):

> O direito do voto feminino na semana finda sofreu um colapso, que foi a crise política estabelecida na comissão de Poderes do Senado a propósito da apuração da eleição do sr. José Augusto, que recebera votos de senhoras em seu estado natal. As sufragistas brasileiras alarmaram-se. Os partidários do voto feminino, outro tanto. Mas não lhes faltou bravura moral para manterem o equilíbrio da causa, cuja vitória integral, está dependendo do *veredictum* do Congresso Brasileiro [...][105].

Tal episódio "foi o último ato de uma longa década marcada por iniciativas que provocavam os homens públicos a posicionarem-se diante do assunto[106]", e o desfecho fez-se contrário às expectativas sufragistas. Os parlamentares decidiram pela autorização da posse de José Augusto, candidato eleito, mas desconsideraram os votos das mulheres.

Bertha Lutz tinha entendimento da gravidade do referido acontecimento e prontamente reagiu em nome da FBPF, publicando um documento que foi nomeado de *Manifesto Feminista*. Por meio dele, enumerou as injustiças a que estavam submetidas as mulheres e ressaltou os prejuízos acarretados pela supressão de seus direitos. É bem provável que Lutz tenha planejado sua viagem à terra do feminismo[107] em agosto de 1928 com o intuito de reforçar a campanha. Sobre isso, Alcileide Cabral do Nascimento narra:

> A visita ilustre provocou verdadeiro *frenesi* em Natal e na pequena Macaíba [...]. Além de chegar de avião à capital potiguar, Bertha Lutz ainda liberou panfletos, em pleno céu azul, nos quais se lia, em nome da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, um excerto favorável do escritor e político mineiro Affonso Celso ao pleito feminista: Em face da Constituição Federal, não de poderá negar à mulher o Direito de se alistar como eleitora e ser elegível. E, uma vez

---

[105] Pró-feminismo. **Jornal A Província (PE)**, 20 mai. 1928, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[106] MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018, p.99-100.
[107] Forma como Mário de Andrade se referiu ao Rio Grande do Norte, em visita ao estado, no ano de 1929 (O sr. Mário de Andrade no Nordeste. **Jornal A Província (PE)**, 2 abr. 1929, p.1. Fundação Joaquim Nabuco).

> que a Constituição lho assegura, necessidade não há de estabelecê-lo por lei ordinária[108].

Imagem 6: Bertha Lutz próximo ao avião do qual foram lançados os panfletos de propaganda em prol do voto feminino. Natal, Rio Grande do Norte, 1928. É interessante notar que, ao conquistarem mais liberdade para se expressar e ocupar o espaço público, "[...] as mulheres passaram a incorporar em seu guarda-roupa uma silhueta mais fluida e confortável, com roupas práticas e elegantes. As bainhas subiram [...] deu-se adeus ao espartilho e a cintura marcada", como podemos verificar no traje usado pela feminista[109].

Fonte: HEYNEMANN, Claudia e RAINHO, Maria do Carmo. **Memórias das lutas feministas**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=bertha-lutz>. Acesso em: 20 de out. 2018. Acervo Brasiliana Fotográfica.

Como conquistar o alistamento não significou garantir o exercício do voto, tornava-se necessário unir forças e buscar representatividade. A presença da líder da Federação Brasileira rendeu frutos; e, para firmar tal objetivo, foi criada, ainda no mês de agosto, a Associação de Eleitoras Norte-Rio-Grandenses, filiada à FBPF. O objetivo de sua formação pautava-se em "[...] coordenar e orientar os esforços da

---

[108] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.2. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 15 jul. 2017.

[109] FIELL, Charlotte e DIRIX, Emmanuele (ORGS.). **A moda da década** – 1920: um panorama completo e ilustrado da indumentária e da beleza nos anos loucos da Era do Jazz. São Paulo: Publifolha, 2014, orelha do livro.

mulher norte-rio-grandense, no sentido de elevar-lhe o nível de cultura e tornar-lhe mais eficiente a atuação na vida doméstica, social e política[110]". Em paralelo a isso, é imprescindível lembrar que fundar associações estava entre as metas registradas na plataforma de ações da FBPF. Essas organizações, por sua vez, deveriam funcionar como elementos de pressão, fazendo frente às reações que, porventura, viessem a surgir. Isso posto, mais uma semente estava plantada.

Outro eco da passagem de Lutz pelo Rio Grande do Norte foi o lançamento da candidatura de Alzira Soriano[111] à prefeitura do munícipio de Lajes. Juntamente com Lamartine — nesse período, governador do estado —, a líder da FBPF realizou uma visita ao pai da norte-rio-grandense, o coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, convencendo-o de que sua filha era o nome ideal para encarar tal desafio[112]. Alzira conseguiu se eleger pelo Partido Republicano, obtendo 60% dos votos válidos, e assumiu o cargo no dia 1º de janeiro de 1929. O êxito nas eleições foi tão expressivo que chegou a ser noticiado pelo jornal *The New York Times*, conferindo destaque ao fato de ela tornar-se a primeira prefeita eleita em toda a América Latina[113].

Em entrevista ao jornal *A Noite* (RJ), republicada pelo periódico pernambucano *Jornal Pequeno*, a então eleita prefeita mostrava-se muito à vontade com o ambiente político, citando a influência de seu pai e as lições compartilhadas com ele sobre patrimônio moral. Alzira chegou até mesmo a confessar: "Desde os meus quinze anos sonhava em poder participar diretamente da vida política. Hoje, com entusiasmo e com alegria, vejo concretizado o meu sonho, graças ao pulso firme de Juvenal

---

[110] **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE–RN)**. Os 80 anos do voto de saias no Brasil. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>. Acesso em: 15 out. 2018.

[111] Nasceu em 29 de abril de 1897, em Jardim de Angicos, no Rio Grande do Norte. Era filha de Margarida de Vasconcelos e do coronel da Guarda Nacional, líder político local e comerciante, Miguel Teixeira de Vasconcelos. Aos 17 anos, casou-se com Tomaz Soriano de Sousa Filho, de tradicional família pernambucana, e mudou-se para a cidade de Ceará-Mirim (RN), onde seu marido assumiu o cargo de promotor. Ficou viúva aos 22 anos e passou a viver na Fazenda Primavera com suas filhas, próximo à casa de seus pais. Ao ser eleita prefeita e assumir o cargo em 1929, governou o munícipio de Lajes por quase dois anos, conseguindo realizar obras de infraestrutura e melhoria das condições de vida da população com os próprios recursos da cidade. Após Getúlio Vargas assumir o poder, em 1930, Alzira deixou a prefeitura e recebeu a proposta para assumir o cargo de interventora municipal, mas rejeitou e preferiu fazer-lhe oposição. Alzira faleceu em Natal no dia 28 de maio de 1963 (SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.35-36).

[112] **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE–RN)**, op. cit.

[113] **CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Luíza Alzira Teixeira Soriano. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/seminarios-e-outros-eventos/diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/edicao-2018-diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/resumo-alzira-soriano>. Acesso em: 16 out. 2018.

Lamartine[114]". Outro ponto da entrevista que merece destaque foi como a norte-rio-grandense utilizou-se de sua trajetória de vida para construir o argumento em defesa da participação feminina na vida pública, atestando:

> [...] Casei-me aos dezoito anos com Tomaz Soriano, então promotor público de Ceará-Mirim. Nunca deixei de colaborar com ele em todas as lutas em que se viu empenhado, e nas quais, devido ao nosso procedimento reto e elevado, sempre conseguimos vencer. E esta colaboração estreita jamais impediu que dispensasse todo carinho às três filhinhas que tive a ventura de ter. São o meu maior consolo, pelo rude golpe que sofri com a morte prematura do meu esposo. Mas, com estoicismo e confiante em Deus e nas minhas próprias energias, tenho conseguido até hoje educá-las condignamente. *A luta é prazer para os fortes*: por isto, tenho vencido e ei de vencer. O meu exemplo prático destrói cabalmente os comentários suscitados em torno da questão feminista. A mulher pode ser mãe e esposa amantíssima e, ao mesmo tempo, oferecer à Pátria uma boa parcela das suas energias cívicas e morais[115].

Imagem 7: Posse da prefeita Alzira Soriano no município de Lajes (RN), 1º janeiro de 1929.

Fonte: HEYNEMANN, Claudia e RAINHO, Maria do Carmo. **Memórias das lutas feministas**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=bertha-lutz>. Acesso em: 20 de out. 2018. Acervo Brasiliana Fotográfica.

[114] A vitória do feminismo no Rio Grande do Norte. **Jornal Pequeno (PE)**, 13 out. 1928, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.
[115] Ibid., p.1, *grifo nosso*.

Apesar de seu discurso soar como generalizante, a vida da então prefeita de Lajes foi marcada pelo viés de classe. O fato de ter advindo de uma família abastada, ser filha de um coronel influente e ter tido o apoio da família na criação de suas filhas após tornar-se viúva, não era uma realidade habitual. A maior parte das mulheres brasileiras não desfrutavam de apoio financeiro, familiar ou conjugal, muito menos do acesso à instrução e ao discernimento político demonstrado por Alzira Soriano, a partir de suas palavras. Contudo, o lugar aonde a norte-rio-grandense chegou e as possibilidades que se alçaram perante sua representatividade configuraram, sem dúvida, um grande passo para o avanço dos movimentos feministas no Brasil.

"O Rio Grande do Norte, reconhecendo os direitos políticos constitucionais da mulher brasileira, tornou-se um *foco luminoso*, fazendo convergir a atenção e a simpatia de todos os países civilizados, não só para o Brasil, mas para a América do Sul[116]". Talvez Bertha Lutz não tivesse dimensão da materialidade de suas palavras quando fez essa afirmação. O que ocorreu na terra potiguar não foi e nem será esquecido. Diante disso, e com base na documentação analisada, podemos inferir que, a partir do ano de 1927 — com a conquista do voto no Rio Grande do Norte —, as pressões exercidas pelos movimentos feministas existentes se intensificaram em todo o país. Tornou-se ainda mais comum, por exemplo, a veiculação de notas rápidas pela imprensa, objetivando informar ao/à leitor(a) sobre o andamento das discussões a nível nacional. O assunto fervilhava, e a recorrência das publicações fazia dos debates no Senado quase um folhetim semanal:

> Rio, 22 – Continua a ser objetos de discussões no Senado Federal, a falada questão do voto feminino, que hoje foi grandemente ventilada naquela alta casa do Congresso[117]".

ou ainda,

> Rio, 29 – Na próxima segunda-feira entrará em discussão no Senado, o projeto que concede o voto às mulheres. Esse projeto está despertando grande interesse no seio dos que acreditam na vitória do feminismo[118].

Em paralelo a isso, foi possível identificar, nos jornais, a publicação de artigos de opinião sobre o andamento de tais debates. As opiniões oscilavam. Havia aqueles

---

[116] Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Jornal O Paiz (RJ)**, 2 jan. 1928, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira.
[117] Pró-feminismo. **Jornal A Província (PE)**, 20 mai. 1928, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[118] **Jornal do Recife (PE)**, 29 jul. 1928, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

que não julgavam o momento propício para tal concessão, os que se manifestavam na torcida para que o projeto do voto passasse e aqueles que consideravam a aprovação como uma grande ameaça à sociedade[119].

Em meio ao exposto, algo era inegável: não havia como recuar. O exemplo e a experiência vivida pelas mulheres norte-rio-grandeses, mais do que um ato isolado na Federação, consistiram no episódio responsável por inflamar os ânimos e reavivar a esperança das feministas e dos(as) que acreditavam na vitória da causa.

Por todo o país, a vivência e a imersão nesse turbilhão de modificações acabaram por reconfigurar a trajetória de vida de algumas mulheres, preparando-as, dessa forma, para um futuro e um nível de reconhecimento nacional dificilmente mensurado por elas. Assumir-se feminista, pleitear melhorias e lidar com as consequências desse posicionamento era algo conflituoso e desafiador. Mas "[...] só os que tomam as rédeas do próprio destino sobressaem, esses sim são responsáveis pelo que fazem[120]". E foi nesse ritmo que novas rédeas foram sendo tomadas e lideranças delinearam-se nos diferentes estados brasileiros...

1.4 Seguindo rastros e anseios feministas em Pernambuco

No período correspondente à efervescência dos movimentos feministas no Brasil, entre as décadas de 1910 e 1920, alguns estados da Federação brasileira, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Norte, a Bahia e Pernambuco, desempenharam, por meio da fundação de organizações, papéis de destaque frente à luta em prol da conquista da cidadania política feminina. Entrementes, antes mesmo de o feminismo ter se institucionalizado pelo país nos referidos locais, já era possível identificar a existência de mulheres que questionavam a submissão e as desigualdades impostas a seu sexo e reivindicavam mudanças.

Em Pernambuco, duas delas tornar-se-iam, a partir da década de 1930, líderes de organizações feministas e ganhariam visibilidade nacional e internacional: Edwiges de Sá e Martha de Hollanda.

Edwiges de Sá Pereira foi uma das mulheres pernambucanas mais influentes do início do século XX. Filha do bacharel em Direito e senhor de engenho José

---

[119] Os artigos de opinião envolvendo o processo de conquista da cidadania política feminina no Brasil serão analisados com profundidade no Capítulo Terceiro.

[120] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.17.

Bonifácio de Sá Pereira e de Maria Amélia Rocha de Sá Pereira, nasceu no munícipio de Barreiros[121], localizado na Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco, em 25 de outubro de 1884. Teve 12 irmãos, dentre eles o advogado Virgílio de Sá Pereira, o advogado e jornalista Eurico de Sá Pereira e o advogado e poeta Eugênio de Sá Pereira, com quem fundou o jornal manuscrito *Eco Juvenil* e a revista literária *Azul e Ouro*[122]. A barreirense teve o privilégio do acesso à instrução, já que advinha de uma família abastada e influente. Atuou como professora, poetisa, escritora e jornalista. No que diz respeito à sua trajetória, o pesquisador Walter Amaral destaca:

> [...] já na infância demonstrava ter uma forte inclinação pela literatura, especialmente pela arte da poesia. Um dos seus primeiros textos que se tem registro é o poema *Saudade*, escrito em 1895, quando tinha apenas 11 anos de idade[123].

O vínculo precoce com o mundo das Letras promoveu aos seus escritos um rápido ganho de notoriedade para além do território pernambucano. Prova disso é que, no ano de 1897, algumas poesias de sua autoria foram publicadas pelo jornal carioca *O Paiz*, despertando grande curiosidade aos/às leitores(as) sobre quem seria a jovem poetisa de apenas 13 anos[124].Somado a esse talento evidente, uma mudança foi responsável por reconfigurar os rumos de sua vida.

Com o enfraquecimento da economia açucareira e a partir do contexto instaurado após a abolição da escravatura, o seu pai, José Bonifácio, decidiu colocar

---

[121] Até começos do século XVIII, Barreiros era uma aldeia de índios, embora já existissem vários engenhos de açúcar nas proximidades. Os atritos com os vizinhos levaram o governo provincial a arbitrar uma permuta de terrenos, deslocando os primitivos habitantes para as margens do rio Una. O proprietário Diogo Paes Barreto instituiu um patrimônio a Santo Antônio, abrangendo meia légua, sob a condição de que nele se erigisse uma capela ao santo. Data daí o início do povoamento de Barreiros. A aldeia dos índios passou, então, a ser conhecida como Barreiros Velhos. Em 1786, foi criada a freguesia de São Miguel dos Barreiros, desmembrada de Sirinhaém, e elevada à condição de cidade e sede do município com a denominação de Barreiros, pela lei estadual nº. 38, de 3-6-1892. Segundo a tradição, anotada por Sebastião Galvão, o nome Barreiros vem de escavações e depressões feitas nas circunvizinhanças pelos porcos-do-mato [caititus]. Dados gerais: gentílico – barreirense; região – Mata Sul Pernambucana; localização – 110km da capital (FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: Editora Cepe, 2008, p.91).

[122] SILVA, Marcelo. Antifeminismos e Feminismos no Recife dos anos de 1930. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. **Anais eletrônicos..**. Recife, 2015, p.8. Disponível: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434301329_ARQUIVO_SILVA,Marcelo.SNH2015.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

[123] AMARAL, Walter. “Um passado que não morre”: traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. **Revista Ágora**, n.13. 2011, p.4. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>. Acesso em: 28 out. 2018.

[124] Ibid., p.4.

o engenho à venda e transferir-se definitivamente com toda a família para a capital[125]. Esse deslocamento não se caracterizou somente pelo contato com novos ares, mas veio acompanhado da chance de uma formação profissional e da materialização de novas oportunidades para Edwiges de Sá.

Nesse ínterim, concluiu seus estudos na Escola Normal do Recife — onde, alguns anos depois, lecionou as disciplinas de Prática Didática e Pedagogia — e foi professora de História Geral e do Brasil no Instituto Nossa Senhora do Carmo. A proximidade da poetisa com os periódicos também se deu cedo. Em 1902, Edwiges contribuiu diretamente para a criação da revista *O Lyrio*[126], que, de acordo com Walter Amaral, já debatia em muitos dos seus números temas como: a instrução da mulher e o descaso dos governantes frente ao problema da educação feminina[127]. Analisar tal percurso é essencial para identificarmos que, mesmo antes de se tornar líder de uma associação feminista institucionalizada, Edwiges já reconhecia e atribuía um potencial libertador à educação. Sua atuação na imprensa não se limitou à revista anteriormente citada, tendo em vista que:

> Em Pernambuco [...] foi cronista do *Jornal Pequeno*; publicou alguns trabalhos nos jornais *Diario de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Recife*, *O Tempo*, *A Província*, *A Tarde*, *A Nota* e *A Gazeta* [...] Fora do estado publicou alguns artigos e poesias na *Revista de Sciencias e Letras*, e nos jornais *Norte* e *Brasil Social* (RJ), na *Revista Educação* e na *Revista Feminina* (SP); no jornal *O Escrínio* (RS), no *Almanach Luso-Brasileiro* (Portugal); e uma revista da Suécia publicou em francês o seu poema *Madrigal*[128].

Aos 17 anos, tornou-se sócia fundadora da Academia Pernambucana de Letras. Nessa época, já era reconhecida como poetisa para além do território pernambucano e havia publicado seu primeiro livro de versos, *Campesinas*, composto de 51 poemas. A referida obra recebeu grande aclamação por parte dos críticos recifenses e de outros estados brasileiros. Quase duas décadas depois, em 1920,

---

[125] AMARAL, Walter. “Um passado que não morre”: traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. **Revista Ágora**, n.13. 2011, p.4. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>. Acesso em: 28 out. 2018.

[126] *O Lyrio* foi uma revista mensal e editada no Recife. Teve seu primeiro exemplar lançado em 05 de novembro de 1902. Escrita somente por mulheres, teve como redatora-chefe D. Amélia de Freitas Bevilaqua e como redatora-escritora D. Cândida Duarte Barros. Participavam da redação as sras. Adalgisa Duarte Ribeiro, Belmira Villarim, Edwiges de Sá Pereira, Luiza Cintra Ramalho, Maria Augusta Freire e Úrsula Garcia. A Biblioteca Nacional possui apenas sete exemplares de *O Lyrio*, armazenados em duas seções: na Divisão de Obras Raras e na Coordenadoria de Publicações Seriadas (COSTA, Maria Ione. **O Lyrio**: revista mensal. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-periodicos-literatura/o-lyrio-revista-mensal/>. Acesso em: 18 mar. 2019).

[127] AMARAL, op. cit., p.4.

[128] Ibid., p.5.

Edwiges de Sá tornou-se membro efetivo[129] da APL, tendo sido a primeira mulher considerada *imortal*. “Ocupou a cadeira nº. 7 no lugar de João Batista Regueira Costa. Seu discurso de posse intitulado, *Um passado que não morre*, foi publicado como opúsculo[130]”.

Imagem 8: Edwiges de Sá Pereira no ano de 1909, aos 25 anos. Coleção Francisco Rodrigues, cabinet, 14,3 X 9,5cm.

Fonte: **FUNDAJ**. Edwiges Rocha de Sá Pereira – Primeira mulher na Academia Pernambucana de Letras. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=2420>. Acesso em: 25 out. 2018.

---

[129] A 27 de março de 1920, no prédio da antiga Associação dos Empregados no Comércio, localizado na rua da Imperatriz, realizou-se o que se chamou de *Sessão de reorganização da Academia*. Na ocasião, Gervásio Fioravanti, procurando ressuscitar a APL, inativa desde 1910, sugeriu, para preencher as vagas existentes, nomes de eminentes intelectuais, para os quais pediu apoio dos colegas, enfatizando, na ocasião, a conveniência de se admitir uma mulher nos seus quadros. Assim, sem eleição e resultante de um amplo acordo, foram indicadas para ocupar as oito cadeiras as seguintes expressões literárias e culturais da época: Andrade Bezerra, Barreto de Menezes, Edwiges de Sá Pereira, Gonçalves Maia, José Pereira Alves (Dom), Mário Melo, Oliveira Lima e Zeferino Galvão. Em sessão solene, a 10 de abril de 1920, a Academia empossou os novos membros e retomou sua vida ativa (**ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS**. História da APL. Disponível em: < http://www.aplpe.org.br/historia-da-apl-2/>. Acesso em: 20 mar. 2019).

[130] GASPAR, Lúcia. **Edwiges de Sá Pereira**. Disponível em: < http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=257>. Acesso em: 26 jun. 2017.

A barreirense também foi presidente da renomada Sociedade ou Associação das Damas de Beneficência, fundada em 1913, no Recife. A entidade tinha sua sede localizada à rua Barão de São Borja[131]. Em seu primeiro mês de existência, a Associação das Damas de Beneficência contou com a adesão de quase duzentas mulheres — um número significativo para a época. Atuou juntamente à filial pernambucana do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai-PE), que, por sua vez, contava com o apoio frequente de associações de mulheres para manter-se em funcionamento[132]. Essa experiência marcou profundamente o seu percurso profissional, tendo em vista que lhe permitiu por meio do trabalho filantrópico não somente aproximar-se de mulheres advindas de outras classes sociais, como também da prática de liderar uma organização institucional.

Outra vivência que trouxe significativo conhecimento para a poetisa foi a realização de um estudo sobre a organização do ensino técnico e profissional em Pernambuco e outros estados, requerida pelo então governador em 1925, Sérgio Loreto. O resultado foi publicado em forma de relatório no ano seguinte sob o título de *Impressões e notas*. Nele, a professora elencou a necessidade da criação e difusão de mais escolas que atendessem o público feminino. Edwiges[133] defendia que a criação de escolas profissionais direcionadas às mulheres era essencial para reduzir a situação desfavorável na qual muitas delas se encontravam, principalmente as pertencentes às camadas populares[134].

---

[131] A rua Barão de São Borja era conhecida como "rua do sebo", haja vista a grande quantidade de detritos ali depositados. A atual denominação é uma homenagem a Vitorino José Carneiro Monteiro, nascido no Recife, em 1816. Foi brigadeiro do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, e depois, marechal de campo e comandante das armas de Pernambuco, tendo falecido em Porto Alegre em 1817 (CAVALCANTI, Carlos e CAVALCANTI, Vanildo. **O Recife e suas ruas. Se essas ruas fossem minhas...** Recife: IAHGP, 2010, p. 118).

[132] FREIRE, Maria Martha; COSATI, Letícia. Gênero e Filantropia: as damas de assistência à infância do IPAI-RJ (1899–1930). **Revista Eletrônica de Gênero**, Niterói, v. 15, n. 2, p. 29-46, 2015. Disponível em: http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/653/399. Acesso em: 26 jun. 2017.

[133] Edwiges faleceu no dia 14 de agosto de 1958, vítima de uma trombose cerebral, em sua residência, na rua Conselheiro Portela, no Recife. Foi sepultada no cemitério de Santo Amaro e durante o seu velório o professor Valdemar de Oliveira fez um discurso em nome da Academia Pernambucana de Letras (AMARAL, Walter. "Um passado que não morre": traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. **Revista Ágora**, n.13, 2011, p.14. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>. Acesso em: 28 out. 2018).

[134] PEREIRA, Edwiges de Sá. **Impressões e notas**. Recife: República de Publicações Oficiais, 1926, p.137.

Martha de Hollanda Cavalcanti nasceu no dia 20 de março de 1903 na cidade de Vitória de Santo Antão[135], localizada na região da Mata Sul, no interior do estado de Pernambuco. Segunda filha do casal Mathilde de Aragão Rabelo de Hollanda Cavalcanti e Nestor de Hollanda Cavalcanti, veio ao mundo em um período no qual a sociedade vitoriense ainda costumava compartilhar as vivências com maior proximidade. "Unidos na maioria por familiares, relacionavam-se nas festas da cidade, na convivência diária, uma vez que até os primeiros anos do século XX, as distrações em Vitória se desenvolviam nos serões familiares[136]".

O sr. Nestor de Hollanda Cavalcanti, seu pai, era farmacêutico de formação e proprietário da chamada *Pharmacia Popular*, sobrado de azulejos portugueses que reunia em um único lugar seu trabalho e sua residência, na ainda existente rua João Cleofas de Oliveira. Os Hollanda Cavalcanti configuravam-se como uma família importante na cidade, de larga tradição intelectual e prestígio político, cujo lar foi considerado "um local de amável convívio da sociedade vitoriense, pois pessoas cultas e ilustres costumavam frequentar o ambiente[137]".

Foi nesse meio que, ao lado do irmão mais velho, Nestor de Hollanda Cavalcanti Júnior, e da irmã mais nova, Maria Belkiss, Martha de Hollanda viveu a infância e a juventude, "[...] fazendo parte dos recitais e colecionando em caderninhos seus poemas favoritos[138]".

Por meio das informações presentes em sua biografia, produzida pela escritora Luciene Freitas, podemos atestar que, de fato, Martha de Hollanda percorreu uma trajetória pouco comum às meninas de sua época. Devido à influência de seu pai, desde muito cedo teve o privilégio de conviver com homens e mulheres intelectuais, tendo o interesse pela cultura despertado precocemente nos inúmeros saraus

---

[135] Ao pé da Serra das Russas, onde termina a Mata e começa o Agreste, Vitória começou com a fixação de imigrantes provenientes de Cabo Verde, em 1626. Diogo Braga, natural da ilha de Santo Antão, naquele arquipélago, era o líder da família de criadores e, em sua fazenda, teve origem o povoado. Um dos fatos marcantes de sua história foi a batalha do Monte das Tabocas, em 1645, em que os holandeses foram derrotados. A vila oficialmente instalada em 28 de maio de 1812, com o levantamento do pelourinho, chamou-se Santo Antão da Mata, em homenagem ao santo padroeiro cabo-verdiano, protetor contra o roubo de gado. Em 1783, foi criado o distrito com o topônimo Vitória de Santo Antão, incorporando a lembrança da histórica batalha de Tabocas, no século XVII. A populosa cidade é munícipio autônomo desde 1843. Dados gerais: gentílico – vitoriense; região: Mata Pernambucana; localização: distante 51km da capital (FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: Editora Cepe, 2008, p. 237).

[136] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.17.

[137] Ibid., p.17.

[138] Ibid., p.18.

literários que ocorriam em sua casa. Quando criança, estudou no Externato 1º de Agosto e, anos mais tarde, saiu de Vitória juntamente ao seu irmão Nestor Cavalcanti para completar os estudos no Recife, "primeiro no Ginásio Pernambucano, e em seguida, no Colégio Santa Margarida, onde em 1925, diplomou-se em magistério[139]". O *Diario de Pernambuco* chegou, até mesmo, a publicar uma nota acerca do término do seu ciclo de ensino formal, o que chama atenção pela importância conferida a esse momento e à sua família, assim como pelo registro feito nas páginas de um periódico de considerável circulação na capital. O jornal também não deixou de pontuar a dedicação e a inteligência da estudante, anunciando a seus/suas leitores(as):

> Acaba de concluir com *brilhantismo* os exames do terceiro ano normal do Colégio Santa Margarida, a inteligente senhorinha Martha de Hollanda Cavalcanti, filha do abastado farmacêutico Nestor de Hollanda Cavalcanti, residente em Vitória. *Martha que alia aos seus dotes intelectuais uma primorosa educação bem mereceu as boas aprovações que conquistou, resultado de sua aplicação durante o curso*[140].

Ao concluir o curso normal, a recém-formada professora decide, então, retornar à sua cidade natal. Em 1926, aos 23 anos, Martha de Hollanda já escrevia para periódicos, como a *Revista dos Munícipios*[141]. Era uma assídua leitora, e sua biblioteca contava com obras de Schopenhauer, Flaubert, Júlio Ribeiro, Albertina Bertha, Oscar Wilde, Edgar Allan Poe, Gilka Machado, dentre muitos outros autores e autoras[142]. Nessa época, continuou escrevendo para jornais e revistas, inclusive do Recife, e começou a se interessar por política[143]. Em virtude disso, podemos considerar que a sua produção como poetisa e escritora se inicia bem cedo e que a posição social de sua família, bem como os contatos e a boa educação da qual pôde desfrutar, contribuíram de modo significativo para facilitar seu acesso à imprensa, pois:

---

[139] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p. 71.
[140] Vida escolar. **Diario de Pernambuco**, 31 nov. 1921, p. 4, *grifo nosso*. Hemeroteca Digital Brasileira.
[141] A *Revista dos Munícipios* consistia em um mensário ilustrado impresso em oficinas próprias. Possuía uma tiragem de 12.000 exemplares e era dirigida pelo Dr. Carlos Pereira da Costa (FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.45).
[142] Ibid., p. 71-72.
[143] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.7. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 15 jul. 2017.

> Teve escritos publicados em diversos jornais de sua terra, dentre eles, *O Lidador*[144] – jornal mais antigo em circulação no interior dos estados nordestinos e outros também pulicaram seus poemas, como: *O Alerquim* (conhecida revista carioca); *Jornal Pequeno*; e até mesmo a *Revista Pensamento*, de origem portuguesa[145].

Além de sua erudição, que raramente passava despercebida, Martha de Hollanda tinha uma personalidade peculiar. Segundo Luciene Freitas:

> Martha nasceu com alma de artista [...]. Fazia sua moda, usava roupas feitas pelo alfaiate ou vestidos com decotes audaciosos [...]. Era carnavalesca fanática e não importava repetir a fantasia de Pierrot, todos os anos esbaldava-se na massa da folia do "Clube Abanadores, o Leão[146]" [...]. Na juventude, contestou o ensino da época e prosseguiu na sua cruzada, contestando o vestuário feminino, os penteados, os hábitos sociais, a clausura imposta às mulheres pelos seus pais e maridos; fazia questão de vestir roupas disparatas e cores que estavam longe de serem complementares e assim foi vista algumas vezes vestindo um bem talhado paletó masculino com gravata e bengala; abandonava, às vezes, a franja na testa e surgia com esquisito e alto penteado que causava admiração [...]. Frequentou desacompanhada cinemas, teatros, sorveterias, casas de chá, o que não era comum às mulheres da época; assim foi sempre sua caminhada, desasombradamente contestadora, sem se preocupar com os comentários maliciosos, maledicências, murmurações sobre alienações, etc[147].

Foi por essa mulher irreverente e de alma livre que o viúvo, poeta, jornalista e historiador Teixeira de Albuquerque[148] se enamorou. Casaram-se[149] no dia 8 de

---

[144] Hebdomadário político, noticioso e comercial, *O Lidador* entrou em circulação no dia 12 de junho de 1880, mas o primeiro número avistado foi o 5º, datado de 10 de julho, publicando-se semanalmente. Formato médio, com quatro páginas a quatro colunas de composição. Propriedade e direção de José de Oliveira Maciel do Rego Barros. Tabela de assinaturas: ano–10$000; semestre–6$000; trimestre–3$000, mediante pagamento adiantado [...]. Tipografia própria, funcionava à rua Imperial, n.74 (NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**, v.14. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1969, p.133).

[145] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.55.

[146] Clube carnavalesco, fundado em Vitória de Santo Antão, em 1902.

[147] FREITAS, op. cit., p.63-64.

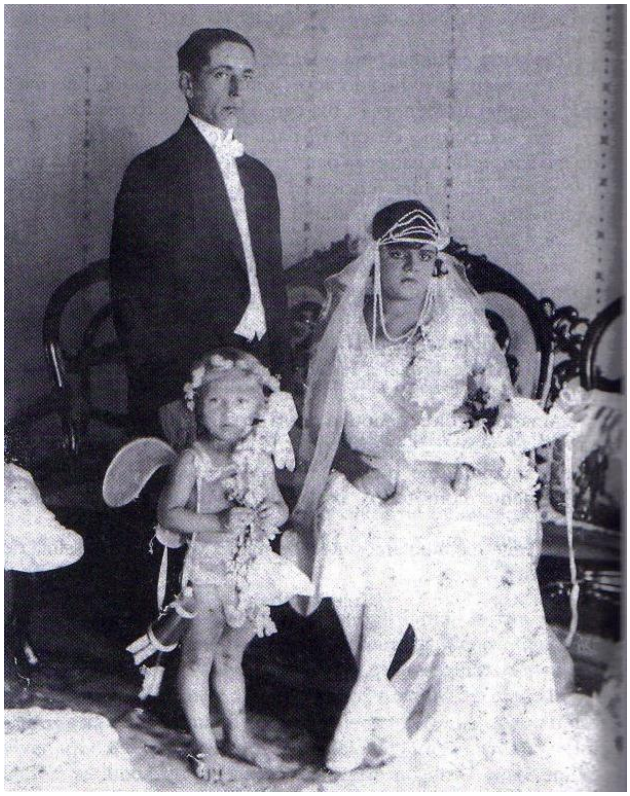
[148] José Teixeira de Albuquerque, filho de Luiz Antônio Albuquerque e Donatila Teixeira de Albuquerque, nasceu na Fazenda Porteiras a 23 de agosto de 1892, em Vitória de Santo Antão. Cursou Medicina na Bahia, porém desistiu do curso no terceiro ano, regressando à sua cidade natal. Foi funcionário dos correios na atual cidade de Pombos e trabalhou no Arquivo da Diretoria das Obras Públicas do Estado de Pernambuco. Conceituado na arte de escrever, teve seus trabalhos divulgados nos jornais de sua cidade e da capital. Publicou apenas um livro, chamado *Minha Castália* (Ibid., p.56). Faleceu no dia 02 de outubro de 1948, um ano e oito meses antes de sua esposa, Martha de Hollanda.

[149] A cerimônia foi pomposa e irreverente. Martha de Hollanda desfilou em carro aberto pelas principais ruas da cidade, o que causou admiração à população. Usou um vestido curto com mangas de cava, bordado com paetês prateados, vindos de Paris. Seu buquê, bastante exótico, era feito por uma armação de arame coberta com gaze formando uma estrela junto a uma pilha de flores. Para entregar as alianças, vestiu o pequeno Florisvaldo de cupido, e nos cabelos loiros, cacheados, colocou uma tiara de flores... com asinhas, arco e flecha. Pelo seu ineditismo, o casamento de Martha e Teixeira foi um acontecimento que causou admiração em toda a cidade (Ibid., p.55).

dezembro de 1928 e passaram, então, a residir à rua da Aurora, nº. 98, na capital pernambucana. Martha de Hollanda tinha então 25 anos e, de acordo com Freitas, teve o privilégio de contar com um companheiro que destoava das exigências e imposições masculinas que lhes eram esperadas. Teixeira foi, portanto, "um marido que permitiu que a mulher crescesse como escritora, coisa rara na época, não foi egoísta dando-lhe oportunidades. Isso lhe valeu repreensões, intrigas, o que ele superou[150]". Vivendo com o agora marido, a poetisa continuou produzindo, visitando redações e conferindo palestras, como podemos verificar na notícia veiculada no *Jornal do Recife* (PE):

> Deu-se ontem o prazer de sua visita a nossa ilustre conterrânea, senhora Martha de Hollanda [...]. A festejada escritora pernambucana chegou de Vitória e aqui veio em companhia do seu esposo, o poeta Teixeira de Albuquerque. A senhora Martha de Hollanda entreteve conosco afetuosa palestra. Somos gratos à gentileza do casal[151].

Imagem 9: Martha de Hollanda e Teixeira Albuquerque no dia da cerimônia de casamento, no dia 8 de dezembro de 1928, na cidade de Vitória de Santo Antão (PE).



Fonte: FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.62.

[150] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.58.
[151] Crônica social: Visitas. **Jornal do Recife (PE)**, 11 nov. 1930, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira.

Como já mencionado, a conquista do voto no Rio Grande do Norte foi responsável por alterar os ânimos em todo o país, bem como por estimular o aumento das tentativas de alistamento eleitoral por parte das mulheres. Martha foi uma delas. A vitoriense dirigiu, em 10 de julho de 1928, ao Juiz de Direito da comarca de sua cidade a seguinte petição:

> Ilmo. Sr. Dr. Felinto Albuquerque – M. D. Juiz de Direito da comarca de Vitória, Estado de Pernambuco.
> Eu Martha de Hollanda Cavalcanti, mais de 21 anos de idade, filha de Nestor de Hollanda Cavalcanti, solteira[152], natural deste estado, professora titulada pelo Colégio Santa Margarida de Recife, redatora da Revista Feminina (documento junto nº. 1), a aparecer em Recife residente à rua Barão do Rio Branco, nº. 127, desta cidade considerando:
> A – que todos são iguais perante a lei (parágrafo 2º do artigo 72 da Constituição Federal);
> B – que o artigo 69, da citada Constituição Federal, concede-lhe plenos direitos de cidadania;
> C – que não está incluída nas exceções de que tratam os nsº. 1, 2, 3, do parágrafo 1º do artigo 70 da Constituição referida;
> D – que só reforma da Constituição poderia determinar a não contagem dos votos dados, ultimamente ao dr. José Augusto, pelas mulheres do Rio Grande do Norte, visto que, quando a lei não distingue não é dado o interpreto distinguir conforme o parecer do sábio Dr. Clóvis Bevilaqua (documento junto nº. 2);
> E – que a mulher é obrigada, como o homem, a observância das leis civis e penais, sem restrições;
> F – que, a mulher coopera, com sua atividade, na administração pública exercendo cargos burocráticos, fazendo parte de associações filantrópicas, educando os que tem de dirigir os destinos da nação, fazendo parte do comércio, das indústrias, pagando todos os impostos de que tratam as leis tributárias do país; como, então, não poderá ela intervir, diretamente, na direção política da nação;
> G – que nenhum fato de ordem moral, social ou político ampara a injustiça que, até hoje, vem sendo praticada em extorsão dos direitos que a constituição lhe confere;
> H – que sendo seu direito líquido, certo e incontestável visto não ser preciso lei ordinária que regule a hipótese (documento junto nº. 3) vem confiada no grande saber e sentimentos de justiça de V. Exa. Com os documentos juntos que provam sua capacidade eleitora requerer sua inclusão digo, de seu nome na lista das eleitoras desta comarca.
> Nos termos, pede deferimento.
> Vitória, 10 de julho de 1928[153].

A atitude virou notícia antes mesmo do despacho, como atesta a publicação no *Jornal do Recife* (PE), que informava: “Inteligente colaboradora acaba de requerer o

---

[152] Martha oficializou o matrimônio com Teixeira de Albuquerque somente no mês de dezembro de 1928.
[153] O Feminismo em Pernambuco. **Jornal do Recife (PE)**, 19 jul. 1928, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

seu alistamento eleitoral no munícipio de Vitória. Possuidora de um lindo espírito, afeito às lutas da intelectualidade. Martha de Hollanda com este gesto vem de elevar bem alto o nome da mulher pernambucana[154]". A análise do documento desperta a atenção não apenas pelo discernimento de Martha e pela coerência em sua redação, mas principalmente pelos pontos levantados pela feminista com base na própria Constituição Federal em vigor (1891). Além do fato de argumentar que a mulher já realizava atividades na administração pública, nas associações filantrópicas, no comércio, nas indústrias e contribuía tal qual os homens pagando seus impostos, a professora também elencou e problematizou os artigos, apontando contradições e brechas e agregando, dessa forma, constitucionalidade à sua petição. A resposta veio dois dias depois. Convencido dos argumentos e com base na lei, o juiz decidiu por deferir seu pedido alegando que:

> A Constituição Federal a ninguém distingue em razão do sexo, nem quando, no art. 69, atribui a qualidade do cidadão brasileiro às pessoas aí enumeradas, e nem quando, no imediato art. 70, confere a qualidade de eleitor a aqueles dos mesmos indivíduos por ele declarados cidadãos brasileiros, que forem maiores de 21 anos e não tiverem contra si incapacidade alguma das por ela expressamente estabelecidas no 1º do seu citado art. 70. A todos homens e mulheres ela abrange nas disposições contidas nos artigos e parágrafo indicados, bem como nas em que particulariza os casos de suspensão e de perda dos direitos de cidadão brasileiro, e me falece autoridade para restringir onde ela generalizou. Tais disposições acham-se consolidadas no Regul. que o Dec. n. 17.527, de 10 novembro de 1926, baixou para o alistamento eleitoral, e motivo algum existe para que deixe de ter inclusão nesse alistamento o brasileiro ou a brasileira que a solicitar e satisfazer as exigências feitas pelo Regul. no seu art. 7º e respectivos parágrafos, letra e número. Assim, e fazendo certo estes autos que, na requerente D. Martha de Hollanda Cavalcanti, se verificam todos os requisitos de capacidade eleitoral exigidos, defiro o seu requerimento e mando que se inclua seu nome no alistamento de eleitores deste munícipio. Sem custas.
> Vitória, 12 de julho de 1928[155].

Por meio do despacho, Martha tornava-se, portanto, a primeira eleitora pernambucana. "[...] Tenho a honra em felicitar V. Ex. pela sua inclusão no alistamento eleitoral[156]", dizia o telegrama enviado por Juvenal Lamartine e veiculado no *Jornal do Recife* (PE), fato que demonstra a influência da vitoriense. As saudações não cessavam. Advinham da imprensa, de autoridades, admiradores e de seus próprios

---

[154] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.117.
[155] O voto feminino. **Jornal do Recife (PE)**, 19 jul. 1928, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[156] A vitória do feminismo. **Jornal do Recife (PE)**, 4 nov. 1928, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

familiares. A carta enviada por seu primo José de Góes apresentava um detalhe peculiar: advertia Martha para que a conquista não desestabilizasse seu casamento nem seu lar. O desejo em tom de conselho ao final da missiva, comprovava, apesar do apoio, o temor gerado pela incerteza das consequências que estariam por vir com a entrada das mulheres no mundo da política:

> Recife, 25 de julho de 1928
> Prezada prima Martha,
> Li nos jornais a notícia de seu alistamento eleitoral e a sentença do Felinto. Sempre fui e sou partidário da igualdade de direitos sociais da mulher com as aptidões precisas para instruir-se e pensar como sucede do homem. Se a mulher é um ser inteligente, por que lhe são vedadas as prerrogativas permitidas ao homem? Pela história do mundo conhecemos terem existido mulheres muito célebres pelo saber e outras e outras ótimas governantes de seus povos; portanto políticas notáveis. Penso que o Felinto julgou acertadamente. Aceite meus parabéns por ter você obtido um título de independência social. *Desejo, entretanto, que você se casando, não siga um partido político contrário ao do seu marido, a fim de evitar desarmonia no lar* [...]
> O velho primo e afetuoso, José de Góes[157].

Apesar de deferido, o pedido de Martha foi posteriormente analisado por instâncias maiores e acabou sendo anulado. Os que não concordavam com a decisão do Juiz Felinto Albuquerque alegavam a existência de provas evidentes por meio das quais o voto feminino não poderia ser reconhecido. Em paralelo, afirmavam que era necessária a criação de uma legislação específica, como no caso norte-rio-grandense e que, ainda assim, nem mesmo o Senado havia computado os votos femininos exercidos na eleição do sr. José Augusto[158]. A concretização do desejo parecia ficar, mais uma vez, distante. Todavia, dificilmente algo seria capaz de anular a experiência por ela vivida e a visibilidade que atingiu com o feito.

Em 1930, Martha de Hollanda lança oficialmente sua primeira obra no mundo das Letras, o livro intitulado *Delírio do Nada*, que foi muito bem recebido por especialistas brasileiros e portugueses e por meio do qual a autora "desvelou sua intensidade, sua rebeldia e sua ousadia de pensar livremente[159]". Como ela mesma

---

[157] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.147, *grifo nosso*.
[158] O voto feminino. **Jornal do Recife (PE)**, 29 jul. 1928, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[159] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.7. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 15 jul. 2017.

descreveu, "[...] o meu livro é o cartaz do meu eu na esquina da geração que passa[160]". Desde o referido lançamento, era sempre lembrada como a "autora de *Delírio do Nada*". Somente a partir de 1931, passou a continuamente ser mencionada como a líder da Cruzada Feminista Brasileira[161].

Várias figuras ilustres escreveram sobre Martha reconhecendo o seu talento, dentre elas: Olavo Lopes, o escritor português Garibaldi, Caetano Galhardo, Alice B. Veras, Oscar Brandão, Samuel Campelo[162]. Tais nomes podem soar aleatórios por não mais representarem o prestígio que emanavam nos idos dos anos 1920, mas naquele período simbolizavam, para a sociedade, a mais respaldada crítica literária. Era comum publicarem nos jornais de então, ou enviar cartas à própria Martha, tecendo comentários acerca do seu livro e, até mesmo, versos, textos e poemas sobre a sua pessoa e personalidade. Em uma dessas publicações no jornal *O Povo*, de Fortaleza, uma matéria assinada por Duarte Júnior afirmava que "o espírito criador e indisciplinado, o traço marcante da obra de Martha de Hollanda era a sua berrante originalidade[163]". Tais fragmentos de textos e fontes fazem-nos perceber a visibilidade que a vitoriense alcançou antes mesmo de se consagrar como líder de uma organização feminista institucionalizada. O acesso à imprensa, os contatos de prestígio e o reconhecimento de sua intelectualidade constituíram, portanto, elementos valiosos para as demandas que se delineariam anos mais tarde. Luciene Freitas afirma, de maneira poética, que "Martha foi indubitavelmente uma das raras pessoas que sabia, logo ao chegar a este mundo, o que tinha vindo fazer: contestar[164]".

---

[160] HOLLANDA, Martha de. **Delírio do Nada**. Recife: Imprensa Industrial, 1930, p. s/n.
[161] A institucionalização dos movimentos feministas em Pernambuco será tratada no Capítulo Segundo.
[162] Para ter acesso à algumas dessas críticas na íntegra Cf. FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003.
[163] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.65-66.
[164] Ibid., p.63. Martha de Hollanda faleceu vítima de um infarto no dia 24 de junho de 1950, aos 47 anos. Apesar de ser vitoriense, sempre externou a vontade de ser enterrada no Recife, "junto aos amigos", fato que se concretizou no Cemitério de Santo Amaro, localizado na capital pernambucana.

2. Capítulo Segundo

A articulação faz a força!

Separadas e desunidas, certamente, quase nada valemos. Mas, reunidas em associações de classe, no sentido de defesa dos direitos que nos são devidos, fazendo nossos esforços dispersos uma só força, valemos muito, porque somos a metade da humanidade e ela nada faz sem a nossa colaboração[165].

[165] Trecho de um discurso da senhorita Concita Câmara no evento de fundação da Associação de Eleitoras Norte-rio-grandeses (Feminismo. **Jornal O Paiz (RJ)**, 19 ago. 1928, p.14. Hemeroteca Digital Brasileira).

2.1 A Cruzada Feminista Brasileira desponta: Martha de Hollanda e a fundação da primeira organização feminista em Pernambuco

"Não temerei nem diante das dez pragas com que Moisés fez estremecer o Egito...[166]" Foi com tal ímpeto que Martha de Hollanda se pronunciou em razão da comemoração do primeiro aniversário da Cruzada Feminista Brasileira, em maio de 1932. De fato, recuar diante dos obstáculos que permearam a sua jornada pessoal e profissional não foi algo característico à líder da organização em questão. Antes mesmo de dar os primeiros passos rumo à institucionalização do feminismo em Pernambuco, a vitoriense já assumia uma postura feminista, dentre outros motivos, por questionar a desigualdade entre homens e mulheres; por requerer oficialmente seu alistamento eleitoral em 1928, sob argumentos baseados na Constituição; e, principalmente, por defender e lutar de forma ativa em prol da emancipação feminina. Evidentemente, seu trajeto e o de outras militantes do estado não esteve livre de críticas e adversidades, tendo em vista que:

> A mulher pernambucana do princípio do século XX participou intelectual e socialmente de um despertar econômico, político e social, criando uma nova mentalidade e um novo modelo de ser mulher. Tudo isso constituiu um marco através de mudanças estruturais numa sociedade com resquícios patriarcais muito fortes e o início de uma inovação no comportamento do sexo feminino no sentido de maior liberação do seu existir como pessoa[167].

Foi devido a todas essas vivências que o anseio pela fundação de uma organização feminista se fez maior na vida de Martha. Segundo a pesquisadora Alcileide Cabral do Nascimento, a poetisa dispunha de acesso direto a Bertha Lutz e havia, inclusive, trocado cartas com a líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, "evidenciando que há muito desejava reunir as conterrâneas e, com elas, organizar um núcleo de defesa aos direitos postergados e às prerrogativas esquecidas, no eterno ludíbrio de um amanhã que nunca chegava[168]".

---

[166] Cruzada Feminista Brasileira: o primeiro aniversário, amanhã, de sua fundação. **Jornal Pequeno (PE)**, 28 mai. 1932, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.

[167] INOJOSA, Cristina. **Martha de Hollanda**: Feminismo e Feminilidade. Recife: Assessoria Editorial do Nordeste, 1984, p.33.

[168] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.9. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

Tal momento ganhou concretude no dia[169] 31 de maio de 1931[170], após uma reunião realizada na residência da escritora, na rua do Lima[171]. Nascia, por meio de tal reunião, a Cruzada Feminista Brasileira, que seria oficializada perante a sociedade apenas meses depois, mais precisamente em novembro. De todo modo, a ideia havia sido plantada. Ainda no aludido encontro, foram discutidas as bases regulamentares e foi eleita a diretoria provisória da associação, que assim ficou constituída: "Presidente – Martha de Hollanda; Oradora – Heloísa Chagas; Oradora Adjunta – Theresinha Simões Barbosa; Secretária – Celeste Dutra; Tesoureira – Ida Souto Uchôa[172]; Fiscal – Maria Amélia Brandão e Bibliotecária – Beatriz Ferreira[173]".

Sobre esse assunto, o periódico *Diario da Manhã* (PE) trouxe, em uma das suas edições cotidianas, um informe adicional: a recém-criada associação atuaria como

---

[169] Existe divergências acerca da data de fundação da Cruzada Feminista Brasileira. O periódico *Diário da Manhã* (PE) anuncia a data de criação em 31 de maio de 1931, já o *Jornal Pequeno* (PE) traz em nota a seguinte chamada *A brilhante escritora Martha de Hollanda fundou, entre nós, a Cruzada Feminista Brasileira no dia 29 de maio último* (Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal Pequeno (PE)**, 3 jun. 1931, p.3. Fundação Joaquim Nabuco).

[170] Cruzada Feminista Brasileira. **Diário da Manhã (PE)**, 31 mai. 1931, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

[171] Em memória do Capitão Antônio Lima, morto em 20 de fevereiro de 1630, ao defender, bravamente, o Forte de São Jorge, durante a invasão holandesa. O Capitão Lima era o comandante do pequeno contingente daquela fortaleza. A edilidade tentou mudar o nome desse logradouro chamando-o de Desembargador Martins Pereira o que não vingou (CAVALCANTI, Carlos e CAVALCANTI, Vanildo. **O Recife e suas ruas**: se essas ruas fossem minhas... Recife: IAHGP, 2010, p.170).

[172] Ida Souto Uchôa era poetisa, escritora, advogada e uma grande admiradora de Martha antes mesmo de conhecê-la e de tornar-se membro da diretoria da Cruzada Feminista Brasileira. Esse fato pode ser verificado por meio de uma carta endereçada por Ida a Martha, em 18 de julho de 1928, na qual dizia: "Não tendo mesmo a honra de vos conhecer pessoalmente, mas o vosso gesto alistando-se eleitora na Comarca de Vitória, merece meus aplausos e minha solidariedade. Sou como vós, uma eterna idealista, pela liberdade da mulher brasileira. E, na verdade, é de necessidade para o país, nossa emancipação política. Este direito concedido às mulheres que as permite votar, será um dos maiores impulsos para o progresso do feminismo. Outrora, como sabeis, a atividade da mulher gerava unicamente em torno do lar, mas atualmente tudo se avelia, estamos subordinados a eterna evolução das coisas: *chegou agora a vez do feminismo*. A mulher corre as urnas, e vai votar; é ela quem coopera com seu trabalho no engrandecimento do país, é justo que tenha direitos políticos [...]" (FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p. 140, *grifo nosso*). Tal fragmento configura-se como uma fonte valiosa, uma vez que evidencia o posicionamento e o modo de pensar da referida feminista, algo dificilmente encontrado na documentação do período. De acordo com a pesquisa de Emelly Facundes, "parece ter existido um atrito entre os posicionamentos de Ida e Martha com relação ao apoio ao divórcio. Ida era contra enquanto Martha era a favor. Talvez isso tenha feito a advogada se afastar da Cruzada Feminista e se engajar na Federação Pernambucana, trazendo para essa entidade todo seu prestígio de escritora renomada" (FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p.59. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife).

[173] Cruzada Feminista Brasileira. **Diário da Manhã (PE)**, 31 mai. 1931, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

uma filial da FBPF[174], cuja sede estava localizada no Rio de Janeiro. Entretanto, na prática, não foi o que realmente veio a ocorrer. De acordo com a matéria divulgada, Martha de Hollanda chegou mesmo a declarar filiação à Federação Brasileira e paralelamente "convidar a poetisa Edwiges de Sá Pereira, para assumir o lugar de presidente de honra da Cruzada[175]". Apesar disso:

> Ao ser procurada, Edwiges informou que estava na condição de delegada da Federação Brasileira e empenhada na fundação de uma filial em Pernambuco[176], insistindo então que o grupo de Martha se filiasse a ela para evitar os dissídios tão inconvenientes aos ideais coletivos, o que não foi possível. Edwiges de Sá declinou do convite de ser presidente de honra da Cruzada Feminista, fundada por Martha, assim como Martha de Hollanda não aceitou o convite de participar da Federação Pernambucana, criada por Edwiges[177].

A partir de então, instaurou-se uma divergência entre as líderes feministas pernambucanas. Embora ambas partilhassem ideais afins no que diz respeito à emancipação da mulher — salvaguardadas algumas particularidades[178] —, optaram por seguir dirigindo suas respectivas organizações. "O movimento feminista organizado em Pernambuco começa cindido, portanto, em duas frentes[179]".

Ademais, em missiva a Bertha Lutz, Martha explicou o cenário e proferiu algumas considerações, afirmando não julgar sentido em unir-se a um grupo que ainda estava em processo de organização e partilharia dos mesmos objetivos; quando ela, na verdade, já havia tornado real a criação de seu próprio núcleo. Ainda assim, mostrou-se disposta a colaborar no que estivesse a seu alcance com as demais sociedades que viessem a surgir e finalizou a carta dizendo que esperava contar com

---

[174] Cruzada Feminista Brasileira. **Diário da Manhã (PE)**, 31 mai. 1931, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.
[175] Ibid., p.2.
[176] Trataremos especificamente sobre a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino no último tópico deste Capítulo.
[177] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.9. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.
[178] Martha de Hollanda, por exemplo, posicionava-se abertamente a favor do divórcio, enquanto Edwiges de Sá, assumidamente católica, era contrária à ruptura do matrimônio (FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p.39-40. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife)
[179] NASCIMENTO, op. cit. p.10.

sabedoria, inteligência e a experiência de Bertha para guiá-la pela estrada cheia de espinhos, pedras e cardos que penetrava[180].

A análise desse episódio consiste em um ponto de grande importância para desmistificarmos a perspectiva de unidade em torno do movimento feminista brasileiro. É bem verdade que a presidente da FBPF se esforçou na tentativa de sistematizá-lo dessa maneira, entretanto a existência de diferentes posicionamentos e táticas não permitiram tal efetivação, resultando até mesmo no afastamento de algumas integrantes[181].

De maio de 1931 em diante, tornou-se frequente identificar, nos jornais que circulavam no Recife, a presença de chamadas das reuniões propostas pela Cruzada Feminista. Via de regra, as notas traziam informações sobre a data, o local, o horário e as pautas a serem discutidas no encontro. Essa estratégia contribuía não somente para atualizar as suas componentes, mas também para cooptar apoio e maior atenção de simpatizantes às causas. Ao fim dessas convocatórias, era igualmente habitual, a divulgação de breves resumos que procuravam deixar o(a) leitor(a) a par do que havia sido debatido e/ou decidido. A título de exemplo, temos: "Reúne-se, hoje, a Cruzada Feminista Brasileira. A sessão será presidida pela escritora Martha de Hollanda e terá lugar na sua sede, à rua da Alegria, nº.178. Tratar-se-á da leitura, discussão e redação final dos Estatutos Sociais [...][182]" ou ainda:

> Deverá reunir-se, hoje, às 17h na sua sede, à rua da Alegria, nº. 178, a Cruzada Feminista Brasileira. O objetivo dessa sessão é relevante, pois deverá reger os desafios da sociedade. A sua presidente, a escritora Martha de Hollanda, convida todas as suas companheiras para comparecerem à reunião, que se augura brilhantíssima, dado o importante motivo que a convoca. É de crer que as componentes da Cruzada Feminista Brasileira, cumpram o preceito de seus estatutos, agora que a questão feminista, no Brasil, tem tantos motivos importantes para estudo e decisão imediata[183].

---

[180] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.10. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

[181] FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

[182] Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal Pequeno (PE)**, 9 jul. 1931, p.2. Fundação Joaquim Nabuco.

[183] Associações: Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal do Recife (PE)**, 29 out. 1931, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

Foi justamente em uma dessas reuniões, com o auxílio de suas associadas, que Martha de Hollanda elaborou o plano de ações e metas da Cruzada. Esse estatuto, assim como boa parte dos que vieram a surgir em paralelo à criação de filiais da FBPF pelo Brasil, dispunha de bases similares. Embora, como mencionamos, a associação feminista comandada pela vitoriense não tenha estabelecido uma ligação direta com a Federação Brasileira, a equivalência de objetivos elencados em suas plataformas não passa despercebida.

Quadro 1 – Plataforma de ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da Cruzada Feminista Brasileira.

Plataforma de ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	Plataforma de ações da Cruzada Feminista Brasileira
1. Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; 2. Proteger as mães e a infância; 3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5. Estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; 6. Assegurar à mulher direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; 7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental**.**	a) Elevar o nível intelectual e social da *mulher nordestina*, assegurando-lhe todos os direitos e promovendo-lhe a instrução necessária para a conquista de seu justo lugar nas sociedades civilizadas; b) assegurar as suas prerrogativas civis e constitucionais, facultando-lhe as garantias legislativas concernentes ao seu trabalho, e as medidas protetoras às mães e à infância; c) estimular o seu espírito de organização, orientando-a nos problemas que, direta ou indiretamente possam interessar-lhe, estendendo e ampliando a sua esfera de ação a todos os círculos civis e políticos; d) provocar o intercâmbio intelectual com as demais nações principalmente aquelas do continente americano, afim de que, pela sua ação homogênea e segura, seja mantida a paz e a tranquilidade do mundo.

Fonte: KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.278-279 apud HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.107 e Cruzada Feminista Brasileira. **Diário da Manhã (PE)**, 31 mai. 1931, p.2, *grifo nosso*. Hemeroteca Digital Brasileira.

A preocupação com a educação e a instrução feminina figura como o primeiro objetivo em ambas as plataformas, ainda que, no programa da Cruzada, chame a atenção o direcionamento específico do termo *mulher nordestina*. Além disso, são análogos os desejos de dispensar cuidados e medidas protetoras às mães e à infância; de assegurar a prática profissional e garantir direitos políticos; de estimular o

espírito de organização e cooperação entre as mulheres — ampliando as possibilidades de atuação e consciência acerca das questões sociais —; e, por fim, de realizar trocas intelectuais com outras nações. Sobre o último propósito, é interessante atentarmos para seu caráter utópico, uma vez que almejava a manutenção da paz no Hemisfério Ocidental (FBPF) e até mesmo no mundo (Cruzada Feminista). Talvez, a existência desse item fosse reflexo da recente memória de uma guerra mundial vivenciada no início do século XX.

Embora não conste explicitamente no estatuto da Cruzada, havia por parte de suas integrantes a preocupação em fundar grupos ligados à associação no interior do estado de Pernambuco. Tal pauta foi discutida oficialmente na reunião do dia 27 de julho de 1931, como registrou o *Jornal do Recife* (PE): "[...] já está se fazendo sentir a propaganda pela organização de núcleos federados nas cidades do interior, notadamente: Nazaré, Vitória, Bezerros e Caruaru[184]".

Tendo em vista os planos de ações supracitados, faz-se imprescindível elucidarmos que grande parte dessas reivindicações não eram inéditas. Já no primeiro decênio do novecentos, trabalhadoras organizavam-se por meio de associações e lutavam por melhores garantias de trabalho e de vida, isso incluía pontos em comum aos apresentados no *Quadro 1*. Quanto ao tema, Glaucia Fraccaro, em seus estudos sobre a classe trabalhadora na cidade de São Paulo, entre os anos 1917 e 1937, afirma que "seja por meio de ligas ou fora delas e dos sindicatos, a participação das mulheres na força de trabalho e na organização social, dita enfraquecida por alguns, se alastrou pelos anos 1920[185]". Para exemplificar, a pesquisadora menciona os esforços do Centro Feminino de Jovens Idealistas ao abrir duas escolas gratuitas com a finalidade de promover instrução às mulheres operárias[186] e a União Operária em Fábricas de Tecidos (UOFT), que, por sua vez, reivindicou ao Ministério do Trabalho "[...] que se aplicasse a licença maternidade sem prejuízo de vencimentos e que fosse promovida a proteção à infância e à velhice[187]". Nessa perspectiva, o principal elemento que diferencia a atuação dessas mulheres da atuação das integrantes das organizações feministas institucionalizadas diz respeito, de modo direto, à amplitude

[184] Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal do Recife (PE)**, 6 ago. 1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
[185] FRACCARO, Glaucia Cristina. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016, p.48. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campinas, São Paulo.
[186] Ibid., p.48.
[187] Ibid., p.55.

de suas reivindicações. Enquanto as primeiras batalhavam por melhorias perante demandas específicas surgidas nos locais em que trabalhavam — e isso também permeava as questões de gênero —, as segundas pleiteavam o reconhecimento de tais prerrogativas à nível nacional, ou seja, objetivavam estendê-las a todas as mulheres. Vale pontuar também que, por pertencerem à elite, dispunham de mais privilégios, maior visibilidade e acesso aos veículos de comunicação, mesmo que tais parâmetros não devam ser usados isoladamente para determinar hierarquia ou grau de importância entre os grupos de mulheres mencionados.

Em novembro de 1931, especificamente na noite do dia 12, finalmente foi empossada a diretoria efetiva da Cruzada Feminista Brasileira. A requintada solenidade ocorreu no Clube Internacional do Recife[188], que, à época, funcionava à rua da Aurora[189]. Na ocasião, a escritora Martha de Hollanda pronunciou as seguintes palavras:

> Cruzada Feminista Brasileira!... Mocidade! Luz! Som! Liberdade! Justiça! [...]. Minhas queridas, escolhestes-me para dirigir os destinos desta casa, e eu, por vós, pela nossa causa, pela nossa glória, atravessarei todos os caminhos do impossível [...]. Beijando-vos, sentindo o ardor da fé em vossos olhos, e a ventania desenfreada da liberdade sacudir os meus cabelos, eu vos repito, parafraseando o

[188] O Clube de Regatas Ultramarino surgiu fruto da iniciativa de Antonio João d'Amorim, o Barão de Casa Forte. Junto com outros associados, representantes da elite pernambucana, instaurou, em 1885, no primeiro andar de um sobrado colonial a sede do clube [...]. Entretanto, com o tempo o objetivo inicial de sua criação — clube exclusivo de remo — foi se tornando inalcançável, posto que só conseguiu realizar seis regatas. Desde então, abriu-se espaço para outras atividades muito em voga na vida social da época como os saraus dançantes, bailes festivos e jogos de cartas. Em 1889, a sua denominação mudou para Clube Internacional do Recife [...]. A partir de 1914, a agremiação passou a funcionar na rua da Aurora, n.265. Em meados da década de 1930 viveu uma grave crise econômica, contando com apenas 32 sócios. A esperança de vencer a crise surgiu quando a Prefeitura do Recife adquiriu o prédio e, paralelamente, crônicas e propagandas em favor do Clube foram publicadas nos jornais. Somente em 1937, foi adquirido o Solar do Benfica, no bairro da Madalena, onde até hoje funciona sua sede (BARBOSA, Virgínia. **Clube Internacional do Recife**. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=990%3Aclube-internacional-recife&catid=38%3Aletra-c&Itemid=1>. Acesso em: 28 nov. 2018).

[189] Já por volta de 1806, Casimiro Antônio de Medeiros, proprietário de um terreno alagado, construiu no local, então conhecido como "Pântano do Casimiro", algumas casas que vieram a ser as primeiras da rua que teve, já nesse tempo, o nome popular de rua da Aurora, justamente por receber os primeiros raios do Sol. Tinha início, dessa forma, o primeiro trecho do novo arruamento, margeando o Rio Capibaribe, partindo da ponte e do aterro da Boa Vista até a esquina da rua Formosa, onde, em 1829, foi construída a Fábrica da Fundição d'Aurora, uma possante indústria de propriedade da firma *Hamington & Star* [...]. O segundo trecho desse logradouro, que vai da atual Avenida Conde da Boa Vista à rua do Riachuelo, surgiu por volta de 1840, com a edificação do grande casarão da esquina da então rua Formosa (hoje Av. Conde da Boa Vista), pelo futuro Barão de Beberibe (Francisco Antonio de Oliveira), que também construiu os quatro sobrados seguintes. Depois surgiu a sede do Clube Internacional, cujo prédio foi posteriormente ocupado pela Prefeitura, quando o clube se mudou para a Praça Euclides da Cunha, na Madalena [...]. Era bem uma rua de barões, consequentemente de elite [...]. Seus prédios assobradados ou não, com fachadas de azulejos, eram imponentes e ricamente decorados (CAVALCANTI, Carlos e CAVALCANTI, Vanildo. **O Recife e suas ruas**: se essas ruas fossem minhas... Recife: IAHGP, 2010, p.110-111 e 112).

> sinete de fogo da nossa história: A Cruzada Feminista Brasileira, espera que cada uma cumpra o seu dever[190].

A começar pela própria diretoria, os deveres a que Martha se referia foram delegados no intuito de manter a organização criada em pleno funcionamento. Com base nas fontes coletadas e a partir de estudos de outros(as) pesquisadores(as)[191], tornou-se possível identificarmos os nomes e a maioria das profissões exercidas pelas integrantes eleitas. Constatamos que tais mulheres estavam, no geral, ligadas a ocupações voltadas ao âmbito educacional ou relacionadas ao campo das Letras — justamente o primeiro espaço de profissionalização aberto ao sexo feminino. Segundo Luciene Freitas, autora da biografia da líder da Cruzada, "Martha e Heloísa Chagas eram cabeças do movimento, além de outras escritoras de renome como Celeste Dutra[192]".

Ainda com relação a esse contexto, merece destaque o efeito provocado pelas gradativas adesões à associação em questão. Na maior parte dos casos, a cada novo anúncio de apoio e colaboração, era habitual a publicação de uma nota, como as três a seguir, veiculadas no *Jornal do Recife* (PE) e *Jornal Pequeno* (PE):

> Vem aderir a Cruzada Feminista, fundada pela escritora Martha de Hollanda, a acadêmica de Direito, Iolanda Mendonça, intelectual alagoana e das mais perfeitas organizações intelectivas da nossa sociedade. Nome consagrado e mulher emancipada, o seu esforço será utilíssimo aquele núcleo já com irradiação firmada entre nós, e com esplêndida nomeada fora das fronteiras[193].
>
> [...]
>
> A Cruzada Feminista Brasileira vence galhardamente a apatia do nosso meio ambiente. Dirigida por espírito culto da nossa terra, a sociedade sonhada por Martha de Hollanda, vai colhendo os seus melhores frutos, nos resultados ótimos que vem contando. A mocidade feminina e estudiosa do Recife, no que ela possui de mais lídimo, já reclama a Cruzada. Auri Moura, a linda poetisa que o Ceará nos mandou, e, que, em a nossa Faculdade de Direito, compulsa os velhos

---

[190] FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.123.

[191] Tanto Luciene Freitas em sua obra FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, como Alcileide Cabral do Nascimento, no artigo NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018, apresentam a composição efetiva da diretoria da Cruzada Feminista Brasileira.

[192] FREITAS, op. cit., p.122.

[193] Iolanda Mendonça e a Cruzada Feminista. **Jornal do Recife (PE)**, 8 ago. 1931, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

> compêndios da ciência do bom e justo não tem desmerecido o culto de inteligência que é lendário na terra cearense. Escritora elegante e acadêmica das mais notáveis pelo talento e pela aplicação, Auri Moura é um belo concurso para a obra magnífica da Cruzada[194].
>
> [...]
>
> A Cruzada Feminista Brasileira sob a presidência da brilhante escritora Martha de Hollanda, vai realizando seu objetivo. E não são poucas as magníficas adesões, que dia a dia, vem recebendo. Vem assinar proposta a escritora Sylvia do Passo, que tem prestado seu brilhante concurso aos jornais pernambucanos, sob o pseudônimo de Violeta do Passo[195].

Posteriormente, as circunstâncias levaram Iolanda Mendonça, Auri Moura e Sylvia do Passo a tornarem-se membros do quadro efetivo da diretoria da Cruzada Feminista. Nesse sentido, não podemos deixar de considerar que, à medida que o número de filiadas crescia e era anunciado, outras mulheres eram estimuladas e encorajadas a tomar atitude semelhante — posto que algumas delas possuíam empatia pelo movimento, mas se sentiam intimidadas em decorrência de motivos ligados à imagem perante a sociedade, ao impedimento por parte do cônjuge, dentre outros fatores. Como é possível identificar nos trechos, as intelectuais eram apresentadas em tom respeitável e elogioso, soando como exemplos a serem seguidos.

Quadro 2 – Diretoria da Cruzada Feminista Brasileira eleita para assumir as atividades no período correspondente a nov./1931 – nov/1932.

Cargo	Nome	Ocupação
Presidente	Martha de Hollanda Cavalcanti	Escritora e poetisa
Vice-Presidente	Auri Moura	Poetisa e bacharelanda em Direito[196]
Oradora	Heloísa Chagas	Escritora
Oradora Adjunta	Juracy Goés	X
Primeira-secretária	Celeste Dutra	Escritora

[194] Cruzada Feminista Brasileira e a acadêmica Auri Moura. **Jornal do Recife (PE)**, 9 ago. 1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
[195] **Jornal Pequeno (PE)**, 10 set. 1931, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.
[196] Uma nota publicada no *Diario de Pernambuco*, em 18 de março de 1932, informava: "Vem de concluir o seu curso de Direito em nossa a Faculdade a distinta poetisa cearense Auri Moura que obteve lisonjeiras aprovações" (Diversas. **Diario de Pernambuco**, 18 mar. 1932, p.4. Fundação Joaquim Nabuco).

Segunda-secretária	Jacyra Góes	X[197]
Tesoureira	Antônia Maranhão	Professora
Bibliotecária	Sylvia do Passo[198]	Escritora
Procuradora	Antonina Martins	Farmacêutica
Procuradora	Edmée Barbosa	Professora
Comissão Fiscal	Maria Elisa Viegas de Medeiros	Professora[199]
Comissão Fiscal	Herundina Oliveira	X
Comissão Fiscal	Iolanda Mendonça	Bacharelanda em Direito[200]

Fonte: O quadro foi elaborado pela autora com base em dados coletados a partir de duas notícias: Cruzada Feminista Brasileira. **Diario de Pernambuco**, 29 set. 1931, p.4. Fundação Joaquim Nabuco e Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal do Recife**, 13 nov. 1931, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

A cerimônia de inauguração foi, sem dúvida, relevante para oficializar a existência da Cruzada Feminista, apresentar suas componentes, reforçar os objetivos e atrair olhares. Contudo, não era novidade que a aludida associação já desempenhava suas atividades desde o primeiro semestre de 1931, fato que podia

[197] A única informação que obtivemos sobre Jacyra Góes deu-se por meio da seguinte nota publicada no Diario de Pernambuco: "Faz anos hoje a senhorita Jacyra Góes, irmã do conceituado clínico nesta capital, dr. Luiz de Góes" (Diário social. **Diario de Pernambuco**, 10 jan. 1930, p.4. Fundação Joaquim Nabuco). A partir dela, pudemos inferir que, provavelmente, Jacyra pertencia a uma família influente na época.

[198] Sylvia do Passo escreveu, um ano antes de tornar-se oficialmente associada da Cruzada, uma coluna de opinião, demonstrando a admiração que nutria por Martha de Hollanda. Esta intitulava-se *Martha de Hollanda: a simpatia dispensa etiqueta*, na qual afirmava que a líder feminista havia despertado nela um desejo incontido de externar suas impressões, além de registrar o bem que havia lhe feito, o contato com as suas obras e ideais da poetisa. A escritora fez questão de pontuar a cultura elevada e a inteligência da vitoriense, afirmando que esta "[...] tinha a difícil missão de trazer aos cegos pelo egoísmo, um pouco da luz sublime da realidade, e um pouco de afeto" (**Jornal do Recife (PE)**, 30 ago. 1931, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira).

[199] A ocupação de Maria Elisa Viegas de Medeiros foi identificada a partir do trecho da notícia: "Em seguida, foi designada uma comissão composta dos professores José Vicente Barbosa, Deoclecio Cezar de Lima, Helena Pugô, Zulmira de Paula Almeida e Maria Elisa Viegas de Medeiros para, em nome da Sociedade Pernambucana de Educação, apresentar os cumprimentos ao exmo. srs. drs. Carlos de Lima Cavalcanti, atual presidente do Estado" (Vida escolar: Sociedade Pernambucana de Educação. **Diario de Pernambuco**, 11 nov. 1930. Hemeroteca Digital Brasileira) e da publicação: "Os alunos do Grupo Maciel Pinheiro levaram à cena, ontem à noite, em reprise, a revista infantil *Coisas do meu Brasil*, de autoria da professora Maria Elise Viegas de Medeiros" (Coisas do meu Brasil. **Diario de Pernambuco**, 13 out. 1937, p.7. Hemeroteca Digital Brasileira).

[200] Identificamos a ocupação de Iolanda Mendonça a partir da nota publicada no *Diario de Pernambuco*: "Será julgado na sessão de segunda-feira o indivíduo Pedro Severino de Oliveira Ramos [...]. A sua defesa está confiada a senhorita Iolanda Mendonça, acadêmica de Direito que a fará da tribuna do júri" (Uma advogada no júri. **Diario de Pernambuco**, 24 jul. 1931, p.2. Fundação Joaquim Nabuco).

ser acompanhado por meio das notícias e matérias que circulavam nos jornais de Pernambuco e de outros estados brasileiros.

Nesse cenário, a realização de uma campanha marcou em definitivo a trajetória dessa organização feminista: os esforços reunidos em prol das viúvas desvalidas. Tal movimentação teve início no segundo semestre do mesmo ano — ou seja, antes da solenidade ocorrida no Clube Internacional — e se estendeu por todo o ano de 1932, contando com a mobilização de diversos setores da sociedade recifense, desde firmas, comerciantes e até a Secretaria do Estado de Pernambuco. O alcance da campanha pode ser atestado por meio da publicação no periódico *O Estado* (SC), que destacava:

> [...] A referida instituição está fazendo larga distribuição pelas repartições públicas e casas comerciais de caixas destinadas a receberem óbolos para as viúvas pobres. Essas caixas serão abertas em dezembro, e o produto que apresentarem será distribuído à título de festas de Natal. Daí em diante a coleta será feita mensalmente, para imediata distribuição[201].

Deveras, a Cruzada não se deteve apenas a essa campanha filantrópica, tendo trabalhado concomitantemente em prol da melhoria das condições de trabalho feminina, da conquista do voto e pela garantia de instrução à mulher, entretanto é inegável que esse conjunto de práticas em virtude das viúvas tornou-se o carro-chefe da organização no quesito assistencial.

As chamadas assinadas pela própria Martha configuravam uma forte estratégia do movimento feminista para atrair atenção. Em tom firme e apelativo, a escritora convocava o público feminino: “Mulheres! Ide à porta da Cruzada Feminista Brasileira jogar uma flor de caridade sobre os destinos nevoentos das viúvas abandonadas[202]” ou ainda “Mulheres! Acompanhai a Cruzada Feminista Brasileira, pedindo de porta em porta, luz para as choupanas das viúvas deserdadas[203]”.

O reconhecimento da competência e do trabalho desempenhado pelas feministas no campo social veio aos poucos. De certo modo, isso conferiu legitimidade e permitiu que essas mulheres alçassem novos voos, sendo um ponto que merece igual destaque. Tal situação pode ser verificada por meio da atitude da Secretaria de

---

[201] Iniciativa da Cruzada Feminista Brasileira. **Jornal O Estado (SC)**, 22 ago. 1931, p.13. Hemeroteca Digital Brasileira.
[202] **Jornal Pequeno (PE)**, 15 jan. 1932, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.
[203] **Jornal Pequeno (PE)**, 27 jan. 1932, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.

Viação, Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas do Estado Pernambuco. De acordo com a notícia publicada no *Jornal Pequeno* (PE) e no *Jornal do Recife* (PE)[204]:

> A Cruzada Feminista Brasileira vai galhardamente vencendo as etapas a que se propôs para a proteção das viúvas pobres. Este gesto de um punhado de senhoras correndo em auxílio das mães viúvas e pobres é daqueles que se impõe às simpatias de todas as classes. E tanto é assim que o secretário de Viação, Agricultura, Indústria, Comércio e Obras Públicas, atendendo um apelo da escritora Heloísa Chagas, dá-nos uma prova da consideração dispensada às batalhadoras incansáveis da Cruzada, cedendo, para serem distribuídos no dia 30 do corrente mês com as viúvas pobres, cinco sacos de café e o Dr. Caminha Franco, zeloso diretor das Obras Públicas, completa o gesto humanitário do dr. João Cleopas, por solicitação das escritoras Martha de Hollanda e da Srª. Dra. Bulamarque, mandando fazer o transporte do café referido das Docas do Porto para a sede da Cruzada[205].

As fontes documentais evidenciam que as etapas da campanha foram acompanhadas de perto pela imprensa. A veiculação das notícias colaborava para envolver e despertar a atenção dos(as) leitores(as) e angariar não só um maior número de doações por parte da população, como também das autoridades e personalidades importantes à época. Logo, averiguamos que houve uma significativa preocupação em divulgar todo o processo — desde as chamadas de Martha de Hollanda, os locais e estabelecimentos que se propuseram a atuar como postos de coleta, o registro das ofertas que iam sendo gradativamente recebidas, dentre outros.

Em meio a isso, havia aqueles que projetavam, no crescente ganho de visibilidade das pautas feministas, uma oportunidade para conferir suporte à causa, mas, para além disso, uma forma de autopromoção e propaganda. Assim sendo, estabelecia-se uma via de mão dupla, por meio da qual os movimentos recebiam apoio e, simultaneamente, acabavam por divulgar seus/suas colaboradores(as) e apoiadores(as). Temos o exemplo do acordo ajustado entre a Cruzada e a firma *M. G. Ferreira*:

---

[204] A mesma notícia foi veiculada quatro dias depois, em 20 de janeiro de 1932, pelo Jornal do Recife (PE), com os seguintes dizeres: "Um grupo de senhoras pernambucanas têm alcançado vitórias magníficas, por intermédio de seu núcleo representativo – Cruzada Feminista Brasileira. Agora mesmo as escritoras patrícias Heloísa Chagas e Martha de Hollanda e a Srª. Drª. Bulamarque acabaram de obter café e transporte, para serem ao 30 distribuídos às viúvas. O Dr. João Cleopas, Secretário da Agricultura, atendendo à solicitação de Heloísa Chagas, dará cinco sacos de café e o Dr. Caminha Franco, Diretor das Obras Públicas, tendo recebido pedido de Martha de Hollanda e Srª. Drª. Bulamarque mandará transportar o café das Docas do Porto para a sede da Cruzada" (**Jornal do Recife (PE)**, 20 jan. 1932, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira).

[205] **Jornal Pequeno (PE)**, 16 jan. 1932, p.2. Fundação Joaquim Nabuco.

> A brilhante escritora Martha de Hollanda, tergiversa no caminho que se traçou para atingir o fim altamente humanitário de amparar as viúvas desamparadas. E vence. E o seu esforço consegue tudo o que o seu espírito determina. Martha entre o muito que tem obtido para a sua linda campanha, conseguiu, agora a propaganda as transvias da *Tramways* gratuitamente feita pela firma *M. G. Ferreira*, cessionária dos serviços de anúncios. E em quase todos os bondes da companhia inglesa lê-se a legenda magnífica: *Vinde, pelas mãos da Cruzada Feminista Brasileira minorar o desconforto das viúvas desamparadas*[206].

Percebemos, a partir dos referidas indícios, que Martha de Hollanda estendeu o alcance da campanha em benefício das viúvas desamparadas, objetivando que um número cada vez maior de pessoas tivesse conhecimento da causa. As transvias dos bondes da *Tramways*[207] eram, indiscutivelmente, locais muito movimentados, nos quais incontáveis transeuntes passavam ao longo do dia. A firma de serviços de anúncios *M. G. Ferreira* passava, dessa forma, a estampar e difundir o clamor da Cruzada em prol das viúvas em quase todos os bondes da companhia, colaborando diretamente para o seu crescimento e fortalecimento enquanto instituição.

Finalmente, havia chegado o grande dia. A expectativa pela abertura das caixas parecia ser intensa e não passou despercebida. Como demonstra o relato divulgado pelo *Jornal Pequeno* (PE):

> Realizou-se ontem, na sede da Cruzada Feminista Brasileira, a abertura das caixas expostas em diversos estabelecimentos da cidade para receber os óbolos destinados às viúvas pobres protegidas por aquele núcleo feminino. Após a abertura das referidas caixas, procedeu-se a verificação e contagem das quantias nelas contidas. Presidiu a solenidade a educadora sra. Adriana Pereira de Souza, da Diretoria do Colégio Santa Margarida, tendo sido lavrado o necessário termo, pela Secretária Mme. dr. Mário Castro. Hoje, será a distribuição dos óbolos. Martha de Hollanda completou a obra ingente a que se entregara, com a sua inteligência e seu cuidado. A entrega será às três horas da tarde na Associação dos Empregados do Comércio[208].

A entrega foi noticiada pelo mesmo jornal, no dia 1º de fevereiro de 1932, que, dessa vez, enviou correspondentes para participar do evento a convite da própria Cruzada Feminista. Nos registros, a figura de Martha de Hollanda foi bastante enaltecida, tendo sido responsabilizada por levar consolo e felicidade às beneficiadas.

---

[206] **Jornal Pequeno (PE)**, 25 jan. 1932, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.

[207] A *Pernambuco Tramways* era uma empresa inglesa que operava linhas de bondes elétricos, no Recife. Inaugurada em 13 de outubro de 1914, substituiu os bondinhos de burro da antiga Companhia Ferro-Fabril. O trajeto inicial se estendia do Recife até Olinda (QUINTAS, Fátima. **O Recife**: passeio à antiga. Recife: Bagaço, 2008, p.71).

[208] **Jornal Pequeno (PE)**, 16 jan. 1932, p.2. Fundação Joaquim Nabuco.

O periódico elencou que, no amplo salão da Associação dos Empregados no Comércio, reuniu-se “a elite da elite pernambucana e junto a ela, cento e cinquenta viúvas desamparadas pelo destino[209]”. Na festividade foram distribuídos doces, fazendas, cafés e dinheiro em espécie; espórtulas de 20$000 a cada uma das viúvas registradas pela Cruzada e óbolos menores às que não eram oficialmente fichadas. Ainda segundo a descrição, a cerimônia foi numerosa e bastante disputada por banqueiros, comerciantes, autoridades, jornalistas e intelectuais. Fato este que prova a evidência dos feitos executados pela Cruzada, além do destaque para suas integrantes e a possibilidade de estabelecer novos elos sociais e políticos.

Nesse viés, analisar a filantropia praticada pelas associações feministas nas primeiras décadas do século XX continua sendo de suma importância a cada novo estudo, pois nos permite repensar o papel que tais organizações desempenharam no processo de transformação da consciência das mulheres envolvidas. Além disso, auxilia-nos a compreender melhor a organização dos movimentos feministas no Brasil, posto que estes foram canais propícios tanto para a disseminação do fluxo de ideias e de novos questionamentos bem como para o aprendizado a partir do constante convívio com outras mulheres, da experiência de administração e do estabelecimento de redes de interesses e alianças.

No que concerne especificamente à questão da emancipação política do sexo feminino, podemos pontuar que, além da tentativa de alistamento em 1928 e dos inúmeros posicionamentos em favor do sufrágio feminino, a líder da Cruzada ousou dar um passo ainda maior. Martha tentou estabelecer contato direto com o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, por meio de um memorial. Como registrou o *Jornal do Recife* (PE), a feminista combateu com juridicidade as restrições que se encontravam na lei no que dizia respeito ao direito de a mulher exercer o voto. A matéria publicada confirma que havia, igualmente, a intenção do envio de um segundo memorando, dessa vez assinado por todos(as) os(as) sócios(as) da entidade e também “por um grande número de senhoras e senhorinhas que se inscreveram nas listas de adesão[210]”.

No primeiro memorial, a poetisa clamava a atenção do então representante da nação brasileira:

---

[209] **Jornal Pequeno (PE)**, 1 fev. 1932, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.
[210] **Jornal do Recife (PE)**, 6 out. 1931, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

> Viestes das colinas rio-grandenses trazendo na vanguarda das vossas hostes, as tradições de cavalheirismo e a bravura da aguerrida gente gaúcha. E como a vossa cultura e o vosso civismo não mais queriam senão a redenção do Brasil escravizado e vendido, a lâmina de vossa espada não se tingiu no sangue de vossos irmãos, apenas, a força do direito lidimo dos candidatos políticos, que deveriam continuar a obra nefanda da ruína nacional. Então, na minha aldeia natal, eu me batia, cantando e sorrindo pela vitória da vossa causa. E horas tristes do Sol posto, olhos parados do horizonte onde o céu se curva para beijar o mar, eu pensava no meu Brasil, liberto, entre lanças dos guerreiros do sul, entre as quais brilhava aquela que brandíeis — príncipe magnifico de valentia, intrépida e consciente. E sonhava. Sonhava com a alvorada do novo 13 de maio, que deveria vir para a minha terra[211].

Ostentando erudição e conhecimento de causa, a feminista demonstrava que não se renderia com facilidade. O memorando foi enviado no ano de 1931, e, muito embora o voto feminino só tenha se tornado realidade no ano seguinte, tal atitude evidencia o destemor em reivindicar os direitos políticos e o fato de empenhar-se por uma sociedade que conferisse o reconhecimento das mulheres para além das barreiras domésticas. As palavras tinham poder... E Martha de Hollanda e as demais integrantes da Cruzada parecem ter notado isso num momento crucial.

No primeiro semestre de 1931, enquanto a Cruzada Feminista vinha ao mundo, o Rio de Janeiro assistia a uma grande movimentação por parte das feministas da Federação Brasileira. Iniciava-se, assim, os preparativos para a realização de um evento que se configuraria como o grande responsável pela criação de um número ainda maior de núcleos feministas brasileiros e, igualmente, pela institucionalização de outros que já haviam dado o primeiro passo nesse intento. O segundo caso se aplica diretamente aos movimentos surgidos em Pernambuco. Antes de 1931, era possível identificar no estado práticas e mulheres declaradamente feministas; após esse ano, o feminismo consolida-se, de fato, por meio de associações reconhecidas.

Como vimos, a Cruzada Feminista foi a primeira delas e, devido a discordâncias de posicionamento, acabou não sendo a “escolhida” para representar, na terra pernambucana, a entidade liderada por Bertha Lutz. De todo modo, sabemos que o convite para o referido encontro chegou até Martha[212]. Por meio de uma missiva,

---

[211] **Jornal Pequeno (PE)**, 8 out. 1931, p.3. Fundação Joaquim Nabuco.

[212] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.12. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

a escritora respondeu informando que quem a representaria seria a sra. D. Maria Eugênia Celso e reiterando que a Cruzada Feminista constituía o primeiro núcleo feminista organizado em Pernambuco[213]. Entretanto, a documentação não nos fornece subsídios suficientes para confirmar se a referida representante realmente viajou à capital federal. A única certeza de que dispomos é de que a poetisa, por razões pessoais, optou por não comparecer.

2.2 Ecos do II Congresso Internacional Feminista e a sua influência para a institucionalização do feminismo pernambucano

"A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que desde a sua fundação em 1922, tem sido a orientadora e coordenadora do movimento feminista, resolveu em sessão de diretoria, de 23 do corrente mês, organizar o II Congresso Feminista[214]". Assim informava a notícia publicada nas páginas do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1931, anunciando mais um importante passo para o movimento feminista no Brasil: a organização de um evento a nível internacional. O fato de o periódico carioca veicular tal informativo meses antes da realização do congresso, faz-nos atestar não apenas a sua grandiosidade em termos estruturais, como também verificar o tempo que precisou ser dedicado à sua preparação.

Na prática, a experiência não era inédita. Isso porque, a partir de 1922, o acúmulo de vivências e contatos feitos por Bertha Lutz à frente da recém-criada FBPF intensificou-se e contribuiu para que o movimento feminista brasileiro atraísse, gradativamente, a atenção da elite dentro e fora do país. Associado a isso, o contexto histórico que foi se delineando acabou por permitir tais mudanças. O ano de 1922 foi, sem dúvida, atípico e bastante turbulento no Brasil, principalmente em decorrência da sucessão de inúmeros eventos culturais e políticos, como:

> [...] a Semana de Arte Moderna (fevereiro); eleições para presidente (março) e vice-presidente (março e agosto); a fundação do Partido Comunista (março); o Levante dos 18 do Forte — a primeira das revoltas tenentistas (julho); a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (agosto); as comemorações do Centenário da Independência (setembro); o Congresso Jurídico Brasileiro (outubro);

[213] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.12. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

[214] Congresso Feminista. **Jornal do Comércio (RJ)**, 26 fev. 1931, p.8. Hemeroteca Digital Brasileira.

> a Exposição Internacional (de setembro a dezembro), a posse de Artur Bernardes (novembro) e a Conferência pelo Progresso Feminino (dezembro)[215].

Nessa conjuntura, um número cada vez maior de mulheres e apoiadores foi sendo mobilizado e as pautas feministas colocadas em evidência — como tratamos no Capítulo Primeiro. Essa ampliação culminou, portanto, no I Congresso Internacional Feminista[216], que veio a ocorrer ainda em dezembro do mesmo ano e teve como sede a capital federal[217]. Durante a sua realização, a FBPF chegou a manter um programa de rádio por meio do qual fazia propagandas e reforçava a importância do comparecimento aos fóruns de discussão do evento[218], experenciando, desse modo, outros espaços de divulgação.

A cobertura por parte da imprensa nacional e internacional tanto das ações desenvolvidas pela Federação Brasileira quanto das atividades executadas no I Congresso configurou-se como um importante fator para o estreitamento de laços

---

[215] KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.2, 2018, p.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200222>. Acesso em: 20 nov. 2018.

[216] Não temos por objetivo abordar o I Congresso Internacional Feminista de forma aprofundada. Entretanto, citar sua ocorrência faz-se imprescindível, tanto por ter sido o primeiro evento realizado no Brasil capaz de reunir feministas de diversos países com a finalidade de discutir pautas relacionadas à emancipação da mulher quanto pelas possibilidades que o encontro por si só promoveu. Câmbio de informações, novas ideias, conhecimento de outras práticas, formação de alianças, visibilidade na imprensa e a própria experiência de organização foram apenas algumas das inúmeras contribuições apreendidas pelas integrantes das organizações feministas brasileiras. Não podemos deixar de elucidar a presença da norte-americana Carrie Chapman Catt, presidente da National Woman Suffrage Association (NAWSA), associação estadunidense fundada em 1868, na cidade de Nova Iorque. Sua participação foi um elemento que trouxe força e grandiosidade ao congresso em decorrência da imagem que ela representava à época. Catt destoava das ações radicais das feministas inglesas, e, segundo a historiadora Mônica Karawejczyk, a ligação entre ela e Bertha Lutz foi um dos fatores que mudaram o rumo do movimento organizado feminino no Brasil. Desde então, Lutz passou a adequar os propósitos da LEIM e, posteriormente, da FBPF, aos desígnios internacionais, recebendo em troca suporte e apoio. O modelo encontrado nos Estados Unidos pareceu-lhe mais apropriado ao Brasil do que o da Europa (KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.2, p.4, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200222>. Acesso em: 20 nov. 2018).

[217] A cidade do Rio de Janeiro ocupou o posto de segunda capital do Brasil até o ano de 1960, quando a sede do governo foi transferida para a recém-construída cidade de Brasília, durante o governo do então presidente Juscelino Kubitscheck. A partir da transferência, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do estado, que anteriormente era Niterói.

[218] GAUTÉRIO, Rosa. História do sufrágio feminino no Brasil. **Revista técnica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**, n.4, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/revista-tecnica/edicoes/n-4-juldez-2013/integra/2013/11/historia-do-sufragio-feminino-no-brasil/indexd45d.html?no_cache=1&cHash=90759d10fa3c817a43126ffb618767fd>. Acesso em: 11 nov. 2018.

entre as organizações feministas brasileiras e internacionais[219], tendo em vista que no ano seguinte, 1923, Lutz foi convidada a participar do IX Congresso da Aliança Sufragista Feminina Internacional, na cidade de Roma. Era a primeira vez que o Brasil dispunha de uma representante em uma reunião internacional feminina, abrangendo países dos dois hemisférios. Segundo Rachel Soihet, foi nessa ocasião que:

> Bertha Lutz sugeriu a substituição das expressões "igualdade dos sexos" e "direitos da mulher" respectivamente por "equivalência dos sexos" e "novas responsabilidades da mulher", deixando entrever uma tática nova mais comedida, que ela acreditava mais adequada à consecução dos objetivos visados. Acrescentou, em seguida, que a participação da mulher não implicava competição e sim colaboração[220].

Com base nisso, torna-se pertinente salientarmos que o movimento pela ampliação dos direitos das mulheres não atingiu grande alcance entre a elite até adotar um viés mais conservador, concentrando-se, principalmente, na reforma legal e constitucional e na questão do voto ao invés de lutar por bandeiras mais radicais[221], fato que é perceptível no trecho do discurso citado, proferido pela líder da FBPF. Ou seja, "[...] as líderes feministas procuravam manter a questão do voto feminino na ordem do dia, e a partir de então, o debate tomou grande impulso, tanto que juristas conhecidos chegaram a se pronunciar favoravelmente à constitucionalidade do exercício do sufrágio pelas mulheres[222]". Paralelamente a essa evidência, temos o exemplo de movimentos anteriores a esse, que, ao se aproximarem da vertente do feminismo inglês — como o liderado por Leolinda Daltro ainda na década de 1910 —,

---

[219] É fundamental pontuar que, desde a fundação da Liga pela Emancipação Feminina (LEIM) — associação que precedeu a FBPF —, Bertha Lutz já estabelecia contatos com grupos femininos internacionais. A exemplo disso, a pesquisadora Mônica Karawejczyk lista alguns deles em seus estudos: National Union of Societies for Equal Citizenship, International Woman Suffrage Alliance, Alianza Uruguaya para el Sufragio Feminino, Leslie Woman Suffrage Comission, National League of Women Voters, National American Woman's Suffrage Association. (KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.2, p.4, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200222>. Acesso em: 20 nov. 2018). Partindo desse pressuposto, admitimos que a prática do internacionalismo não se configurou como uma experiência nova para a FBPF, no entanto foi intensificada a partir de 1922.

[220] SOIHET, Rachel. Bertha Lutz e a ascensão social da mulher. Mestrado em História. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1974, p. 28 apud SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set./dez., p.102, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300007>. Acesso em 15 nov. 2018.

[221] HAHNER, June. Mulheres da elite. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.61.

[222] SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p.225.

tiveram que lidar com a falta de espaço para divulgação de suas ideias, com represálias e críticas jocosas. Seja por questões de incompatibilidade às táticas inglesas, seja pelo reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelas feministas que a precederam na luta pela emancipação feminina, o fato é que Bertha Lutz prontamente, ao perceber tais obstáculos, distanciou-se da imagem de radicalidade.

Imagem 10: Além das reivindicações por igualdade e independência, o estabelecimento de redes de contatos e trocas de experiências configurou-se como um elemento característico dos movimentos feministas do início do século XX. A exemplo disso, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino era declaradamente vinculada às organizações sufragistas internacionais. A líder da FBPF, Bertha Lutz, não apenas era membro[223] de algumas dessas associações, mas também recebia convites para representar o Brasil em diversos eventos e atividades fora do país. Na imagem, IX Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, realizado em maio de 1923, na cidade de Roma, Itália.

Fonte: **FUNDO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO**. IX Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino. Fotografia em preto e branco, gelatina, 19x30 cm. Não há descrição, nem identificação das mulheres presentes na imagem. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5029>. Acesso em: 15 nov. 2018. Acervo Brasiliana Fotográfica.

[223] Bertha Lutz foi membro de diversas associações, entre as quais a Sociedade Internacional das Mulheres Geógrafas; a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Política entre Sexos — cuja diretoria integrou; — a Comissão Feminina Consultiva do Trabalho da Mulher; o Escritório Internacional do Trabalho, da Sociedade das Nações, em Genebra, na Suíça; o Escritório Internacional de Proteção à Natureza; e o Museu Americano de História Natural, em Nova Iorque, nos Estados Unidos (BERTHA... **Verbete Bertha Maria Júlia Lutz**. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/berta-maria-julia-lutz>. Acesso em: 16 nov. 2018).

Por conseguinte, os convites não cessaram. A presidente da FBPF permaneceu em contato com diversos movimentos e organizações feministas do estrangeiro, o que foi capaz de lhe conferir um amplo conhecimento sobre a situação das mulheres em diferentes lugares do mundo. “Correspondia-se com importantes líderes feministas, que como ela também estavam lutando pela emancipação das mulheres não só de seus respectivos países, mas também contribuindo para o movimento feminista internacional[224]”. Outrossim, participou no ano de 1925 do Congresso Interamericano, em Washington, e da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim, em 1929.

Diante da proximidade de diferentes percepções e da troca de experiências promovidas pelo comparecimento a tais eventos, tanto Lutz quanto as integrantes da FBPF e de suas filiais desenvolveram potencialmente suas táticas e formas de atuação, adaptando o que era possível à realidade brasileira e concomitantemente criando novas alternativas. Apesar de toda essa influência, torna-se essencial reconhecer a existência de uma identidade característica ao feminismo praticado pela Federação Brasileira, para não cometermos a falácia de reduzi-lo a uma mera reprodução das organizações norte-americanas.

Decerto, a década de 1920 findou-se deixando como herança valiosos aprendizados: a organização do I Congresso Internacional Feminista no Brasil; a participação em eventos fora do país; o surgimento de novas associações e filiais; o aumento das pressões devido à conquista do voto pelas norte-rio-grandenses em 1927; e o crescente anseio pela possibilidade da convocação de uma nova Assembleia Constituinte e pela execução de uma possível reforma na legislação eleitoral. Nove anos após a primeira edição do I Congresso Internacional Feminista, parecia enfim, o momento ideal para um novo encontro. Era chegada a hora de atualizar-se acerca dos desafios enfrentados pelas filiais para além da leitura de boletins e relatórios, discutir o que acontecia no exterior, traçar novas formas de atuação e ajustar objetivos.

---

[224] MIRANDA, Guilherme Gantois. Bertha Lutz: cientista e feminista em luta pela emancipação da mulher. In: VII Fazendo Gênero: gênero e preconceitos, Florianópolis, 2006. **Anais eletrônicos**... Rio de Janeiro, 2006, p.1. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VnkZZqBL4lgJ:www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Guilherme_Gantois_25.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 16 nov. 2018.

“A proposta partiu da dra. Alzira Reis Vieira Ferreira[225], presidente da União Feminina de Theophilo Ottoni, que telegrafou à dra. Bertha Lutz, lembrando que reunisse as filiais, representantes estaduais e associações federais [...][226]”. Em razão disso, primeiramente cogitou-se a realização do evento na cidade de Belo Horizonte (MG), “porém a maior facilidade de acesso, de comunicações telegráficas e de rádio existentes no Rio de Janeiro[227]” foram pontos decisivos para a escolha final. Somado a isso, “a situação política da capital da República emprestava maior projeção nacional e internacional ao congresso[228]”.

No decorrer dos meses que antecederam o encontro, notícias eram divulgadas com frequência nos jornais de então, procurando manter os(as) leitores(as) informados(as) acerca das resoluções que pouco a pouco iam sendo tomadas pela diretoria da FBPF. A exemplo, temos:

> Esteve ontem reunida na sede da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, à Avenida Rio Branco, nº. 111, 6º andar, a comissão organizadora do II Congresso Internacional Feminista, a realizar-se, proximamente, nesta cidade. Ficaram incumbidas de organizar o programa e o regulamento as dras. Bertha Lutz, Carmen Portinho e Orminda Bastos. Foram escolhidas com secretárias dessa comissão as sras. Carmen Carvalho, Alice Coimbra e Valentina Loehnefinke, e, como tesoureiras, as sras. Joanidia Sodré e Maria Salomé. O serviço de imprensa ficará a cargo das sras. Sylvia Patrícia e Adelaide da Silva Cortês[229].

Uma outra notícia publicada no periódico *Correio da Manhã* (RJ), ainda informava, que:

> [...] além de representantes dos Estados e do Distrito Federal, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino cogita convidar representantes das repúblicas sul-americanas, o que não excluirá, contudo, a participação em caráter individual, de todas as senhoras de

---

[225] Alzira Nogueira Reis, filha de Augusta Pinheiro Nogueira e José da Costa Reis, nasceu em 1886 e teve uma vida marcada pelo pioneirismo e pela luta em prol das causas femininas. Formou-se professora aos 16 anos e, em 1913, decidiu ingressar na Faculdade de Medicina de Minas Gerais, tendo sido a primeira mulher a tornar-se médica no referido estado. Foi nesse período que se casou com o estudante de Direito Joaquim Vieira Ferreira Neto, passando então a chamar-se Alzira Reis Vieira Ferreira. Seu envolvimento com a luta feminina a levou a aliar-se a Bertha Lutz, em 1931, e participar da FBPF, bem como a concorrer a uma vaga na Assembleia Constituinte. Teve ativa participação na imprensa mineira e em periódicos de outros estados. Alzira faleceu em 21 de agosto de 1970 (**ACERVO CENTRO DE MEMÓRIA MULHERES DO BRASIL E PESQUISA**. Alzira Nogueira Reis. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/alzira-nogueira-reis-1886-1970/. Acesso em: 15 nov. 2018).

[226] Congresso Feminista. **Jornal do Comércio (RJ)**, 26 fev. 1931, p.8. Hemeroteca Digital Brasileira.

[227] Congresso Feminista. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 1 mar. 1931, p.7. Hemeroteca Digital Brasileira.

[228] Ibid., p.7.

[229] Congresso Feminista. **Jornal do Comércio (RJ)**, 5 mar. 1931, p.7. Hemeroteca Digital Brasileira.

> boa vontade que se interessam pela melhoria das atuais condições da mulher e pela sua elevação social e política[230].

Nesse ponto, em específico, é importante destacarmos que, mesmo este tendo sido um encontro promovido por mulheres pertencentes às classes mais abastadas, tal circunstância não impediu a participação de feministas e simpatizantes ao movimento advindas de outros âmbitos e realidades. A própria diretoria da FBPF divulgou em nota que "os problemas da mulher operária e empregada no comércio seriam tratados de forma especial[231]", visando "a obtenção de melhores condições legislativas e práticas[232]". Logo, estas foram igualmente convidadas e conclamadas a expor às objeções que enfrentavam no cotidiano. Para reforçar esse debate, seria organizada, em anexo, uma exposição com o intuito de "representar o trabalho feminino sob os seus mais diversos aspectos, industrial, artístico, literário e científico[233]", congregando dessa forma, "todo o esforço da mulher patrícia, sem distinção de partidarismo ou diferença de opiniões[234]".

Dando seguimento ao apresto, foi determinado que as feministas se organizariam em comissões temáticas e que, a partir delas, seriam irradiadas e discutidas teses envolvendo assuntos de primeira ordem, como: "a proteção às mães e a infância; o mercado de trabalho feminino e a educação e instrução para as mulheres[235]".

Após meses de dedicação, havia chegado o tão aguardado momento. É imprescindível destacarmos que "[...] o II Congresso aconteceu num período em que o país passava por uma forte crise política, tendo Getúlio Vargas à frente, como chefe do Governo Provisório e Adolpho Bergamini[236] como interventor do Distrito

---

[230] Congresso Feminista. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 1º mar. 1931, p.7. Hemeroteca Digital Brasileira.
[231] Congresso Feminista. **Jornal do Comércio (RJ)**, 26 fev. 1931, p. 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
[232] Ibid., p.8.
[233] Congresso Feminista. **Jornal do Comércio (RJ)**, 5 mar. 1931, p.7. Hemeroteca Digital Brasileira.
[234] Ibid., p.7.
[235] BONATO, Naílda e COELHO, Lígia Martha. Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista – 1931. **Revista Publicatio**/UEGP, v.15, n.2, p.18, 2007. Disponível em: <www.revista2.uegp.br/index.php/humanas/article/view/598>. Acesso em: 30 set. 2018.
[236] Adolfo Bergamini nasceu em Cataguases (MG), no dia 11 de outubro de 1886. Filho de imigrantes italianos que se fixaram no Rio de Janeiro, ingressou na política em 1921, elegendo-se intendente municipal, cargo para o qual foi reeleito em 1923. Atuou também na Câmara dos Deputados e foi responsável pela fundação do Partido Democrático Nacional (PDN), em 1927. Posteriormente à Revolução de 1930, desencadeada no dia 3 de outubro e consolidada no dia 24 com a deposição de Washington Luís, Adolfo Bergamini assumiu provisoriamente, ainda no dia 24, a prefeitura do Distrito Federal. Em 25 de novembro, foi nomeado interventor no Distrito Federal por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório da República. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 7 de janeiro de 1945 (PANTOJA,

Federal[237]". Na tarde que antecedeu a cerimônia de inauguração, em 20 de junho, Vargas inclusive recebeu "sorridente e cerimonioso[238]", no Palácio do Catete, Bertha Lutz, algumas integrantes da FBPF e um grupo de delegadas que estavam de passagem pelo Brasil em virtude do evento. Dentre elas estavam "a sra. Mary Allen, comandante da polícia feminina de Londres e a sra. Helen Tagart, inspetora da mesma instituição[239]". Nessa oportunidade:

> A sra. Bertha Lutz incumbiu-se de fazer a apresentação, começando pelas representantes estrangeiras e, depois, a srta. Maria Luiza Doria Bittencourt, em nome de todas, saudou o chefe do Governo Provisório e lembrou, que há nove anos, se realizou o I Congresso Internacional [...]. De então ao presente, a mulher trabalhava, interessando-se pelo progresso brasileiro. Referiu-se ao valor das delegadas ali presentes [...] e convidou o sr. Getúlio Vargas para honrar com sua presença o Congresso que aconteceria dentro de poucas horas[240].

Certamente, tanto Lutz quanto Bittencourt possuíam consciência do significado da aludida recepção. Isso porque, além do ensejo de apresentar formalmente as delegadas estrangeiras e convidar pessoalmente o chefe do Governo Provisório — cargo de maior representatividade e importância na época — a comparecer à solenidade de abertura, aproveitaram o momento para solicitar seu apoio direto, mencionando que várias conclusões relevantes seriam votadas durante o Congresso. Junto a isso, alegaram dispor de amplo conhecimento acerca das reais necessidades da mulher brasileira, que, segundo elas, "[...] aceitava a participação na vida pública, não pelo simples fato de usufruir de um direito, mas por desempenhá-lo conscienciosamente[241]".

Antes do encerramento da visita, uma das delegadas — não identificada — quis ouvir a opinião de Vargas sobre o feminismo. O chefe do Governo prontamente respondeu:

> [...] que todas as ideias pleiteadas pelo elemento feminista do Brasil são belas e devem ser acolhidas com simpatia. Estamos para isso preparados e atravessando um momento excepcional para a sua

---

Sílvia**. Verbete Adolfo Bergamini**. CPDOC–FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERGAMINI,%20Adolfo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018).

[237] BONATO, Naílda e COELHO, Lígia Martha. Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista – 1931. **Revista Publicatio**/UEGP, v.15, n.2, p.19, 2007. Disponível em: <www.revista2.uegp.br/index.php/humanas/article/view/598>. Acesso em: 30 set. 2018.

[238] O II Congresso Feminista será hoje inaugurado. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 20 jun. 1931, p.3-6. Hemeroteca Digital Brasileira.

[239] Ibid., p.3-6.

[240] Ibid., p.3-6.

[241] Ibid., p.3-6.

> aceitação, tanto mais quanto no Brasil verificamos que o feminismo *continua integrado na tradição da família*[242].

Imagem 11: O então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, entre as delegadas do II Congresso Internacional Feminista e algumas das integrantes da FBPF, em frente ao Palácio do Catete (RJ). Fotografia publicada pelo *Jornal Correio da Manhã* (RJ), em 20 de junho de 1931, dia da inauguração do evento.

Fonte: O II Congresso Internacional Feminista. **Revista Fon-Fon**: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante (RJ), 27 jun. 1931, p.30. Hemeroteca Digital Brasileira.

As palavras foram proferidas em tom de apoio, diferentemente de alguns anos atrás[243]. Todavia, não podemos deixar de considerar, nas entrelinhas do discurso, a evidente preocupação do político com relação à manutenção da ordem e igualmente

---

[242] O II Congresso Feminista será hoje inaugurado. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 20 jun. 1931, p. 3-6. Hemeroteca Digital Brasileira, *grifo nosso*.

[243] Quando o jornalista de *O Estado*, periódico de São Paulo, indagou a Getúlio Vargas, ainda na condição de ministro da Fazenda em 1927, sua opinião sobre o voto feminino, em vez de articular qualquer resposta, apenas sorriu, suave, segundo o jornalista, palavras que ele interpretou como um sorriso que traduziu a pouca esperança do ministro na interferência da mulher em coisas públicas. Foi preciso muita pressão e articulação política para o candidato da Aliança Nacional mudar sua posição, que não é o mesmo que opinião (NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927-1932). In: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, 2013. **Anais Eletrônicos...** Recife, 2013, p.9. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018 apud NETO, Lira. Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.269).

do distanciamento das mulheres de um feminismo que desafiasse os valores da tradição e da família. Apesar disso, Lutz enquanto presidente da organização feminista responsável pela execução do evento tinha perceptível entendimento acerca da relevância em obter o suporte e a presença do estadista no congresso para que as causas feministas alcançassem maior visibilidade. Afinal, ter o ocupante da maior instância de poder do país — mesmo que em regime provisório — ao lado do movimento consistia em um grande trunfo para rebater críticas e opositores.

Vargas honrou o compromisso. Juntamente à sua esposa, Darcy Vargas[244], compareceu naquela noite à sessão solene de abertura do congresso, "emprestando-lhe um cunho de alto relevo nacional[245]". Por volta das vinte e uma horas era oficialmente decretado o início do II Congresso Internacional Feminista, no Automóvel Clube do Brasil[246].

A líder da FBPF, ao abrir os trabalhos, convidou a fazer parte da mesa, nos lugares de honra, "[...] à sua direita, as sras. Maria Eugênia Celso, Rosalina Coelho Lisboa, e, à sua esquerda, as sras. Mary Allen, Júlia Lopes de Almeida e Getúlio Vargas[247]".

---

[244] Darcy Sarmanho Vargas nasceu em 1895, em São Borja (RS), numa família de elite. Em 1911, quando tinha 15 anos, casou-se com Getúlio Vargas, que era da mesma cidade. No ano seguinte tem início a maternidade com o nascimento dos(as) filhos(as): Lutero (1912), Jandira (1913), Alzira (1914), Manuel Antônio (1916) e Getúlio Filho (1917) [...]. Foi no desempenho das funções de esposa e mãe que Darcy Vargas desenvolveu formas de atuação e de participação na política, inclusive mediante a criação de obras sociais e assistenciais [...]. Faleceu em 25 de junho de 1968, no Rio de Janeiro (SIMILI, Ivana. A construção de uma personagem: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). In: VII Fazendo Gênero: gênero e preconceitos, Florianópolis, 2006. **Anais eletrônicos...** Paraná, 2006, p. 1-7. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/I/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018).

[245] Instalou-se, ontem, solenemente, o II Congresso Feminista. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 21 jun. 1931, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

[246] No ano de 1931, além do II Congresso Internacional Feminista, aconteceu no Automóvel Clube a seguinte programação: 16 de maio – Soirée dançante, às 21 horas; 13 de junho – Chá dançante das 16:30 às 19:30; 27 de junho – Festa de arte, às 16:30; 11 de julho – Jantar dançante às 20:30; 25 de julho – Chá dançante, das 16:30 às 19:30; 8 de agosto – Festa de arte, às 16:30; 29 de agosto – Chá dançante, às 20:30; 27 de agosto – Baile de Aniversário; 12 de outubro – Festa infantil com distribuição de brinquedos; 31 de outubro – Soirée dançante, às 21 horas, para encerramento da estação (Automóvel Clube. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 8 mai. 1931, p. 5. Hemeroteca Digital Brasileira).

[247] Instalou-se, ontem, solenemente, o II Congresso Feminista. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 21 jun. 1931, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

Imagem 12: “Uma das características da elite brasileira do início do século XX era o pertencimento aos clubes de sociabilidade. Muitos deles, egressos do Império e com forte influência da experiência inglesa, traduziam a hierarquia social existente na época[248]”. Na imagem, fachada do Automóvel Clube do Brasil[249], em 1930, local escolhido para a realização do II Congresso Internacional Feminista, no RJ.

Fonte: LUCENA, Felipe. **História do Edifício do Automóvel Clube do Brasil**. Disponível em: < https://diariodorio.com/historia-do-edificio-do-automovel-clube/>. Acesso em: 17 nov. 2018. Portal Diário do Rio.

Dando continuidade, Bertha Lutz expôs aos presentes os esforços da mulher brasileira durante muitos anos em prol dos ideais que as animavam e elencou o que foi feito para tornar concreta a realização do I e, agora, do II Congresso Internacional Feminista. Ademais, concedeu a palavra à dra. Alzira Reis Vieira Ferreira, idealizadora do certame, que, por sua vez, reiterou o plano de ação da figura feminina no Brasil e

[248] SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.17, supl.1, jul., p.132, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000500008> Acesso em: 17 nov. 2018.

[249] O suntuoso casarão no centro carioca foi inaugurado em 1860, com um baile que contou com a presença do imperador D. Pedro II. Era casa do barão de Barbacena. Projetado pelo arquiteto Manuel José de Araújo Porto Alegre, tornou-se sede do Automóvel Clube em 1908. Nas décadas seguintes, acolheu grandes bailes e discursos históricos (VEIGA, Edison. **Automóvel Clube do Brasil luta para recuperar sede no Rio**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2017/09/29/interna_nacional,904557/automovel-clube-do-brasil-luta-para-recuperar-sede-no-rio.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2018).

fez menção ao importante momento pelo qual estavam passando, quando todas as leis estavam sendo reorganizadas e ajustadas ao novo estado de coisas[250].

Muitos outros discursos tiveram sequência. As sras. Júlia Lopes de Almeida e Rosalina Coelho Lisboa agradeceram e saudaram as delegadas internacionais em seus respectivos idiomas de origem e também as representantes estaduais. “Falaram ainda, a representante da Argentina, da Polônia, da Bahia, do Paraná e o dr. Baptista Luzardo, também defensor do feminismo e cuja oração foi devidamente aclamada[251]”.

Dentre representantes de inúmeras entidades, estiveram presentes:

> [...] a Associação Brasileira de Educação, a Federação Nacional das Sociedades da Educação, a União Universitária Feminina do Distrito Federal, da Bahia, de Sergipe, a Federação Goiana pelo Progresso Feminino, a Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras, além de professoras primárias e a presidente da Academia Petropolitana de Letras, Nair Teffé. Estiveram presentes ainda: representantes da Liga de Defesa Nacional, da Diretoria de Instrução do Distrito Federal, da Escola Normal do Distrito Federal, da Associação Brasileira de Educação, da Casa do Estudante, bem como delegadas estrangeiras[252].

Já passava das vinte e três horas quando a sessão inaugural foi encerrada. Lutz agradeceu a presença e o apoio das autoridades do país e houve um número artístico de declamação de versos, canto e música[253]. O evento se estendeu pelos dez dias que se seguiram, tendo começado oficialmente em 19 de junho, com uma reunião exclusiva para integrantes da organização, e sido finalizado no dia 30 do mesmo mês.

A repercussão foi intensa. Na manhã seguinte e no decorrer da semana, era possível encontrar notícias sobre o II Congresso estampadas nas primeiras páginas de diversos periódicos brasileiros. “Todas as dependências do Automóvel Clube estiveram ontem inteiramente repletas de famílias da nossa sociedade [...][254]”; “Talvez essa seja a maior demonstração da vitória dos ideais e das ideias por que vêm pugnando as nossas patrícias[255]”; e, “Constituiu um acontecimento de alta

---

[250] Instalou-se, ontem, solenemente, o II Congresso Feminista. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 21 jun. 1931, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.
[251] Ibid., p.3.
[252] BONATO, Naílda e COELHO, Lígia Martha. Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista – 1931. **Revista Publicatio**/UEGP, v.15, n.2, p.19, 2007. Disponível em: <www.revista2.uegp.br/index.php/humanas/article/view/598>. Acesso em: 30 set. 2018.
[253] Instalou-se, ontem, solenemente, o II Congresso Feminista. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 21 jun. 1931, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.
[254] Ibid., p.3.
[255] Ibid., p.3.

repercussão social a instalação do II Congresso Internacional Feminista, promovido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino[256]" são apenas alguns exemplos das inúmeras chamadas que foram veiculadas. Nessa mesma perspectiva, um elemento específico chama a atenção em meio à análise dos comentários posteriores à noite de abertura: o reconhecimento da capacidade intelectual feminina, como verificamos na notícia divulgada pelo jornal *Correio da Manhã* (RJ), que destacava:

> [...] As delegadas dos estados brasileiros trouxeram à capital do país, a certeza sobre o que ainda se poderia ter dúvida, da elevada capacidade intelectual das brasileiras, como ficou acentuadamente provado pelas peças oratórias pronunciadas, em que foram tratados assuntos transcendentes e delicados, através de uma argumentação decisiva e elucidativa[257].

Imagem 13: No mês de junho de 1931, a temperatura mínima na cidade do Rio de Janeiro chegou a 18 graus[258], segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Talvez esse fato explique os trajes utilizados pelas participantes do II Congresso Internacional Feminista na excursão ao Recreio dos Bandeirantes, como observamos na fotografia.

Fonte: **FUNDO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO**. Excursão das participantes do II Congresso Internacional Feminista ao Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro, em junho de 1931. Fotografia em preto e branco, gelatina, 18x24cm. Não há descrição, nem identificação das mulheres presentes na imagem. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/5028>. Acesso em: 15 nov. 2018. Acervo Brasiliana Fotográfica.

---

[256] O II Congresso Internacional Feminista. **Jornal O Dia (PR)**, 24 jun. 1931, p.2. Hemeroteca Digital Brasileira.

[257] Instalou-se, ontem, solenemente, o II Congresso Feminista. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 21 jun. 1931, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

[258] **INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA**. Gráficos Climatológicos (1931-1960). Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/graficosclimaticos>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Decerto, essa opinião não era unânime. Havia os que continuavam a defender o despreparo do sexo feminino para atividades como: o exercício do sufrágio, a ocupação de cargos políticos, a realização de pronunciamentos públicos, dentre outros. Contudo, não podemos ignorar o fato de, quanto maior fosse o esforço empregado em desconstruir tal imagem, maior valorização, competência e espaços a sociedade creditaria às mulheres.

No tocante ao acompanhamento feito por parte dos veículos de comunicação, podemos afirmar que a cobertura não se restringiu ao momento de inauguração. Enquanto o Congresso acontecia, espaços foram reservados em alguns periódicos, visando atualizar os(as) leitores(as) acerca da programação diária e disponibilizar detalhados resumos referentes às excursões, atividades e reuniões. O seguinte programa de ações circulava pelos jornais:

> **DIA 20** – 9h:12 – Sessão preliminar no Automóvel Clube do Brasil; 14 horas – Passeio pela baía, visita às instalações da Companhia de Comércio de Navegação e chá oferecido ao Congresso na ilha, pela Condessa Pereira Carneiro (Encontro na Praça Quinze, às 13h:30); 20h:30 – Sessão solene de inauguração no Automóvel Clube do Brasil (sessão pública); **DIA 21** – 8 horas – Missa campal oferecida às delegadas católicas pela Federação das Bandeirantes do Brasil, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, à rua Benjamin Constant, celebrada pelo padre Leoviglido França e visita à sede de da Federação das Bandeirantes do Brasil; 14 horas – Inauguração da exposição anexa ao Congresso, no Lyceu de Artes e Ofícios, 2 andar (entrada pública); 16h:30 – Chá oferecido às congressistas pela Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras diplomadas na Escola D. Anna Nery (Morro da Viúva – Botafogo); **DIA 22** – 9 horas – Reunião das comissões na sede do Automóvel Clube; 12h:30 – Visita da Comissão de Assistência Social à Rio de Janeiro Light Power Co., à rua Marechal Floriano e almoço oferecido à comissão; 15 horas – Plenário; 17 horas – Interrupção do plenário por 15 minutos para descanso e números de música e literatura, como será feito em todos os plenários; **DIA 23** – 9 horas – Reunião das comissões; 13 horas – Visita à Casa Rui Barbosa, à rua São Clemente, promovida pela delegação baiana; 15 horas – Plenário; 20h:30 – Recepção das advogadas membros do Congresso e Comissão de Direitos Femininos, pelo Instituto da Ordem de Advogados, em sessão solene no Syllogeu, à rua Augusto Severo, n. 4, com o comparecimento das congressistas (sessão pública); **DIA 25** – 9 horas – Reunião das comissões; 12 horas – Visita da Comissão de Condições do Trabalho Feminino à Liga, para conhecer o trabalho. Almoço oferecido à comissão; 15 horas – Plenário da Comissão de Assistência e apresentação de pequenos relatos das associações inscritas; 16 horas – Concerto no Teatro Municipal pela Sociedade de Concertos Sinfônicos, em homenagem ao II Congresso Feminista. Regente: Joanídia Sodré. Noite – Festa oferecida pelo Automóvel Clube do Brasil; **DIA 28** – Excursão a Ribeirão das Lages com visita às

> instalações, passeios e excursões menores; **DIA 29** – 9 horas – Reunião das comissões; 13 horas – Visita ao Museu Nacional com apresentação de fitas cinematográficas do interior do Brasil (sessão pública); 15 horas – Plenário; 20 horas – Festa de São Pedro na Maternidade Suburbana; **DIA 30** – 9 horas – Plenário das resoluções finais; 12 horas – Almoço de cordialidade oferecido às presidentes de associações, delegadas estrangeiras e estaduais; 14 horas – Reunião de congraçamento; 17 horas – Visita à Creche Asilo da Velhice, da Associação Beneficente de Senhoras Alemãs e chá oferecido à Comissão de Assistência às Mães e à Infância; 20h:30 – Sessão solene de encerramento do Congresso (sessão pública)[259].

Como é passível de observação, o II Congresso contou com uma programação bem diversa e articulada. A repercussão das atividades não se fez tímida na imprensa de alguns estados brasileiros, até mesmo após seu encerramento. O *Jornal do Recife* (PE), por exemplo, em matéria intitulada *Ecos do Congresso Feminista*, inferia:

> Reunido ultimamente no Rio, o II Congresso Internacional Feminista apresentou a discussão de várias teses. [...] A seleta assembleia a que estiveram presentes finos elementos do sexo feminino realizou sua sessão de encerramento no dia 30 do mês passado[260].

Umas das teses à qual se refere o trecho do periódico pernambucano foi apresentada por Edwiges de Sá Pereira. *Pela mulher, para a mulher*, como foi chamada, discutia essencialmente a questão da educação feminina — temática que já permeava as experiências profissionais da educadora há certo tempo. No trabalho citado, Edwiges classificou as mulheres de sua época em três categorias. Resumidamente, a *primeira categoria* seria a das que não precisavam trabalhar. "Inicialmente representadas pelas grandes matronas, as sinhás, as rainhas do lar, representações femininas que foram idealizadas e difundidas por muitos anos[261]", mas que, ao final do século XIX, começaram a vislumbrar a vida fora desse âmbito. De acordo com Walter Amaral, "[...] este espírito de sociabilidade, inicialmente se revelou através dos eventos familiares, associações religiosas e atividades culturais; em seguida, passaram a reivindicar o direito à instrução, trabalho e voto[262]". As mulheres pertencentes à *segunda categoria* seriam segundo Edwiges, as que precisavam e

---

[259] O II Congresso Feminista será hoje inaugurado. **Jornal Correio da Manhã (RJ)**, 20 jun. 1931, p.3-6. Hemeroteca Digital Brasileira.
[260] Ecos do II Congresso Feminista. **Jornal do Recife (PE)**, 25 ago. 1931, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[261] AMARAL, Walter. "Um passado que não morre": traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. **Revista Ágora**, n.13, 2011, p.11. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>. Acesso em: 28 out. 2018.
[262] Ibid., p.12.

sabiam trabalhar, principalmente representada pelas operárias das inúmeras fábricas do período. Por fim, a *terceira categoria* referia-se às mulheres que precisavam e não sabiam trabalhar. Seriam aquelas que viviam "[...] nas ruas dos grandes centros urbanos, pedindo esmolas ou se prostituindo [...] Esquecidas pela sociedade, pois a elas não chegavam nem educação, nem higiene e nem religião[263]".

Após a exposição de sua tese, a educadora defendeu que a terceira categoria necessitava da ação conjunta das outras duas. Acreditava que, firmada a conquista feminina na legislação, o primeiro passo a ser pleiteado era o socorro de tais mulheres, justamente aquelas que não estavam nos salões, na burocracia, nos ateliês e nas fábricas e encontravam-se vagueando pelas ruas da cidade, esmolando pelos cafés e pelos templos, arrastando-se no declive de todas as indigências ao despudor de todos os vícios[264].

As ideias propostas parecem ter sido muito bem recebidas. Isso porque, em entrevista ao jornal *Diário da Manhã* (PE), a própria poetisa conferiu suas impressões:

> Li a minha tese em plenário e sem nenhum sentimento de vaidade, estou no meu direito de me sentir orgulhosa. Sim, porque ela foi aprovada unanimemente, sem nenhuma discrepância de opinião [...] Recebi muitas felicitações, entre as quais devo incluir as que me enviou o dr. Porto da Silveira representante junto ao Congresso da Associação Brasileira de Imprensa[265].

De fato, a presença de Edwiges no II Congresso não se configurou como uma mera cordialidade ao convite de Bertha Lutz. A sua participação demarcou o início de um projeto de grandes proporções: a fundação de uma filial em Pernambuco e, consequentemente, a institucionalização do feminismo no estado, em paralelo à Cruzada Feminista.

---

[263] AMARAL, Walter. "Um passado que não morre": traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. **Revista Ágora**, n.13, 2011, p.12. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>. Acesso em: 28 out. 2018.

[264] CAMPOS, Zuleica Dantas. Pela mulher, para mulher: uma voz feminina no Recife dos anos 30. **Núcleo de Estudos para América Latina**, p.9. Disponível em: <http://www.unicap.br/neal/artigos/Texto6ProfZuleica.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

[265] As impressões de d. Edwiges de Sá Pereira sobre o II Congresso Internacional Feminista. **Diário da Manhã (PE)**, 21 jul. 1931, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

2.3 Nasce uma nova filial: a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino sob o comando de Edwiges de Sá

A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino foi criada, assim como a Cruzada Feminista, no ano de 1931 e atuou como uma das filiais[266] reconhecidas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Por meio do periódico *A Notícia* (PE), Edwiges de Sá Pereira fez um convite, na data de 31 de maio de 1931, "às senhoras pernambucanas que se interessam pela reivindicação dos direitos femininos[267]", tendo como local a casa da própria escritora, à rua Doutor Barros Sobrinho (antiga rua do Progresso[268]), nº. 71, no bairro da Boa Vista. "Essa reunião foi composta pela presença de trinta senhoras, na qual expuseram suas opiniões e sugestões de como desenvolver um comitê de propaganda para atingir as finalidades em vista[269]". Sobre a fundação da FPPF, a pesquisadora Alcileide Cabral do Nascimento analisa e considera:

> Esse movimento teve mais visibilidade em prol dos direitos políticos para as mulheres, filiado ao movimento nacional de linha moderada e elitista, que buscava ampliar os marcos delimitadores da República brasileira liberal, de feição burguesa e base ruralista, falocêntrica e profundamente excludente. Em síntese, a luta tinha um foco: emancipar o sexo feminino, a partir da plataforma dos direitos — cidadania política, educação primária obrigatória, igualdade civil com os homens, legislação trabalhista protetora da mãe e da criança[270].

Desde então, tornou-se comum identificar nas páginas dos principais periódicos do Recife anúncios das reuniões da FPPF — da mesma forma que ocorria com a Cruzada Feminista —, no intuito de alcançar simpatizantes e cooptar adeptos(as) às causas. Geralmente, os breves chamados informavam o local, o horário e a pauta do encontro, como podemos verificar na nota publicada no *Jornal Pequeno* (PE) que

---

[266] Em 1932, já existiam treze filiais da FBPF espalhadas pelo país (SILVA, Marcelo. M da. **Votar é preciso**: os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitoral feminino (1931-1934). 2016, p.50. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife).

[267] **Jornal A Notícia (PE)**, 2 jun. 1931. p.1. Fundação Joaquim Nabuco.

[268] Importante artéria urbana do Bairro da Boa Vista, liga a rua Gonçalves Maia à da Soledade. Seu nome homenageia uma das palavras do binômio da Bandeira Nacional, o almejado "progresso". Nela residiu num belíssimo palacete de três andares, o Conde Pereira Carneiro, onde posteriormente morou o empresário Adelmar da Costa Carvalho (CAVALCANTI, Carlos e CAVALCANTI, Vanildo. **O Recife e suas ruas**: se essas ruas fossem minhas... Recife: IAHGP, 2010, p.119).

[269] NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). **Revista Estudos Feministas**, (jan-abr), vol.21, n.1, p.47, 2013. Florianópolis. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2013000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2017.

[270] Ibid., p.47.

informava: “Esta associação reúne amanhã, às 10 horas em sua sede, à rua Doutor Barros Sobrinho, antiga do Progresso, nº. 71, para tratar de vários assuntos de interesse local[271]”.

No que diz respeito ao programa de ações da FPPF (apresentado no *Quadro 3*), é possível notar a adoção fidedigna ao estatuto da Federação Brasileira, reforçando, assim, o vínculo institucional e político com a associação. Como reitera Emelly Facundes:

> Essas duas organizações estiveram alinhadas em suas condutas e estratégias na luta pela cidadania feminina. Havia uma constante troca de correspondência entre Bertha Lutz e Edwiges de Sá, além dos frequentes relatórios remetidos a congênere do Rio de Janeiro. O programa de ações que era compartilhado por ambas as instituições, tinha como diretrizes a educação feminina, a proteção ao trabalho das mulheres e, até 1934, a luta pelo voto e o alistamento feminino[272].

Quadro 3 – Plataforma de ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino.

Plataforma de ações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	Plataforma de ações da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino
1. Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; 2. Proteger as mães e a infância; 3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5. Estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; 6. Assegurar à mulher direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; 7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no Hemisfério Ocidental**.**	1. Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; 2. Proteger as mães e a infância; 3. Obter as garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-las na escolha de uma profissão; 5. Estimular o espírito de solidariedade e da cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; 6. Assegurar à mulher os direitos políticos e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos; 7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental.

Fonte: KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.278-279 apud HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.107 e NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: o Movimento

[271] **Jornal Pequeno (PE)**, 20 fev. 1932, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.

[272] FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p.37. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). **Revista Estudos Feministas**, (jan-abr), v. 21, n.1, p.54, 2013. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2013000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2017.

A cerimônia oficial de posse da Federação Pernambucana ocorreu, em sessão solene, no dia 10 de novembro de 1931[273] no Clube Internacional do Recife — dois dias antes da diretoria da Cruzada Feminista ser empossada no mesmo local. Sobre o evento, Alcileide Cabral do Nascimento descreve:

> O *smart set* recifense ali estava [...] Autoridades estaduais e federais, representantes da imprensa e embaixadas das diversas corporações prestigiaram a solenidade. Foi um acontecimento, com a presença da imprensa, de famílias importantes, autoridades civis [...][274].

A honra de oficializar o quadro de integrantes da FPPF ficou a cargo da senhora Odila Porto da Silveira. Na ocasião, também, a senhora Cora Sant'Anna realizou uma exposição acerca do histórico, do estatuto e do programa da organização feminista[275]. O *Quadro 4* mostra, de forma detalhada, os cargos e as ocupações das diretoras eleitas para o primeiro biênio. Por meio dele, podemos averiguar que tais mulheres pertenciam à elite, tiveram acesso à instrução e ocupavam posições de destaque na sociedade de então.

Quadro 4 – Diretoras da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino eleitas para o biênio 1931-1933.

Cargo	Nome	Ocupação
Presidente	Edwiges de Sá Pereira	Professora, poetisa e escritora
Vice-presidente	Noemia Ferreira Xavier	Professora da Escola Normal do Recife e membro da Cruz Verde Pernambucana

[273] A solenidade de abertura da FPPF estava marcada para o dia 31 de outubro. No entanto, o levante dos jovens tententes do 21º Batalhão de Caçadores no Recife contra o governo de Carlos de Lima Cavalcanti, que contou com adesão de parte da população, sacudiu a cidade durante três dias, com a ocupação de quartéis e algumas delegacias de bairros, e provocou adiamento da criação oficial da associação feminista para o dia 10 de novembro (NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). **Revista Estudos Feministas**, (jan-abr), vol.21, n.1, p.48, 2013. Florianópolis. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2013000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2017). O mesmo motivo ocasionou o adiamento da solenidade de fundação da Cruzada Feminista.
[274] Ibid., p.48.
[275] AMARAL, Walter. "Um passado que não morre": traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. **Revista Ágora**, n.13, 2011. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>. Acesso em: 28 out. 2018.

2ª. Vice-presidente	Anna Sá Pereira da Silva Almeida (irmã de Edwiges de Sá)	Professora da Escola Normal do Recife e do Juvenato Dom Vital
Secretária-geral	Maria de Lourdes Sousa Leão	1ª. Secretária da Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil
Primeira secretária	Maria Luiza Cavalcanti Albuquerque Maranhão	Professora da Escola de Aplicação do Recife, anexa à Escola Normal
Tesoureira	Santina Monteiro	Professora da Escola de Aplicação do Recife e Vice-tesoureira da Sociedade Pernambucana de Educação
Vice-tesoureira	Julia Câmara Lima	Vice-tesoureira da Pia União das Filhas de Maria do Colégio Eucarístico
Consultora jurídica	Ida Souto Uchôa	Advogada e poetisa
Representante junto a FBPF no Rio de Janeiro	Georgina Barbosa Vianna	Pintora

Fonte: FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p.58. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

Durante o discurso de posse, Edwiges de Sá fez questão de ressaltar a via pacífica e moderada do movimento, além de dar ênfase aos valores católicos-cristãos. A partir desse viés, deixou claro que os objetivos da FPPF não tendiam para uma inovação nem para medidas que pudessem trazer qualquer alteração prejudicial aos bons princípios norteadores dos costumes da família cristã. Nesse sentido, faz-se importante pontuar que tanto Martha quanto Edwiges eram provenientes de famílias católicas, entretanto Edwiges defendia os preceitos da Igreja em sua fala pública como presidente da Federação Pernambucana[276]. Para a líder da FPPF, a concepção de movimento feminista estava baseada na intenção de que a mulher fosse sempre feminina e agisse com aspirações nobres dentro e fora do lar, consciente de sua personalidade. Com isso, era preciso:

> [...] elevar o nível da educação feminina, “polir o espírito”. Aparelhada e habilitada, terá condições de prover sua situação econômica, sair da rotina, da “atitude burguesa acomodatícia e passiva", tomar parte da

[276] FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

> grande luta que embeleza a vida, conquistar seus ideais, entrar no gozo dos seus direitos sem choque com os direitos do homem[277]".

De acordo com a pesquisadora Emelly Facundes, os objetivos da FPPF só vieram a se amplificar após o ano de 1934, mediante a promulgação da Constituição. Antes disso, os esforços da organização estavam estritamente voltados para a conquista dos direitos políticos e para a educação das mulheres. Foi especificamente no momento citado que a associação passou a redirecionar seu programa para a conquista de direitos sociais[278]. Diferentemente da Cruzada que encerrou suas atividades no ano seguinte à sua fundação, a Federação Pernambucana manteve sua atuação até dezembro de 1937, quando o período do Governo Vargas, conhecido como *Estado Novo*, instaurou-se no país.

Destarte, como analisou Michelle Perrot, essas mulheres "[...] souberam apossar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados, para desenvolver sua influência junto às portas do poder. Elas encontraram ali os contornos de uma cultura, matriz de consciência de gênero. Elas tentaram também sair deles, para ter enfim lugar em toda parte[279]".

Ter enfim lugar em toda parte... Talvez esse tenha sido o maior propósito de vida daquelas que lutaram, dentre outros direitos, em defesa da emancipação política feminina. Como foi possível constatarmos, embora as associações feministas surgidas no início do século XX no Brasil tenham apresentado disparidades com relação as plataformas de ações, táticas ou formas de conceber a mulher perante a sociedade, o anseio por autonomia e liberdade parecia ser algo unânime entre elas.

Ano após ano, cada conquista foi sendo discutida, comemorada e repercutida com entusiasmo. Contudo, essa resiliência não foi bem recebida por todos, gerando muito incômodo e diversos enfrentamentos. O medo pairava no ar e, sem dúvida, a

---

[277] NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). **Revista Estudos Feministas**, (jan-abr), vol.21, n.1, p.53, 2013. Florianópolis. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2013000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2017.

[278] FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

[279] PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005, p.279-280.

incerteza foi um elemento marcante no decorrer de toda essa caminhada. O temor de que a tão reivindicada emancipação fosse capaz de gerar o descuido com a família, o abandono do lar e da honra, espalhou-se. O antifeminismo tomou forma e diante dele foi preciso não somente resistir, mas sobretudo reinventar-se.

3. Capítulo Terceiro

Os perigos da Eva votante: discursos e temores antifeministas

Ensinamos as meninas a se encolher, a se diminuir, dizendo-lhes: "Você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Senão você ameaça o homem. Se você é a provedora da família, finja que não é, sobretudo em público. Senão você estará emasculando o homem". Por que, então, não questionar essa premissa? Por que o sucesso da mulher ameaça o homem?[280]

[280] ADICHE, Chimamanda. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.242.

3.1 Evocando Pandora: a Caixa transforma-se em urna

Segundo conta a Mitologia Grega, o Titã Prometeu e seu irmão Epimeteu foram responsáveis pela criação dos homens e dos animais. Aos últimos, foram designados poderes específicos, dentre eles: coragem, dentes afiados, capacidade de voar e de caçar. Ao homem, por sua vez, Prometeu resolveu conferir um pouco do recurso proveniente de cada animal originado. Apesar disso, parecia faltar algo mais à criatura. Por esse motivo, o Titã preocupou-se em ensinar-lhe diversas habilidades, como buscar riquezas, cantar, escrever, interpretar sonhos e construir barcos.

Ademais, Prometeu tomou uma decisão arriscada: roubou o fogo dos deuses para presentear os homens e, em decorrência dessa atitude, acabou por despertar uma grande fúria em Zeus. Como castigo, foi acorrentado a uma montanha e condenado a passar a eternidade preso a uma rocha. Toda noite, uma ave ia comer seu fígado, que se regenerava apenas ao amanhecer e voltava a ser devorado ao fim do dia, sempre renovando o mesmo ciclo.

Para os homens, o castigo foi outro. Zeus ordenou que o deus das Artes, Hefesto, criasse uma mulher de imagem semelhante às deusas e que Atena lhe conferisse um sopro de vida. Afrodite, por conseguinte, agraciou-lhe com a beleza; Hermes, com a persuasão; e Apolo finalizou, dando-lhe uma voz bonita e suave. Pandora estava pronta! Era a dona de todos os dons. Zeus, então, entregou-lhe uma caixa e pediu que a levasse para Epitemeu.

Ao se deparar com Pandora, Epitemeu encantou-se e acabou por torná-la sua esposa. No entanto, pediu-lhe que não abrisse a caixa, pois já havia sido avisado por seu irmão que deveria recusar qualquer presente proveniente dos deuses. Todavia, tomada pela curiosidade, ela não resistiu. Ao abrir o objeto, Pandora foi responsável pela liberação de todos os males que perduram na humanidade até hoje, desde guerras a doenças. Ao perceber o que havia feito, ainda tentou fechar a caixa, porém só conseguiu fazer com que a esperança não escapasse[281].

Apesar de não ser relatado de uma única maneira, esse registro mitológico de origem grega associa a figura de Pandora ao advento do mal que não pode ser

---

[281] CELETI, Filipe R. **A Caixa de Pandora**. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/filosofia/caixa-pandora.htm>. Acesso em: 18 set. 2017. É importante ressaltar que o termo *homens* empregado de modo universal no sentido de *indivíduos* foi mantido em respeito à fonte pesquisada.

desfeito. Em outras versões, chega-se ainda a afirmar que a própria Pandora estaria dentro da caixa, e, ao ser libertada, teria trazido consigo uma variedade de desgraças, sendo, dessa forma, a própria personificação da malevolência. De todo modo, a metáfora é evidente: a chegada da mulher e sua atitude impensada anunciavam o fim de um período glorioso para o homem e para toda a sociedade. A ela foram designadas, portanto, a culpa e a responsabilidade pelo estabelecimento de um cenário atroz.

É importante observarmos que a referida narrativa não se configura como uma exceção no que diz respeito à sua temática. Isso porque, em diferentes períodos históricos, a figura feminina foi associada a uma série de elementos e acontecimentos negativos, geralmente vinculados às ideias de pecado, persuasão e comportamento ambíguo. Outrossim, é possível constatar a atenuação de tais representações e associações em circunstâncias nas quais a postura da mulher pareceu ameaçar a ordem e a hierarquia social vigentes. Tal perspectiva pode ser verificada se levarmos em consideração, por exemplo, as críticas enfrentadas pelas feministas no decorrer do processo pela garantia de direitos políticos, já que, para muitos, a emancipação feminina anunciava — quase em tom profético — uma série de infortúnios e tribulações. O trecho retirado de uma coluna de opinião do jornal *A Reforma* (AC) demonstra isso ao advertir: "Pensem bem os srs. sociólogos nos perigos da Eva votante… A urna em que as mulheres deitarem os seus votos pode transformar-se, muito bem, em uma funesta caixa de Pandora[282]".

O objeto havia, então, adquirido uma nova forma: a caixa transformara-se em urna. Contudo, a simbologia do mito havia sido mantida. Assentir o acesso das mulheres ao âmbito público e o ingresso destas no mundo político era sinônimo de incertezas e perturbações. Mas, afinal, quais eram os temores que acometiam homens e mulheres antifeministas? Que argumentos defendiam para convencer a sociedade de que tal passo não deveria ser dado? Quais desdobramentos viriam a partir das novas configurações sociais que se delineavam? Era difícil ter uma resposta concreta ou previsível sobre o assunto. Apenas um fato era notório: uma vez engajadas, as feministas davam sinais nítidos de que não recuariam à luta pelo alcance de seus propósitos.

[282] O voto de Eva... **Jornal A Reforma (AC)**, 1º nov. 1925, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

3.2 O antifeminismo em pauta

A trajetória das mulheres, que, nos séculos XIX e XX, resolveram lutar pelo alcance de autonomia política, econômica e social no Brasil, foi marcada por incontáveis obstáculos e significativa resiliência. De acordo com o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP), o termo *resiliência* deriva do latim *resilio*, que significa "saltar para trás, afastar-se". No sentido figurado, corresponde à "capacidade de superar, de se recuperar de adversidades[283]" — algo que as feministas desempenharam com maestria durante o processo em questão.

Embora tenham aprendido e nos legado valiosas lições com os meandros do caminho, não era a primeira vez que lidavam com tais impasses. A conduta de enfrentamento às imposições masculinas já havia sido experenciada em outros momentos históricos e envolta por diferentes motivações. Todavia, como vimos, foi especificamente no período de transição dos oitocentos para os novecentos que surgiram possibilidades concretas para a institucionalização das primeiras organizações feministas e, consequentemente, para a elaboração de uma agenda sistematizada de reivindicações.

Tendo em vista a discussão apresentada no Capítulo Primeiro, pudemos observar que essa conjuntura só se tornou viável a partir das transformações provocadas pela emergência de uma cultura política republicana e, de modo concomitante, de uma cultura política feminista. Desde então, a sociedade passou a promover a abertura de novos espaços e oportunidades ao sexo feminino — como elucida o trecho publicado no *Jornal do Recife* (PE), em 1920:

> Atravessamos uma época de grandes transformações sociais. O mundo está, positivamente, em ebulição. Reis perdem a coroa, príncipes emigram, povos escravizados se desmancham em cortes revolucionários, enquanto governos se democratizam à ferro e fogo. Um caos! No meio de toda essa agitação, um grande movimento se nota nas fileiras feministas. A mulher começa a reagir, seriamente, contra o predomínio, contra a submissão imposta, desde milhares de séculos, pelo homem [...] Ultimamente a mulher começou a abrir novos e vastos horizontes nas suas pretensões. Já domina no lar, vence na rua, atinge as fábricas e as academias [...] A mulher está, pois, quase vitoriosa[284].

---

[283] **DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA (DPLP)**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/resili%C3%AAncia>. Acesso em: 26 dez. 2018.

[284] A Inteligência da mulher. **Jornal do Recife (PE)**, 20 de jul. 1920, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

Ao destacar o aumento da atuação do sexo feminino nas ruas, fábricas e academias, o fragmento nos mostra que as mudanças já se faziam sentir. No entanto, a probabilidade de as mulheres serem lidas na sociedade enquanto sujeitos de direito permanecia bem distante. Nesse viés, o texto prosseguia:

> [...] A mulher está, pois, quase vitoriosa. Falta apenas uma barreira última a vencer, para a reforma feminista ser completa*: o reconhecimento do direito de cidadã em iguais condições ao direito de cidadão*[285].

A última barreira levou tempo até ser transposta, tendo se materializado apenas na década seguinte e por meio de uma longa e árdua trajetória. A dinâmica de pleitear direitos, buscar visibilidade, estabelecer alianças e provar competência fez-se, portanto, recorrente na trilha pelo sufrágio. Não obstante, tais desafios se somaram à existência de uma intensa oposição, conduzida pela campanha antifeminista, que, por sua vez, é o objeto de análise deste capítulo. Decerto, confrontá-la não foi tarefa simples e demandou uma postura resiliente por parte das feministas que vislumbravam a emancipação.

Antes mesmo de dedicarmos-nos à análise das concepções defendidas por aqueles(as) que julgavam incoerente o ingresso das mulheres no âmbito político e identificar suas formas de atuação, torna-se fundamental elencarmos algumas considerações.

A primeira delas é admitirmos que, apesar de ter se intensificado na transição dos séculos já mencionados, o ato de contestar o ser feminino e o seu modo de agir não se configurou como algo particular ou exclusivo desse período. Muito pelo contrário, tal comportamento "[...] funda-se na ordem social da matriz judaico-cristã que influencia e define a sociedade ocidental e, assim, está na origem das manifestações antifemininas[286]".

A segunda consiste em reconhecermos que, embora a definição de antifeminismo esteja comumente associada à postura de oposição aos movimentos

---

[285] A Inteligência da mulher. **Jornal do Recife (PE)**, 20 de jul. 1920, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira, *grifo nosso*.

[286] MARQUES, Gabriela Mota. O antifeminismo e o questionar do género no limiar dos séculos XIX-XX: dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v.14, p. 274, 2014. Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39369/1/O%20Antifeminismo%20e%20o%20questionar%20do%20genero.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

feministas — ou ainda, de forma específica, à emancipação e à conquista de novos espaços pelas mulheres —, é preciso ter cautela para não cometer o erro de restringi-lo apenas a esse viés. Isso porque, como elucida Gabriela Mota Marques:

> [...] para além da oposição às reivindicações feministas às quais o vocábulo se reporta numa primeira instância, o antifeminismo ganha contornos de um certo desconforto e de crítica direta ao universo feminino na sua globalidade, mesmo quando não está em causa a luta pela independência financeira, pelo direito de voto, pela prática de uma profissão tradicionalmente varonil ou pela sua desvinculação da figura referencial masculina da família: o pai, o marido ou o irmão. O seu cerne são as mulheres em si enquanto seres biológicos e gênero social. É a sua própria identidade que se (re)define no decurso das rupturas e continuidades do processo histórico[287].

Ou seja, investigar as práticas antifeministas "[...] é, portanto, estudar o universo das relações entre os homens e as mulheres, tendo em conta as questões da feminilidade e da masculinidade contextualizadas com as diretrizes sociais do momento[288]". Devemos estar atentos(as) aos valores e aos padrões aceitos na época analisada e, sobretudo, considerar o fato de os indivíduos estarem imersos e serem influenciados por tal realidade.

Por fim, é fundamental ter em mente que a postura contrária aos ideais feministas e à autonomia das mulheres foi algo partilhado por ambos os sexos. Dessa forma, o pensamento antifeminista não foi monopolizado pelos homens, embora, enquanto movimento intelectual e político, teve nestes a maioria de seus representantes ou, pelo menos, "[...] foram eles os produtores de saberes mantenedores ou restauradores do poder masculino[289]".

---

[287] MARQUES, Gabriela Mota. A "maior humorista de todos os tempos": a sátira antifeminista na imprensa portuguesa (1885-1914). **Revista Faces de Eva**: estudos sobre a mulher, n.32, Lisboa, p.96, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0874-68852014000200008&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 26 set. 2017.

[288] MARQUES, Gabriela Mota. O antifeminismo e o questionar do género no limiar dos séculos XIX-XX: dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v.14, p.276, 2014. Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39369/1/O%20Antifeminismo%20e%20o%20questionar%20do%20genero.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

[289] FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v.9, jul-dez, p.229-230, 2004. Disponível em: < https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Em suma, mesmo identificado desde tempos remotos, podemos atestar, em consonância com a documentação pesquisada, que o antifeminismo propagado nas décadas de 1920 e 1930 apresentava uma característica peculiar: o temor em relação aos possíveis avanços e êxitos por parte das associações de mulheres. A articulação e a atuação do sexo feminino causavam uma onda de insegurança, pois geravam, concomitantemente, uma série de incertezas.

Diante desse panorama, os antifeministas preocuparam-se igualmente em encontrar meios para disseminar seus pensamentos e argumentos, além da tentativa de refrear o ganho de visibilidade das causas feministas. Logo, a imprensa configurou-se como um poderoso recurso para tais finalidades. "Apesar dos altos índices de analfabetismo[290], os jornais alcançavam um público significativo — em especial a classe média e a intelectualidade — e exerciam um papel importante nos embates políticos da sociedade[291]". Sobre o hábito da leitura de periódicos no século XX, a especialista em História da Imprensa Marialva Barbosa infere:

> O jornal é lido nos bondes, nos trens, no horário do almoço, nas idas e vindas de casa para o trabalho e vice-versa. É lido ao ar livre, nas ruas, preso nos muros e postes. Essa leitura de pé, ao lado de outros leitores induz ao comentário [...]. Ao ler ou tomar conhecimento do fato — por um outro que comenta o inusitado da trama, transformando-o num leitor de segunda natureza — produz uma interpretação que é transmitida sob a forma de comentário. O jornal, nesta prática de leitura singular, de certa forma, intima o leitor à ação. Por outro lado, a leitura realizada através de uma apropriação coletiva se presta aos rituais de sociabilidade, a partir de um texto que é decifrado em comum[292].

Por meio dessa lógica, as ocorrências diárias e os mais variados temas passavam, então, a circular pelos centros urbanos, transformando-se em pauta para comentários e discussões entre a população. E não foi diferente no caso das críticas antifeministas. Publicadas, majoritariamente, por intermédio de artigos de opinião,

---

[290] Dados do IBGE apontam que, em 1900, a taxa de analfabetismo no Brasil na faixa etária de 15 anos ou mais correspondia a 65,3% da população. Já na década de 1920, esse percentual girava em torno de 65% (**INEP**. Mapa do Analfabetismo no Brasil, p.6, 2003. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3.>. Acesso em: 28 dez. 2018).

[291] SIPRIANO, Benedita. O jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930: as relações entre "informativo" e "opinativo". **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v.4, n.7, jul./dez., p.143, 2016. Disponível em: <seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=2317>. Acesso em: 28 dez. 2018.

[292] BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007, p.62.

elas eram veiculadas nas páginas dos jornais com certa frequência, promovendo bastante furor e até mesmo réplicas diretas e indiretas.

Diferentemente das notícias, que traziam informações mais concisas e rápidas acerca dos acontecimentos do cotidiano nacional e internacional, os referidos artigos propiciavam a seus autores/suas autoras um espaço para a elaboração de análises, críticas e comentários mais extensos. De acordo com os parâmetros linguísticos atuais, o artigo de opinião é definido como:

> [...] um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Ele expõe a opinião de um articulista, que pode ou não ser uma autoridade no assunto abordado. Geralmente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores [...] O processo interativo se sustenta pela construção de um ponto de vista[293].

Via de regra, foi possível notar que esse tipo de texto se baseia em três elementos fundamentais: o *primeiro*, a existência de um veículo de comunicação para realizar a publicação; o s*egundo*, um(a) articulista, que pode pertencer ao quadro fixo do jornal ou ser um(a) convidado(a) para abordar o assunto; e, por fim, o *terceiro*, uma questão central a ser debatida, geralmente de cunho polêmico e/ou envolvendo temas atuais, discutidos calorosamente pela sociedade. Ao seguir esses parâmetros, verificamos que os artigos coletados durante a pesquisa não destoaram das características acima descritas. À medida que as organizações feministas e suas ações foram ganhando força, os artigos de opinião tornaram-se mais recorrentes. Dificilmente não apresentavam título, mas nem sempre eram assinados. Quando sim, podiam apresentar o verdadeiro nome do(a) autor(a) ou um pseudônimo.

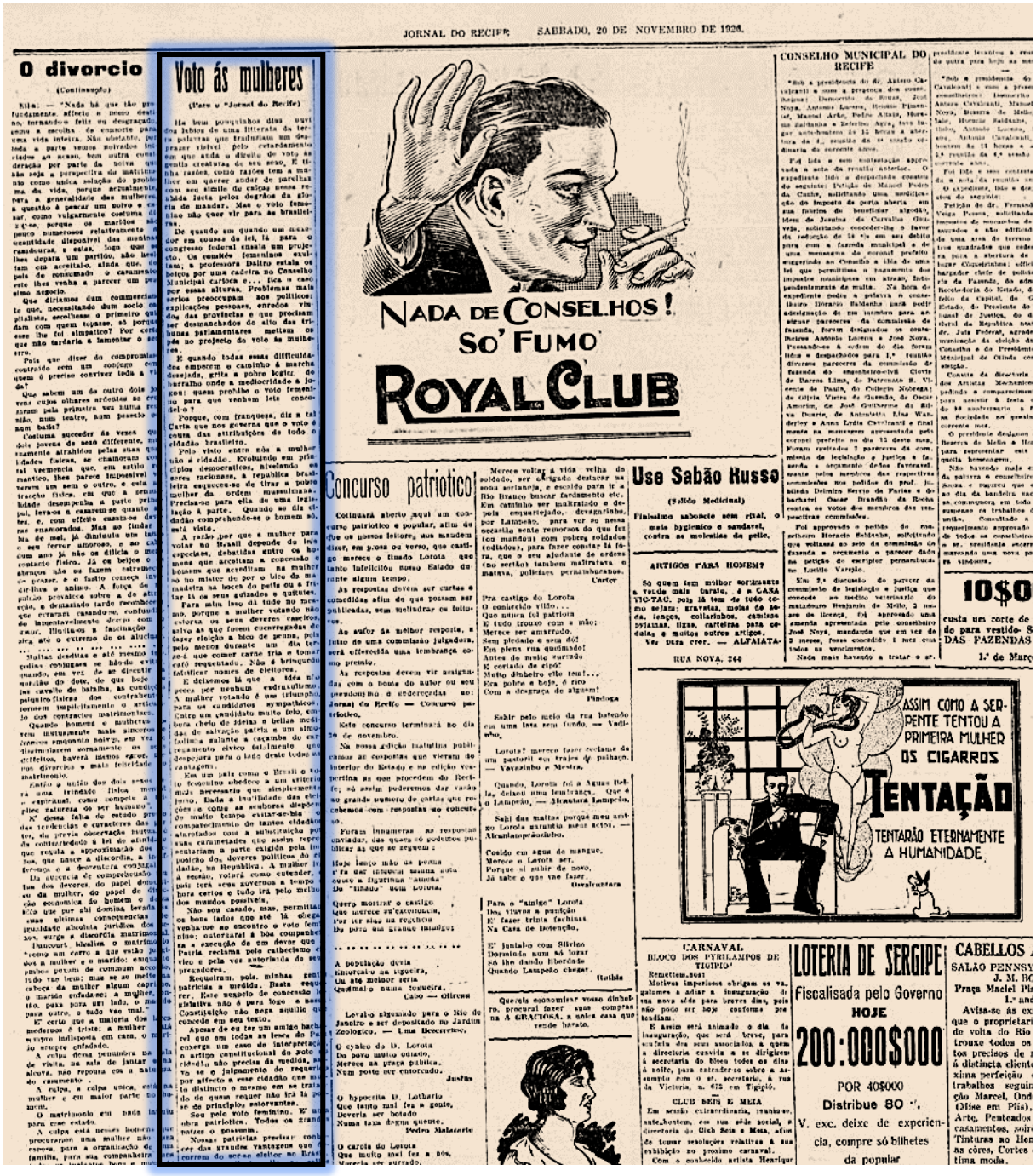
De modo geral, o artigo de opinião antifeminista ocupava de uma a três colunas da página do jornal no qual era publicado. No tocante aos aspectos gráficos, ainda não havia um trabalho elaborado de diagramação ou de distribuição das matérias por ordem temática, nem mesmo a divisão por editoriais ou seções. Sendo assim, era frequente ao(à) leitor(a) deparar-se com a disposição de variados assuntos na mesma

---

[293] BOFF, Odete Maria, et. al. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, vol.7, n.13, p.3, 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opiniao.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

folha, que iam desde anúncios de produtos — como medicamentos, vestuário, veículos, entre outros — a resultados de concursos lotéricos.

Figura 1: No recorte extraído de uma das páginas do *Jornal do Recife* (PE), publicado em 20 de novembro de 1926, é possível verificar a diversidade de conteúdos lado a lado. O artigo de opinião antifeminista (em destaque) divide a página com anúncios de cigarros, informações do Conselho Municipal do Recife, notícias de bloco carnavalesco e de casas lotéricas, confirmando, assim, a ausência de organização por seções, ou temas nos periódicos da época.



JORNAL DO RECIFE SABBADO, 20 DE NOVEMBRO DE 1926.

O divorcio

Voto ás mulheres

(Para o "Jornal do Recife")

NADA DE CONSELHOS! SO' FUMO ROYAL CLUB

CONSELHO MUNICIPAL DO RECIFE

Concurso patriotico

Use Sabão Russo

(Solido Medicinal)

Finissimo sabonete sem rival, o mais hygienico e sandavel, contra as molestias da pelle.

ARTIGOS PARA HOMEM?

RUA NOVA, 240

10$0

ASSIM COMO A SERPENTE TENTOU A PRIMEIRA MULHER OS CIGARROS TENTAÇÃO TENTARÃO ETERNAMENTE A HUMANIDADE

CARNAVAL

BLOCO DOS PYRILAMPOS DE TIGIPIÓ

LOTERIA DE SERGIPE

Fiscalisada pelo Governo

HOJE

200:000$000

POR 40$000

Distribue 80 %.

V. exc. deixe de experiencia, compre só bilhetes da popular

CABELLOS

SALÃO PENNSY

J. M. BO

Praça Maciel Pi

1.º and

Avisa-se ás ex

que o proprietari

de volta do Rio

trouxe todos os

tos precisos de

á distincta client

xima perfeição

trabalhos seguin

ção Marcel, Ond

(Glise em Plis),

Arte, Penteados

casamentos, soir

Tinturas no Hen

ás côres, Cortes

tina moda.

Fonte: Voto às mulheres. **Jornal do Recife (PE)**, 20 nov. 1926, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

Ainda sobre o uso da imprensa no exercício de propagação do antifeminismo, faz-se essencial pontuar que, para além da exposição de argumentos contrários à emancipação feminina, ocorria, simultaneamente, uma forte banalização e distorção do significado dos ideais feministas. "A mensagem transmitida era a de que ser feminista significava ser moderna e estar na moda; não era necessária nenhuma transformação fundamental de consciência[294]". Para reforçar essa ideia, havia, inclusive, a preocupação em distinguir o que se considerava "mau feminismo" e "bom feminismo". Outrossim, asseveravam:

> Ao mau feminismo se contrapõe vitorioso o bom feminismo, que consiste em elevar a mulher (tão alto ela já está), ainda mais, no seio da família, da sociedade, em formar boas mães, boas esposas, tudo dentro da sua missão de maternidade e da sua sagrada posição de companheira do homem, "apta a ganhar a vida com o trabalho, se for necessário e cultivando o seu talento, se o tiver"[295].

A verdadeira defensora dos direitos da mulher era, portanto, aquela que se ocupava das tarefas do lar e se preocupava com o bem-estar do seu marido e de seus filhos, assumindo as funções de mãe, esposa e potência civilizadora. Nessa mesma perspectiva, Susan Besse defende que a imprensa periódica:

> [...] restringia a compreensão e a aceitação do feminismo pelo público associando seguidamente o movimento com questões que eram apenas de importância marginal para o problema da emancipação das mulheres[296].

Por meio de uma gama de ataques, o antifeminismo fez-se atroz. Alegava que, ao contrário de elaborar uma crítica radical acerca da opressão e desenvolver táticas para superá-la, as feministas possuíam a tarefa de preparar as mulheres para desempenhar as funções exigidas pela nova ordem social, "[...] sem que houvesse escândalos, lutas entre os sexos ou mudanças radicais na organização familiar[297]". Tal atitude gerava confusão e desviava o foco dos reais interesses defendidos pelas associações.

A tentativa de distorcer a mensagem difundida pelas feministas foi apenas uma dentre as inúmeras ações e justificativas utilizadas para depreciar e impedir que tais

---

[294] BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação ideológica de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999, p.214.
[295] A inteligência da mulher. **Jornal do Recife (PE)**, 20 jul. 1920, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[296] BESSE, op. cit., p.214.
[297] Ibid., p.213.

mulheres continuassem firmes na luta em prol de autonomia política. Dessa maneira, averiguamos que esse campo de embate não se resumiu a uma mera oposição entre indivíduos e suas respectivas concepções, mas foi permeado por detalhes muito mais complexos, por posturas paradoxais e pelas questões pertencentes ao seu tempo.

3.3 A querela dos sexos e as particularidades da campanha antifeminista

Evolução

Quando te conheci,
Eras tão diferente...
Tão cheia de pudor,
Tão inocente...

Mal me atrevia
A te mirar os olhos ingênuos,
Com medo de magoar-te...

E se por acaso, às vezes,
Te falava de amor...
Como ficavas, meu Deus...
Toda corada...
Baixando logo o rosto enrubescido.

No entanto, apesar de tudo...
Como eras adorável assim...

Dizem, porém...
Que as alegrias duram bem pouco...
É verdade...

Evolução... progresso... feminismo...
O tempo... a vida...

Evoluíste também, te nivelaste,
Estás tão diferente [...][298]

(*Jacob Cutz*)

O poema publicado no jornal *O Malho* (RJ), em 1931 — um ano antes de as mulheres alcançarem o direito ao voto —, retrata bem um sentimento que parece ter acometido parte da sociedade nas primeiras décadas do século XX: receio. O trecho "*Evolução... progresso... feminismo...*" e a associação desses elementos à mudança

[298] Evolução. **Jornal O Malho (RJ)**, 31 mai. 1931, p.1, *grifo nosso*. Hemeroteca Digital Brasileira.

de comportamento da mulher à qual o *eu lírico* se reporta dizem muito sobre o impacto gerado pelas associações feministas que se formaram no país. Como caracteriza Susan Besse, "[...] tais movimentos eram considerados ondas perigosas de desorganização social e investidas assustadoras contra a ordem divina e natural[299]". O feminismo seria, então, o grande responsável por corromper e desvirtuar o sexo feminino.

Por certo tempo, a ideia de que tudo não passaria de um grande tumulto com ares de novidade foi bastante difundida. O excerto de um artigo de opinião escrito por Sylvio Rabello e divulgado pelo *Jornal do Recife* (PE) insinuava:

> [...] Modas como tantas outras. Todos se lembram das saias de roda, das saias estreitíssimas e dos chapéus que faziam o desespero dos costumeiros dos cinemas, tal o despropósito de suas abas e plumas. Quanta raiva não produziam aqueles monstros? Modas que vieram rápidas e rápidas se forma. Assim será o feminismo [...]. Enquanto moda, nada mais falado, depois, com o tempo, ninguém mais se lembrará dele. Tudo passa[300].

Contudo, não havia como simplesmente ignorar a realidade. A articulação das mulheres perdera o caráter principiante, chamando a atenção de várias instâncias de poder por todo o país. As organizações cresciam de forma gradual, ano após ano, e se espalhavam pelo território brasileiro por meio de filiais. Eventos nacionais e internacionais eram realizados, alianças eram estabelecidas, novas adesões veiculadas nas páginas dos jornais. Deixar-se paralisar por críticas, definitivamente, não parecia ser uma opção.

Logo, ao notar que o feminismo não se tratava de uma moda efêmera, como alguns/algumas costumavam pregar, aqueles(as) que eram contrários(as) à conquista do sufrágio e da autonomia feminina precisaram assumir uma postura mais incisiva. Ou seja, "[...] os antifeministas não apelavam somente para as emoções do público; procuravam também construir justificações científicas e morais para o antifeminismo[301]". Assim, mesmo este não podendo frear a atuação das organizações feministas, passou a defender que "[...] a emancipação feminina deveria acontecer dentro de certos limites, mantendo-se diferenças entre homens e mulheres, no que

---

[299] BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação ideológica de gênero no Brasil (1914–1940). São Paulo: EDUSP, 1999, p.214-215.
[300] Coluna Colaboração: uma campanha. **Jornal do Recife (PE)**, 24 jun. 1920, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.
[301] BESSE, op. cit., p.215.

diz respeito às aparências e aos papéis sociais[302]". Como verificamos, um dos argumentos publicados nesse sentido pontuava:

> Não é justo que a atividade feminina se ache restrita aos trabalhos caseiros, é aceitável a campanha da mulher para a reivindicação de certos direitos que hoje lhe são negados e de um lugar mais amplo, recusado pelos costumes. As aptidões do sexo frágil, nascidas de um longo hábito, ficaram mais compatíveis com a vida interior e sua organização física e nervosa mais apropriada ao aconchego da família. A pretensão da mulher ao meu modo de ver tem um certo limite, porque os deveres de mãe e educadora, a chamam sem interrupção às lutas do lar. O papel que o belo sexo desempenha na família, reflete-se de um modo eloquente na civilização de um povo, é por assim dizer o baluarte em que se sustem uma sociedade inteira. Abandonar por completo, a mulher, os deveres de mãe e o sacerdócio de educadora, na formação dos caracteres sãos, é se imiscuir em certos caminhos da vida, invadindo uma atmosfera imprópria à sua existência, é sair dos limites do bom senso[303].

Em síntese, o antifeminismo enfocava a família, sua posição face ao Estado e o impacto revolucionário da cidadania feminina nessa relação. "A família, segundo eles, era vital, a unidade oficial do governo civil, e os homens representavam e protegiam as mulheres de suas famílias nos assuntos políticos[304]". Diante do referido contexto e dos valores patriarcais que o estruturavam, os impedimentos apresentados pelos antifeministas não se fizeram diminutos. Dentre as principais justificativas presentes nos discursos e contrárias à extensão dos direitos políticos às mulheres, podemos elencar:

Quadro 5 – Principais argumentos defendidos pela crítica antifeminista contra a emancipação política feminina.

1.	Inferioridade biológica

[302] CARDOSO, Elizangela. Feminismo e masculinidade no início do século XX. **Revista Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, v.9, ano IX, n.3, set/out/nov/dez, p.8, 2012. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/ARTIGO_3_SECAO_LIVRE_ELIZANGELA_BARBOSA_CARDOSO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.
[303] Coluna Colaboração: uma campanha. **Jornal do Recife (PE)**, 24 jun. 1920, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.
[304] DU BOIS, Ellen. The radicalism of the woman suffrage movement: notes toward the reconstruction of nineteenth-century feminism. **Feminist Studies**. University of Maryland, vol.3, n.1/2, Autumn, p.67-68, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3518956?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 mai. 2017.

2.	Risco de abandono do lar
3.	Tendência à masculinização
4.	Baixo nível de instrução e inferioridade intelectual
5.	Falta de racionalidade para a tomada de decisões
6.	Anseio de demonstrar superioridade sobre os homens

Fonte: O quadro foi elaborado pela autora deste trabalho, tendo por base a documentação coletada e utilizando como critério a recorrência das justificativas utilizadas por antifeministas contra a conquista de direitos políticos pelas mulheres.

A começar pela questão da inferioridade biológica, a análise da documentação permitiu-nos identificar que as justificativas pautadas por esse elemento não eram elaboradas de forma aleatória. Pelo contrário, contavam com o suporte do respeitado crivo científico para confirmar e validar as diferenças existentes entre o sexo masculino e o sexo feminino tal como para reforçar as características "inatas" a cada um deles. Isso se deu, sobretudo, a partir do século XIX, quando:

> [...] médicos, anatomistas, antropologistas, somatologistas, fisiologistas e sexólogos debruçaram-se sobre o corpo da mulher, para encontrar argumentos científicos, sob parâmetros biológicos, que demonstrassem a natureza da fisiologia feminina. O útero passou a ser o órgão determinante da mulher, e seu cérebro e todo o seu caráter, comandados pelos seus genitais[305].

Nesse sentido, a medicina atuou na proposição de uma releitura do corpo feminino, originando o que ficou conhecido por *ciência da mulher*. Tal especialidade tinha por objetivo justamente o estudo da distinção das diferenças. Segundo a pesquisadora Maria Bernadete Flores, os médicos passaram a reiterar "[...] a inferioridade física, psicológica e intelectual da mulher em relação ao homem como

[305] FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v.9, jul-dez, p.232, 2004. Disponível em: < https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>. Acesso em: 10 dez. 2018.

uma realidade inscrita no próprio corpo, *lócus* onde natureza e destino se confundiam[306].

Somado a isso, entre os séculos XIX e XX, os estudos realizados pelo psiquiatra italiano Cesare Lombroso[307] ganharam amplitude e foram largamente discutidos. De acordo com as suas pesquisas, a própria fisiologia da mulher era a causadora de uma psicologia desarmoniosa, propensa à histeria, à prostituição e às doenças mentais. Até mesmo a violência criminal feminina era vinculada a fenômenos biológicos, como a menstruação. As mulheres eram vistas como "crianças grandes", e suas tendências más eram consideradas mais numerosas e variadas que a dos homens[308].

Em consequência, o antifeminismo apropriou-se do aludido discurso para endossar "[...] a convicção de que as mulheres eram inatamente inferiores aos homens e de que a fragilidade era parte integrante de seus encantos[309]". Tais considerações podem ser verificadas nos jornais, desde o início do século XX, como no caso do trecho retirado de um artigo do *Jornal do Recife* (PE), no qual seu autor declarava:

> [...] Não é de hoje que se proclama a inferioridade da mulher: ela é um fato provado. Ora, o cérebro é o centro da mentalidade de indivíduo e esta mentalidade é proporcional à capacidade craneana, ao número de circunvoluções do cérebro à sua forma e peso. As investigações antropológicas têm como certo que o cérebro da mulher é inferior ao do homem em volume e peso. Quanto à forma, as experiências verificaram ainda que o homem tem uma superioridade visível sobre a

---

[306] ROHDEN, Fabíola. A construção da "natureza feminina" no discurso médico. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.2, jul./dez., p.513, 2002, Florianópolis. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200019>. Acesso em: 25 jan. 2019.

[307] Cesare Lombroso foi um psiquiatra, cirurgião, higienista, criminologista e antropólogo italiano. Foi considerado o principal fundador da Escola Positiva, ao lado de Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, responsáveis por inaugurar a etapa científica da criminologia no final do século XX [...]. Lombroso marcou esse período devido às suas ideias a respeito da relação entre o delito e o criminoso. Preocupou-se em estudar o homem delinquente conferindo-lhe características morfológicas, influenciando uma série de estudiosos a realizarem pesquisas mais profundas acerca do coeficiente humano existente na ação delituosa (FERNANDES, Bianca. **Cesare Lombroso e a teoria do criminoso nato**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/cesare-lombroso-criminoso-nato/>. Acesso em: 25 jan. 2019).

[308] FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v.9, jul-dez, p.233, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>. Acesso em: 10 dez. 2018.

[309] BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação ideológica de gênero no Brasil (1914–1940). São Paulo: EDUSP, 1999, p.215.

> mulher: no cérebro masculino há um desenvolvimento da parte anterior, ou seja, dos lobos frontais, onde a psicologia localizou as funções psíquicas, ao passo que no feminino é mais desenvolvido para a parte occipital, ou seja, a zona motora. Tendo o homem maior porção de massa nos lobos frontais ou mais desenvolvimento na zona das funções psíquicas que nos tipos femininos é fora de dúvida que há desigualdade mental dos sexos. É provável que esta desigualdade tenha origem numa diversificação primitiva da atividade. O homem pré-histórico deixou a companheira a defesa da caverna e da progênie e entregou-se à carga a à guerra. Estas diferentes ocupações deram origem ao tipo psicológico da mulher, trazendo o atrofiamento das funções intelectuais, a fraqueza muscular e a delicadeza de suas formas[310].

O excerto chama a atenção pela riqueza de detalhes e comparações científicas. Na maior parte desses textos, alegava-se a incapacidade física, a diversidade do organismo feminino, a inconstância psicológica e o atrofiamento da inteligência da mulher. A perspectiva antifeminista defendia, portanto, que era "[...] impossível estabelecer a igualdade absoluta dos dois sexos. As diferenças fisiológicas impõem necessariamente a diversidade quanto aos direitos e deveres[311]". Averiguamos também que os termos *belo sexo* e *sexo frágil* eram frequentemente empregados nos artigos de opinião, evidenciando, desse modo, a naturalização das falas e a submissão da mulher à sua função sexual, vista como um forte impedimento no alcance do mesmo grau de responsabilidade que o homem[312].

Em face ao exposto, podemos inferir que a reivindicação das mulheres para atuarem em esferas ditas masculinas assustou os homens e incutiu-lhes medo. De acordo com Joan Scott, as organizações feministas puseram em cheque não apenas a legitimidade da linha divisória que separava os sexos, mas a própria diferenciação sexual[313]. Porém, as reconfigurações não se limitaram unicamente a essa esfera.

Os desarranjos provocados pela nova forma de apropriar-se do âmbito público e privado fizeram emergir mais um receio e, consequentemente, mais uma justificativa antifeminista: o voto feminino seria o responsável direto pelo abandono do lar e de

---

[310] Coluna Colaboração: uma campanha. **Jornal do Recife (PE)**, 24 jun. 1920, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.
[311] **Diario de Pernambuco**, 7 out. 1931, p.2. Fundação Joaquim Nabuco.
[312] FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v.9, jul-dez, p.233, 2004. Disponível em: < https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>. Acesso em: 10 dez. 2018.
[313] SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002, p.221.

suas demandas. Nesse contexto, "[...] os antissufragistas regularmente reivindicavam que a emancipação das mulheres iria revolucionar as relações dos sexos e, por sua vez, o caráter e a estrutura do lar e o papel das mulheres dentro dele[314]". A resistência a tais modificações pode ser verificada por meio do fragmento publicado no *Jornal do Recife* (PE):

> A alteração na maneira de constituição da família é profunda, porque traz como sequência lógica o abandono da mulher do remanso doméstico, para se empenhar na atividade da luta pela existência. A nossa gente, que não gosta de sair da rota batida pelos nossos avós, não olha com bons olhos estas mudanças, que sempre trazem grandes deslocamentos de costumes velhos[315].

Um outro fator responsável por gerar inquietação era a possibilidade de que as mulheres viessem a se masculinizar. Sobre isso, o trecho do artigo de opinião intitulado *Bom dia!*, assinado por Álvaro Moreyra e publicado no *Diario de Pernambuco*, considerava:

> [...] O feminismo significa o contrário do que parece. É a transformação mais ou menos, das mulheres em homens. Está se usando muito. Elas esforçam-se pela emancipação integral. Ninguém sabe o que é. Suponho que é o fim do mundo. Elas organizam congressos e invadem congressos organizados. Metem-se nas profissões masculinas, tomam jeitos viris, perdem o mistério[316].

O envolvimento com as pautas feministas era regularmente apontado como o causador da aludida transformação, e, portanto, com base nessa justificativa, o voto não deveria ser estendido ao sexo feminino. Situação semelhante pode ser observada em um outro artigo publicado no *Jornal do Recife* (PE) e assinado por Renato Kell, quando, mesmo ao reconhecer que a mulher estava conquistando novos espaços e profissões em outros países, o autor pondera:

> [...] Mas de permeio a estas justas aspirações, surgem outras, absolutamente inconvenientes: as preocupações modernas de certas mulheres de se masculinizarem. Há enorme incongruência no programa de algumas sufragistas, que a título de adquirir o direito do voto — argumentando com bombas de dinamite — se apegam à

---

[314] DU BOIS, Ellen. The radicalism of the woman suffrage movement: notes toward the reconstruction of nineteenth-century feminism. **Feminist Studies**. University of Maryland, vol.3, n.1/2, Autumn, p.67-68, 1975. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/3518956?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 mai. 2017.

[315] Coluna Colaboração: uma campanha. **Jornal do Recife (PE)**, 24 jun. 1920, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.

[316] Bom dia! **Diario de Pernambuco**, 20 jun. 1931, p.3. Fundação Joaquim Nabuco.

> ambição desmedida de se transformarem em homens de calças, colete e gravata [...][317].

Para compreender melhor tais estigmas, faz-se essencial pontuar o que era considerado esteticamente belo na época em estudo. De fato, a partir do recorte temporal que ficou conhecido como *entreguerras* — correspondente aos anos de 1918 a 1939 —, bem como de uma grande influência da nascente indústria do cinema, os padrões de beleza e o imaginário acerca do corpo masculino e, principalmente, feminino sofreram modificações. Como elenca o pesquisador Francisco Ferreira:

> A "usina de sonhos" hollywoodiana cria temas, universos, heróis, hábitos, valores, difunde uma cultura e cria novas referências. Novos padrões de beleza são estabelecidos, novos produtos cosméticos e novos modismos são criados a partir de um mercado editorial que se expande e leva a novas "tendências" a diferentes lugares do planeta[318].

De modo geral, as atrizes que marcavam presença nas telas se tornaram referenciais de moda e estética. "Cabelos lisos e brilhantes, traços finos e delicados, rostos lisos emoldurados por cabelos curtos e faces habilmente maquiadas são o retrato da beleza[319]". Paralelamente, o corpo feminino passou a exibir os signos da cultura física, destacando uma silhueta esbelta, esportiva e com membros finos.

Nesse sentido, a partir de 1910, podemos averiguar que "[...] os corpos se libertam e as formas se alongam, como se as linhas [...] ganhassem autonomia e acompanhassem a profunda transformação social em curso[320]". Ferreira ainda destaca que as medidas corporais ganharam maior atenção, em especial nos concursos de beleza, que, por sua vez, difundiam esse novo padrão estético. Os concursos de *miss*, por exemplo, multiplicaram-se no entreguerras e fizeram com que as modelos exibissem estruturas físicas consideradas perfeitas e popularizassem a nova silhueta[321].

---

[317] A inteligência da mulher. **Jornal do Recife (PE)**, 20 jul. 1920, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.
[318] FERREIRA, Francisco Romão. Corpo feminino e beleza no século XX. **Alceu**: Revista de Comunicação, Cultura e Política, v.11, n.21, jul./dez., p.193, 2010. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=9&infoid=386&sid=33>. Acesso em: 15 jan. 2019.
[319] SILVA, Cecília, et. al. Beleza e feminilidade: o corpo feminino nas páginas da revista *Vida Capichaba*, 1925-1939. **Revista Motrivivência**, v.27, n.46, dez., p.41, 2015. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n46p35>. Acesso em: 17 jan. 2019.
[320] FERREIRA, op. cit., p.191.
[321] Ibid., p.191.

Figura 2: Olga Bergamini de Sá foi eleita *Miss Brasil* por meio de um concurso organizado pelo jornal *A Noite* (RJ), em 1929. "No início da década de 1920, a silhueta feminina em destaque tinha pouca estrutura, ao ponto de os vestidos serem muitas vezes chamados de 'saco', 'camisola ou 'slip', indicando a ausência de uma forma definida e a facilidade para vesti-los[322]". Os cabelos curtos no estilo *la garçonne*[323]" marcaram igualmente esse período, assim como o uso de cosméticos e cuidados com o corpo.

Fonte: A alma e o espírito das misses. **Revista Fon-Fon:** Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante (RJ), 27 abr. 1929, p.35. Hemeroteca Digital Brasileira.

Levando em consideração os padrões anteriormente citados, qualquer comportamento ou hábito que destoasse do modelo socialmente aceito era rapidamente questionado. A exemplo disso, a mudança no estilo de corte de cabelo dividia constantemente as opiniões. Embora bastante difundido, havia quem

[322] FIELL, Charlotte e DIRIX, Emmanuelle (ORGS.). **A moda da década – 1920**: um panorama completo e ilustrado da indumentária e da beleza nos anos loucos da Era do Jazz. São Paulo: Publifolha, 2014, p.15.

[323] O termo *la garçonne* difundiu-se a partir da publicação do romance homônimo, do escritor francês Victor Margueritte, em 1922. Na obra, o autor denunciou as restrições vividas pelas mulheres de seu tempo. O choque foi tão grande que essa expressão se transformou em palavra comum, mas com impacto de rupturas, com influência no físico das mulheres e com caráter revolucionário (SILVA, Cecília, et. al. Beleza e feminilidade: o corpo feminino nas páginas da revista *Vida Capichaba*, 1925-1939. **Revista Motrivivência**, v.27, n.46, dez., p.41, 2015. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n46p35>. Acesso em: 17 jan. 2019).

considerasse que, ao adotá-lo, as mulheres assumiam traços masculinos. Na imprensa:

> [...] a questão foi muito discutida e era classificada quase como um ataque à masculinidade e uma perda da feminilidade; jornais mais conservadores consideraram o fenômeno tão ameaçador e símbolo de desgraça que proclamava o fim da era em que as mulheres cozinhavam e cuidavam de seus maridos. Para alguns, soava como um posicionamento político; para outros era um corte de cabelo que se adequava ao novo estilo de vida mais livre. Para a maioria, era apenas uma moda[324].

O mesmo acontecia com os homens que não se enquadravam nos ideais de masculinidade, como no caso dos almofadinhas[325] e das mulheres que desviavam dos valores estabelecidos, a exemplo das melindrosas[326]. Ambos não escapavam às ferrenhas críticas, como é perceptível no trecho do artigo de opinião veiculado no *Jornal do Recife* (PE):

> Estou crente que o homem se compraz com o seu sexo e do mesmo modo a mulher. E tanto assim é que a mulher nunca se masculinizará, da mesma maneira como o homem nunca se afeminará, salvo raríssimas exceções, que aliás não podem deixar de se abrir a regra geral. Essas exceções são frutos anódinos de pruridos "almofadínicos" da nossa época[327].

Em decorrência disso e do ganho progressivo de notoriedade por parte das feministas, tornou-se frequente a veiculação de caricaturas e charges nos periódicos representando-as de modo estereotipado. Traços grotescos, feições avantajadas,

---

[324] FIELL, Charlotte e DIRIX, Emmanuelle (ORGS.). **A moda da década – 1920**: um panorama completo e ilustrado da indumentária e da beleza nos anos loucos da Era do Jazz. São Paulo: Publifolha, 2014, p.34.

[325] Os almofadinhas eram homens adeptos aos novos hábitos em voga. Gostavam de andar na moda, de seguir tendências estrangeiras. Desenvoltos, dançavam e cuidavam da aparência. Contraditoriamente, eram tidos ora como arruaceiros, malandros, ora como efeminados ou como galanteadores. Esteticamente falando, tinham em comum o uso de roupas com tonalidades claras, calças mais apertadas, ausência de barba, mãos com unhas feitas, pele alva, uso de maquiagem e de acessórios, como chapéu panamá, óculos redondos e gravatas-borboletas. Eram geralmente pertencentes às camadas médias urbanas (MELO, Alexandre. **Do *flirt*, do *footing*, da Rua Nova**: melindrosas e almofadinhas no Recife na década de 1920. 2015, p.74. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife).

[326] As melindrosas não eram apenas mantenedoras de uma aparência diferenciada, elas também demonstravam um comportamento igualmente diferenciado daqueles que se esperava de uma moça "comum" daquela época, pois fumavam, dirigiam, dançavam ritmos quentes, andavam frequentemente sem a presença masculina do pai ou irmão, frequentando chás, magazines, confeitarias, cafés e festas, além de ousarem lançar *flirts* insinuando-se aos homens. A diferenciação do cotidiano dessas jovens para as de tempos anteriores era grande e as aproximava de ações que outrora constituíram-se tipicamente masculinas (Ibid, p.109).

[327] A inteligência da mulher. **Jornal do Recife (PE)**, 20 jul. 1920, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

pelos espalhados pelo corpo, utilização de trajes masculinos ou, até mesmo, posturas agressivas configuravam-se como alguns dos elementos utilizados para caracterizá-las. Estas ainda tinham sua sexualidade e capacidade de amar questionadas, pois era dito que:

> As que aspiram esta finalidade absurda, de criar a mulher-homem, criam, no entanto, um novo gênero humano [...] muito propriamente neutro — um ser intermédio entre o homem e a mulher, ser estranho, indeciso, meio termo, com corpo de mulher e alma de homem [...] uma classe interessantíssima de "assexuadas"[328].

Não podemos deixar de assinalar que tais tipos de atributos acompanharam as mulheres durante todo o percurso de luta em prol da emancipação política. Assim sendo, assumir-se feminista não consistia em uma decisão fácil de ser tomada, exigindo não somente coragem, mas também persistência para enfrentar uma gama de adversidades.

Figura 3: Inúmeras vezes, as feministas foram ilustradas nas páginas dos jornais do início do século XX com feições e/ou trajes masculinos de forma pejorativa e jocosa. Por meio dos artigos de opinião, antifeministas explicavam e associavam a identificação dessas mulheres com o feminismo, alegando que eram frustradas, desprovidas de beleza, infelizes no matrimônio, ou até por não o terem concretizado. Tais estigmas eram difundidos com o intuito de constranger e intimidar o posicionamento público de outras mulheres. É interessante notarmos, também, que algumas das características mencionadas permanecem sendo reproduzidas e vinculadas aos movimentos na atualidade, sendo, assim, reflexos do período em questão.

Fonte: **Revista da Semana (RJ)**, dez. 1933, p.31. Hemeroteca Digital Brasileira.

[328] A inteligência da mulher. **Jornal do Recife (PE)**, 20 jul. 1920, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

Dando prosseguimento, o baixo nível de instrução feminina era mais um dos alvos visados pela crítica antifeminista. De fato, nessa época o acesso das mulheres à escolaridade era bastante limitado, sendo, inclusive, uma das reivindicações presentes nos programas de ações das organizações feministas.

Tal realidade foi prontamente considerada sob a ótica antifeminista como um significativo entrave à emancipação. Sobre o assunto, o artigo de autoria de Affonso Costa analisava:

> No Brasil, permitindo-se às mulheres a aquisição dos títulos das profissões liberais e o exercício que eles conferem, não se lhes têm dado ainda, em todos os estados, o direito de voto. O assunto arma acalorada controvérsia, sendo justo, todavia, reconhecer que entre nós ainda não se desenvolveu o feminismo com tão largas inspirações. E ainda bem, pois, antes de tudo, é mister educar a mulher, dar-lhes todos os requisitos que fazem precisos para torná-la verdadeiramente apta aos seus primeiros deveres na família e na sociedade, antes de lhe acender no espírito esse temerário anseio para levar mais longe a sua atividade, seu esforço e o seu prestígio. É cedo ainda[329].

Além disso, do mesmo modo que as justificativas antifeministas baseadas nas questões biológicas eram sustentadas pelo aparato científico da época, a concepção de inferioridade intelectual da mulher foi tema de vários tratados, experimentos e estudos. Defendia-se, por exemplo, que "[...] o crânio masculino tivera um desenvolvimento extraordinário enquanto que o feminino passara por estados estacionários, e mesmo regressivos[330]".

Ainda nesse campo de discussão, havia os que proferiam: "[...] a mulher deixa-se mais levar pelo coração do que pela cabeça, e em geral, gosta de fazer o que os homens não querem...[331]". Surgia mais uma justificativa. Além de lidarem com a imagem de intelectualmente inferiores, construída pelo antifeminismo, as feministas precisaram enfrentar o argumento de que a autonomia política não deveria ser permitida à mulher em decorrência da sua suposta falta de racionalidade.

---

[329] O voto das mulheres. **Jornal A Província (PE)**, 17 abr. 1929, p.3. Fundação Joaquim Nabuco.
[330] FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v.9, jul-dez, p.240, 2004. Disponível em: < https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>. Acesso em: 10 dez. 2018.
[331] **Jornal A Reforma (AC)**, 1º nov. 1925, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira.

Acusadas de agir guiadas por emoções, a elas era imputada a responsabilidade pela destruição de nações e pelo agravamento da vida da população, antes de sequer terem conquistado o voto. Todavia, tais erros já eram previstos em seus futuros mandatos, sendo atribuídos à ausência de lógica e de poder de decisão que as acometiam. É fundamental destacar que, em meio a tantas opiniões, muitos(as) acabavam por cair em contradição e assumiam posturas paradoxais, como nos mostra o trecho extraído do *Jornal do Recife* (PE):

> Pelo prosseguimento da campanha parece que muito em breve haveremos de ter deputadas, ministras e conselheiras. Nesta época não será surpreendente que, algum dia, alguém leia num jornal, que o deputado F. votou tal ou qual projeto, somente porque a deputada "X", lhe deitou olhos... Haveria de certo quem acusasse o jovem deputado. Mas quem pode livrar-se porventura, dos laços que o amor arma brandamente..."[332].

Ora, se as mulheres eram constantemente apontadas por tomarem decisões com base nos instintos e nas emoções e, por esse motivo, não deveriam votar ou assumir cargos políticos, por que razão esse fator não era igualmente aplicado à atitude do deputado que votaria projetos influenciado por um *flirt*? Constatamos que, ainda assim, a culpa recaía sobre a figura feminina pelo fato de hipoteticamente tê-lo seduzido e comprometido a sua racionalidade.

Desprovidas de intelecto, frívolas, histéricas, inconstantes, exaltadas. Essas eram apenas algumas das inúmeras atribuições dispensadas ao sexo feminino. Isso ocorria, inclusive, de forma metafórica, quando tais designações eram utilizadas para adjetivar negativamente algo ou alguma situação, conforme explicita o fragmento do artigo intitulado *Política, és mulher!*:

> A política é instável, variável, frívola, leviana e inconsequente. Tal como a mulher. E assim como somente o homem é que tem artes para guiar a mulher no caminho da vida, do mesmo modo, na política, somente ele poderá manejá-la[333].

Uma outra justificativa era pautada no medo iminente de vir a ter que dividir ou, até mesmo, perder espaços de poder para as mulheres. Esta consistia em acusar os movimentos, afirmando que, por trás do objetivo de alcançar o sufrágio e o acesso à

---

[332] Coluna Colaboração: uma campanha. **Jornal do Recife (PE)**, 24 jun. 1920, p.3. Hemeroteca Digital Brasileira.
[333] Política, és mulher. **Jornal do Recife (PE)**, 9 mai. 1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

política, havia, na verdade, a intenção de medir forças com o sexo masculino e firmar uma postura de superioridade diante dele. “A mulher age, como querem as feministas, não como uma força perfeitamente igual ao homem, mas sendo sua rival na luta pela vida [...][334]”, alegava o trecho do artigo de opinião anônimo publicado em 1931 no *Jornal Pequeno* (PE). Compartilhando da mesma perspectiva, outro fragmento, dessa vez divulgado pelo jornal *A Reforma* (AC) e assinado sob o pseudônimo de “Sá-Poty”, problematizava:

> Não satisfeitas com a competência que nos fazem no comércio, na indústria, na burocracia e nos demais ramos da atividade humana, disputando com os homens empregos, [...] as mulheres se candidatarão também nos prédios eleitorais, aliando às regalias, [...] os proventos e as imunidades do cargo. E assim como temos caixeiras, operárias, escriturárias, datilógrafas, vamos ter também mulheres deputadas, senadoras — quem sabe até presidentes da República. E... era uma vez a supremacia do sexo barbado![335]

Os ares eram de disputa. Ao mesmo tempo que acusavam as feministas de almejarem supremacia, o antifeminismo, de maneira paradoxal, anunciava com pesar o fim da hegemonia masculina. A exemplo disso, uma charge intitulada *Feminismo...*, veiculada pelo jornal *A Província* (PE), trazia a ilustração de uma mulher cabisbaixa, com ar de tristeza, rodeada por três homens. Em dado momento era questionada: “Por que tão grande desconsolo?”. Sem obter resposta da moça, um deles prossegue o diálogo proferindo: “Qual! Anime-se! Pois se o século é das senhoras: nos ares, nos versos, no amor, na beleza, em tudo...! *Enquanto que nós somos os vencidos*...”

Figura 4: A charge é definida como um gênero discursivo híbrido das linguagens verbal e imagética, caracterizado pela temporalidade marcada pela sátira e pela crítica referente a determinado evento, em geral, de natureza política[336]. Nessa época, o advento da ilustração foi essencial para o impulso e

[334] **Jornal Pequeno (PE)**, 26. dez. 1931, p.1. Fundação Joaquim Nabuco.
[335] Notas à lápis: o voto feminino. **Jornal A Reforma (AC)**, 27 mar. 1932. Hemeroteca Digital Brasileira.
[336] GOMES, Thulio Pereira Dias, et. al. Interferências dos contextos de produção e de uso na análise documentária de charge. In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ORGS.). **Informação e/ou conhecimento**: as duas faces de Jano. Porto/Portugal – Faculdade de Letras da Universidade do

a diversificação do impresso periódico, ainda mais em um país onde o rarefeito público leitor, que incluía um modesto contingente feminino, avançava lentamente entre os anônimos leitores de folhetins [...][337].

Fonte: Feminismo. **Jornal A Província (PE)**, 23 out. 1927, p.1, *grifo nosso*. Fundação Joaquim Nabuco.

Ainda com relação a essa temática, outra charge identificada nas páginas da *Revista da Semana* (RJ) reforçava a ideia de que as mulheres planejavam, de fato, invadir espaços e tomar os lugares ocupados pelos homens na sociedade. Nessa, em específico, duas senhoras com feições masculinizadas conversavam entre si enquanto um senhor — constrangido ao fundo — espreitava a comunicação. A frase que resumia a cena era: "Minha cara, se nós nos unirmos o homem ficará reduzido a nada![338]". Podemos constatar, por meio da análise dos documentos, o quanto as feministas eram vistas como figuras ameaçadoras à ordem e tal-qualmente como o antifeminismo se empenhava na propagação dessa imagem.

Figura 5: O senhor retratado (ao fundo) na ilustração observa com ar atônito o diálogo entre as feministas (em primeiro plano). A representação de tal cena intentava alertar os(as) leitores(as) acerca dos "perigos" decorrentes da articulação entre as mulheres, bem como reiterar que, caso o voto fosse realmente conquistado, o sexo masculino estaria sob forte ameaça de subjugação. Portanto, na dimensão do enredo, observa-se a temporalidade, ainda que estática, na charge. Sua narrativa é sustentada pela enunciação ou pela indicação que o desenho nos dá sobre o que aconteceu antes ou do que acontecerá depois da situação apresentada.

Fonte: **Revista da Semana (RJ)**, 11 jun. 1932, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira.

O esforço de compreender a elaboração e a disseminação das justificativas antifeministas por meio da imprensa do século XX representa parte fundamental nos

Porto, p.26-27, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4606625>. Acesso em: 22 jan. 2019.

[337] LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (ORG.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p.135.

[338] **Revista da Semana (RJ)**, 11 jun. 1932, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira.

estudos voltados à questão da conquista da cidadania política feminina no Brasil. A contínua dedicação de pesquisadores(as) na construção de novas análises acerca desses embates tem propiciado, de forma gradual, a abertura de mais caminhos e o estabelecimento de outras perspectivas. É preciso, portanto, "[...] narrar a partir da multiplicidade do olhar e sentir, dos diferentes lugares, das diversas mulheres, esse rico momento da História do Brasil"[339].

Certa vez, o político Assis Brasil[340] proferiu as seguintes palavras:

> Já houve um tempo em que se negou a legitimidade de outras funções que as mulheres exercem hoje. Tempo virá em que hão de rir-se de certas desigualdades que o estado das ideias e da civilização nos obriga a manter ainda entre os direitos dos dois sexos[341].

De fato, os avanços vieram às custas de muito enfrentamento. No entanto, o tempo de rir nunca chegou. Nem há de chegar. Olhar para trás significa reconhecer. Reconhecer que as desigualdades tomaram novas formas, mas ainda se fazem presentes. Reconhecer que vidas e trajetórias foram dedicadas para alcançarmos os lugares que hoje, por direito, ocupamos. Reconhecer, sobretudo, que o tempo nunca virá, nós sempre teremos de ir em direção a ele.

---

[339] LUZ, Noemia e NASCIMENTO, Alcileide. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, n.42, p.4, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100341&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 jan. 2019.

[340] Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu na estância de São Gonçalo, munícipio de São Gabriel (RS), em 29 de julho de 1857. Foi advogado, político, orador, escritor, poeta, diplomata e estadista brasileiro. Foi responsável pela fundação do Partido Libertador, deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891. Já afastado da vida pública, Assis Brasil veio a falecer no Castelo de Pedras Altas, em Pinheiro Machado, no ano de 1938 (MOREIRA, Regina da Luz. **Verbete Joaquim Francisco de Assis Brasil**. CPDOC-FGV. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>. Acesso em: 17 out. 2018).

[341] RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira**: direitos políticos e civis. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1982, p.52.

Considerações Finais

Em um dos seus discursos, a jovem escritora nigeriana e autora de livros que abordam o racismo e as relações de gênero, Chimamanda Adiche[342], proferiu a seguinte frase: “Escolher escrever é rejeitar o silêncio”. Ao decidir enfrentar o desafio de tornar esta pesquisa real, a força de tal afirmação fez-me relembrar, em diversos momentos, o propósito inicial para a sua elaboração: conferir visibilidade e fazer ouvir as vozes de algumas das mulheres que se dedicaram à conquista da emancipação política feminina.

Essa longa jornada teve início no período de transição do século XIX para o XX a partir da instauração de um novo modelo de governo, a República. Embora antigas organizações e estruturas tenham se perpetuado, outras inovações e formas de sociabilidade pediram passagem. Diante desse panorama, admitimos não apenas o desenvolvimento de uma cultura política republicana como também de uma cultura política feminista, por meio da qual as mulheres passaram a instrumentalizar suas reivindicações e atividades. Desse modo:

> [...] gradativamente desbravaram espaços nitidamente masculinos, questionaram verdades em torno de seu sexo, de seu corpo e de sua inteligência, por meio da palavra escrita, de entrevistas de rádio, com a publicação de artigos polêmicos, e, na seara da Justiça [...][343].

O referido cenário permitiu a abertura de novas possibilidades. Em meio a essa conjuntura, houve a organização dos primeiros núcleos feministas no Brasil, por sua vez, pautados em diversas vertentes ideológicas. Ademais, em 1927, o estado do Rio Grande do Norte despontou como exemplo e colaborou de maneira emblemática para o fortalecimento da causa sufragista em todo o país. Isso porque, ainda que tenha sido o único estado da Federação a materializar a conquista do voto feminino até

---

[342] Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora nigeriana. Ela é reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras anglófonas da atualidade. Suas obras abordam recorrentemente questões raciais, políticas e de gênero. Dentre as principais estão: *Hibisco Roxo* (2003), *Meio sol amarelo* (2006) e *Sejamos Todos Feministas* (2014).

[343] NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.13. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

aquele momento, a representatividade de tal ação acabou por intensificar as pressões que já se faziam sentir. O acontecimento em questão favoreceu, portanto, não somente o aumento do número de pedidos de alistamentos perante a Justiça, mas também, a frequência de debates acerca do assunto nos principais veículos de comunicação e entre as autoridades do Congresso. Todavia, mesmo com os visíveis avanços, a legitimidade e a extensão desse direito à nível nacional tardariam a chegar.

Em paralelo, as feministas seguiram firme na luta. Comprometeram-se na divulgação de seus ideais, defenderam incansavelmente a importância da educação, cooptaram membros, estabeleceram alianças e obtiveram o apoio de figuras importantes para a época, não se deixando paralisar. Somado a isso, articularam-se e, a partir da fundação de novas filiais, criaram uma significativa rede de contatos. A documentação permitiu-nos constatar esse trânsito de informações, tendo em vista os anúncios de novas adesões, a troca de correspondências, as recorrentes reuniões, entre outros.

A realização do II Congresso Internacional Feminista, em junho de 1931, no Rio de Janeiro, por exemplo, congregou feministas provenientes de diferentes estados brasileiros, contribuindo para o estreitamento de laços e, consequentemente, para o aprimoramento das supracitadas redes de contato. Logo, atestamos que as decisões não eram tomadas de modo aleatório. Resistir significava criar estratégias para manter-se em evidência, e organizar um evento de tamanha magnitude era uma delas. Solenidades como o II Congresso foram essenciais para o intercâmbio de experiências e para o incentivo da abertura de novas filiais — nesse caso em específico, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

De forma concomitante, em Pernambuco o feminismo galgava seus primeiros passos rumo à institucionalização sob forte influência das pautas discutidas no aludido encontro internacional. Em 1931, surgiram a Cruzada Feminista Brasileira, sob o comando de Martha de Hollanda, e a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, liderada por Edwiges de Sá — esta última na condição de filial da FBPF. Apesar de compartilharem finalidades semelhantes, foi possível notar que apresentavam divergências em relação a alguns pontos, a exemplo do divórcio. A questão geracional e a proximidade de princípios religiosos marcaram, dessa maneira, o percurso trilhado por cada uma delas. Nesse sentido, analisar os diferentes

feminismos que se delinearam no território pernambucano fez-se essencial para questionar e romper com a ideia de unidade, do feminismo calcado sob a perspectiva de ondas. A identificação dessas particularidades evidencia a necessidade de que mais pesquisadores(as) se debrucem sobre o estudo de outras organizações feministas brasileiras e repensem seus trajetos.

Não podemos deixar de pontuar as controvérsias que envolveram tais sujeitos históricos. As mulheres em foco estavam imersas em um contexto que as forjava enquanto cidadãs paradoxais, principalmente se levarmos em consideração o fato de "[...] o feminismo não ser produto das operações benignas e progressistas do individualismo liberal, mas um sintoma de suas contradições[344]", como definiu Joan Scott.

Em outros termos, isso significa dizer que, apesar de batalharem pela emancipação feminina, as associações feministas investigadas por este trabalho, bem como suas integrantes, representavam uma parcela diminuta da população que, por sua vez, desfrutava do privilégio da instrução e do acesso a ambientes de poder lidos pela sociedade como masculinos. Para além disso, algumas estavam presas a valores de ordem classicista, raciais e religiosos, como vimos o caso de Edwiges de Sá, cuja crença e submissão às convicções católicas influenciavam a tomada de decisões e o direcionamento da FPPF. Contudo, nenhuma dessas ponderações é capaz de anular a relevância e a junção de esforços dos movimentos sufragistas analisados. Partindo desse pressuposto, como define a pesquisadora Emelly Facundes, tais mulheres "[...] eram seres contraditórios, que buscavam dar vazão a suas angústias e inquietações, lutando por justiça de acordo com seus preceitos pessoais, assim como nós[345]".

Após um árduo caminho, finalmente, a campanha tornou-se exitosa. A partir de uma reforma no Código Eleitoral Provisório e por meio da assinatura do Decreto-Lei 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas, o voto feminino é oficialmente instituído no Brasil. No entanto, apesar de aprovada, a

---

[344] SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002, p.48.

[345] FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018, p.161. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

conquista do sufrágio teve caráter parcial, tendo em vista que somente as mulheres casadas — com autorização dos cônjuges — e as viúvas e solteiras detentoras de renda própria poderiam usufruir do pleno exercício da cidadania. Somente dois anos depois, em 1934, tais restrições foram eliminadas do Código Eleitoral. Porém, o caráter obrigatório da votação continuou limitado aos homens, tendo sido estendido ao sexo feminino apenas no ano de 1946[346].

Como averiguamos brevemente no início desta dissertação, o acesso à esfera política não assegurou às mulheres participação efetiva, muito menos garantia de representatividade. Inúmeros dados estatísticos são capazes de comprovar tal realidade por meio dos baixos índices apresentados — fato que reforça a persistente dominação masculina e o reflexo de anos de tolhimento nesse âmbito. Entretanto, isso não invalida o empenho daquelas que dedicaram suas vidas a abrir as rotas pelas quais, hoje, podemos transitar.

Talvez seja mais coerente afirmarmos que essas feministas não viveram à frente de seu tempo, mas, sim, que tiveram coragem o suficiente para enfrentar as adversidades e demandas propostas pela época na qual estavam inseridas. Não obstante, foi preciso determinação para tomar as rédeas de seus próprios destinos, conviver com estigmas, com a reação antifeminista e, sobretudo, persistir. O nosso tempo traz novas diligências, algumas até mesmo já defendidas por elas no século passado, entretanto os movimentos feministas permanecem vivos e pulsantes no intuito de alcançá-las. Que nunca esqueçamos as lições de resiliência deixadas por essas mulheres, que nunca nos falte ânimo para lutar. Ainda há muito para ser conquistado.

Encerro este trabalho prestando uma homenagem, por meio do poema *Devoção*, da militante Laura Moreira, a todas as associações feministas que lutam diariamente por um amanhã mais igualitário:

Ao movimento feminista
Pois que é nas mulheres que deposito minha fé
E a elas rezo para merecer essa irmandade,
À mais anônima e à que todas o nome conhecem
Às que habitam esferas passadas
e as que ao meu lado caminham.

[346] **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-ES)**. 82 anos da conquista do voto feminino. Disponível em: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2019.

À elas eu rezo para merecer essa irmandade,
Pois que é nas mulheres que eu deposito a minha fé.
Às mulheres que teceram, no anonimato ou na infâmia,
os espaços que ocupo, eu oriento as minhas orações:
Que eu possa ser filha, mãe e irmã de todas que encontrar,
Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.
Nos ventres redondos, seios fartos,
Braços musculosos ou pernas fortes
Ou nos corpos frágeis recendendo suavidade,
— não importa —
Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.
E elas ensinam e me ensinaram:
A nunca recriminar uma mulher livre,
— Nunca mais —
A nunca me reduzir em feminilidades,
— Nunca mais —
A nunca acreditar nas mentiras dos que definem,
A nunca calar diante do desamor.
Pois que é nas mulheres que eu deposito minha fé
E serão elas a me guiar nas trilhas incertas que abrimos juntas.
E que possa perpetuar a dívida eterna
Doando o que recebi a outras mulheres,
Nas quais deposito a minha fé.
As que nasceram e as que se tornaram,
As por dentro, as por fora
E as mil possibilidades da textura.
E que possamos combater
Intrincadas formas de opressão,
As que vivo e as que não.
Que contra todas eu possa lutar,
Pois que é nas mulheres que deposito a minha fé.
Que sejam elas a me dizer como ser mulher;
Ainda que desafie a compreensão,
Que estraçalhe seguranças mofadas,
Que me mostrem asperezas que não quero ver,
Pois são elas que entendem a necessidade do abraço
E são elas que determinam os meus passos.
Pois que é nas mulheres que deposito a minha fé[347].

[347] BELLINI, Felipo. **Cinco poesias sobre a mulher**. Disponível em: <https://demonstre.com/cinco-poesias-sobre-a-mulher/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Referências

Bibliográficas

ADICHE, Chimamanda. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007.

BARROS, Natália. Os arriscados voos da vida: práticas femininas e deslocamentos dos espaços dos gêneros nos anos 1920. In: BARROS, Natália e REZENDE; Antônio Paulo e SILVA, Jaílson (ORGS.). **Os anos 1920**: histórias de um tempo. Recife: Editora Universitária, 2012.

BERNARDES, Maria Thereza. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação ideológica de gênero no Brasil (1914–1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

BOBBIO, Norberto, et.al. **Dicionário de Política**, v.1. Brasília: UNB, 1998.

CAVALCANTI, Carlos e CAVALCANTI, Vanildo. **O Recife e suas ruas. Se essas ruas fossem minhas...** Recife: IAHGP, 2010.

CHALINE, Eric. **50 máquinas que mudaram o rumo da História**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FIELL, Charlotte e DIRIX, Emmanuelle (ORGS.). **A moda da década – 1920**: um panorama completo e ilustrado da indumentária e da beleza nos anos loucos da Era do Jazz. São Paulo: Publifolha, 2014.

FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e “Delírio do Nada”. Recife: Edição independente, 2003.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: Editora Cepe, 2008.

HAHNER, June. Mulheres da elite. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

INOJOSA, Cristina. **Martha de Hollanda**: Feminismo e Feminilidade. Recife: Assessoria Editorial do Nordeste, 1984.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (ORG.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MARQUES, Teresa Cristina. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (ORGS.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

MELO, Victor. **Cidade Sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. São Paulo: Relumé-Dumará, 2011.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária UFPE, v.2, 1966.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**, v.14. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1969.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (ORGS.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013.

PEREIRA, Edwiges de Sá. **Impressões e notas**. Recife: República de Publicações Oficiais, 1926.

PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

QUINTAS, Fátima. **O Recife**: passeio à antiga. Recife: Bagaço, 2008.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 2011.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de 1920. Recife: FUNDARPE, 1997.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira**: direitos políticos e civis. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda., 1982.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando e SEVCENKO, Nicolau. (ORGS.). **História da vida privada no Brasil**, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla e PEDRO, Joana (ORGS.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

Dissertações e Teses

FACUNDES, Emelly. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

FRACCARO, Glaucia Cristina. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campinas, São Paulo.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As Filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: < https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MELO, Alexandre. **Do flirt, do footing, da Rua Nova**: melindrosas e almofadinhas no Recife na década de 1920. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SILVA, Marcelo. M da. **Votar é preciso**: os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitoral feminino (1931-1934). 2016. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

Virtuais

ABREU, Alzira. **Verbete Maria Lacerda Moura**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOURA,%20Maria.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS. História da APL. Disponível em: < http://www.aplpe.org.br/historia-da-apl-2/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ACERVO CENTRO DE MEMÓRIA MULHERES DO BRASIL E PESQUISA. Alzira Nogueira Reis. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/alzira-nogueira-reis-1886-1970/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Maioria entre a população e o eleitorado, mulheres ainda são minoria em cargos eletivos. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/maioria-entre-populacao-e-o-eleitorado-mulheres-ainda-sao-minoria-em-cargos-eletivos/>. Acesso em: 27 dez. 2018.

AMARAL, Walter. "Um passado que não morre": traços biográficos de Edwiges de Sá Pereira. **Revista Ágora**, n.13. 2011, p.1-16. Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5044/3810>. Acesso em: 28 out. 2018.

ARAÚJO, Marta Maria e MEDEIROS, Cristiane. A educação do homem culto: o norte-rio-grandense Juvenal Lamartine de Faria (1874–1956). **Revista de Humanidades**, Caicó, v.5, n.10, abr/jun., 2004, p.1-7. Disponível em: < https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/213>. Acesso em: 15 out. 2018.

BAPTISTA, Leonardo. O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. In: V Encontro Internacional de História UFES/Paris-Est, Espírito Santo, 2015. **Anais eletrônicos...** Espírito Santo, 2015, p.664-677. Disponível em: <http://periódicos.ufes.br/UFESUPEM/article/download/11781/8477>. Acesso em: 20 out. 2018.

BARBOSA, Virgínia. **Clube Internacional do Recife**. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=990%3Aclube-internacional-recife&catid=38%3Aletra-c&Itemid=1>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BARBOSA, Virgínia. **Carneiro Vilela**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=534&Itemid=1>. Acesso em: 04 nov. 2017.

BARROS, Leandro Gomes de. **História de Juvenal e o dragão**. Recife, 1914. Disponível em:<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspxbib=RuiCordel&pasta=Historia%20de%20Juv enal%20%20e%20o%20%20Dragao&pesq=>. Acesso em: 26 jun. 2017.

BELLINI, Felipo. **Cinco poesias sobre a mulher**. Disponível em: < https://demonstre.com/cinco-poesias-sobre-a-mulher/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BERTHA... **Verbete Bertha Maria Júlia Lutz**. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/berta-maria-julia-lutz>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BOFF, Odete Maria et. al. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, vol. 7, n.13, 2009, p1-12. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opiniao.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BONATO, Naílda e COELHO, Lígia Martha. Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista – 1931. **Revista Publicatio**/UEGP, v.15, n.2, 2007, p.17-23. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/598/586>. Acesso em: 30 set. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Luíza Alzira Teixeira Soriano. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/seminarios-e-outros-eventos/diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/edicao-2018-diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/resumo-alzira-soriano>. Acesso em: 16 out. 2018.

CAMPOS, Zuleica Dantas. Pela mulher, para mulher: uma voz feminina no Recife dos anos 30. **Núcleo de Estudos para América Latina**, p.1-8. Disponível em: <http://www.unicap.br/neal/artigos/Texto6ProfZuleica.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CARDOSO, Elizangela. Feminismo e masculinidade no início do século XX. **Revista Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais, v.9, ano IX, n.3, set./out./nov/dez., 2012, p.1-17. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/ARTIGO_3_SECAO_LIVRE_ELIZANGELA_BARBOSA_CARDOSO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CELETI, Filipe R. **A Caixa de Pandora**. Disponível em: http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/filosofia/caixa-pandora.htm. Acesso em: 18 set. 2017.

COSTA, Maria Ione. **O Lyrio**: revista mensal. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-periodicos-literatura/o-lyrio-revista-mensal/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

CPDOC–FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda>. Acesso em: 16 out. 2018.

COUTO, André e LEAL, Carlos. **Verbete O Fluminense**. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>. Acesso em 10 out. 2018.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA (DPLP). Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/resili%C3%AAncia>. Acesso em: 26 dez. 2018.

DOMÍNIO PÚBLICO. Maria Amélia Rocha de Sá Pereira. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=90710>. Acesso em: 20 out. 2018.

DU BOIS, Ellen. The radicalism of the woman suffrage movement: notes toward the reconstruction of nineteenth-century feminism. **Feminist Studies**. University of Maryland, vol.3, n.1/2, Autumn, 1975, p.63-71. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/3518956?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 mai. 2017.

FERNANDES, Bianca. **Cesare Lombroso e a teoria do criminoso nato**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/cesare-lombroso-criminoso-nato/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FERREIRA, Francisco Romão. Corpo feminino e beleza no século XX. **Alceu**: Revista de Comunicação, Cultura e Política, v.11, n.21, jul./dez.2010, p.1-16. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=9&infoid=386&sid=33>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v. 9, jul-dez, 2004, p1-26. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FRAZÃO, Dilva. **Arthur Bernardes**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/artur_bernardes/>. Acesso em: 16 out. 2018.

FREIRE, Maria Martha; COSATI, Letícia. Gênero e Filantropia: as damas de assistência à infância do IPAI-RJ (1899–1930). **Revista Eletrônica de Gênero**, Niterói, v.15, n.2, 2015, p.29-46. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/653/399.>. Acesso em: 26 jun. 2017.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Júlia Alves Barbosa Cavalcanti: pioneira e líder. Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine (CEPEJUL). Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000106231.PDF>. Acesso em: 16 out. 2018.

FUNDAJ. Edwiges Rocha de Sá Pereira – Primeira mulher na Academia Pernambucana de Letras. Disponível em: < http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=2420>. Acesso em: 25 out. 2018.

FUNDAJ. José Bonifácio de Sá Pereira. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_visualizador.php?cod=6382>. Acesso em: 20 out. 2018.

FUNDO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. Excursão das participantes do II Congresso Internacional Feminista ao Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro, em junho de 1931. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/5028>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FUNDO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. IX Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/5029>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GALVÃO, Laila Maia. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 2016, p.176-203. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/16786/15885>. Acesso em: 12 out. 2018.

GAUTÉRIO, Rosa. História do sufrágio feminino no Brasil. **Revista técnica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina**, n.4, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/revista-tecnica/edicoes/n-4-juldez-2013/integra/2013/11/historia-do-sufragio-feminino-no-brasil/indexd45d.html?no_cache=1&cHash=90759d10fa3c817a43126ffb618767fd>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GOMES, Thulio Pereira Dias, et. al. Interferências dos contextos de produção e de uso na análise documentária de charge. In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (ORGS.). **Informação e/ou conhecimento**: as duas faces de Jano. Porto/Portugal – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, p.245-263. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4606625>. Acesso em: 22 jan. 2019.

HEYNEMANN, Claudia e RAINHO, Maria do Carmo. **Memórias das lutas feministas**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=bertha-lutz>. Acesso em: 20 de out. 2018.

INEP. Mapa do Analfabetismo no Brasil, 2003, p.6. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3.>. Acesso em: 28 dez. 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.2, 2018, p.1-17. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200222>. Acesso em: 20 nov. 2018.

KARAWEJCZYK, Mônica. O voto e as saias: as repercussões do Projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917). **Revista Autos & Baixas**: justiça, memória e cidadania. Rio Grande do Sul, v.3, n.1, 2015, p.67-84. Disponível em: <

http://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas/issue/current/showToc>. Acesso em: 15 out. 2018.

LUCENA, Felipe. **História do Edifício do Automóvel Clube do Brasil**. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-edificio-do-automovel-clube/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LUZ, Noemia e NASCIMENTO, Alcileide. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, n.42, 2014, p.1-30. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100341&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MALIN, Mauro. **Verbete José Augusto Bezerra de Medeiros**. CPDOC – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-augusto-bezerra-de-medeiros>. Acesso em: 16 out. 2018.

MARQUES, Gabriela Mota. O antifeminismo e o questionar do género no limiar dos séculos XIX-XX: dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v.14, 2014, p.263-276. Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39369/1/O%20Antifeminismo%20e%20o%20questionar%20do%20genero.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MELO, Hildete e MARQUES, Teresa Cristina. **Verbete Partido Republicano Feminino**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO – MINC. **Mesorregião do Seridó**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=78580def-39f8-4148-a177-eccf9a05307b&groupId=63635>. Acesso em: 17 out. 2018.

MIRANDA, Guilherme Gantois. Bertha Lutz: cientista e feminista em luta pela emancipação da mulher. In: VII Fazendo Gênero: gênero e preconceitos, Florianópolis, 2006. **Anais eletrônicos**... Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VnkZZqBL4lgJ:www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/G/Guilherme_Gantois_25.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 16 nov. 2018.

MOREIRA, Regina da Luz. **Verbete Joaquim Francisco de Assis Brasil**. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>. Acesso em: 17 out. 2018.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). **Revista Estudos Feministas**, (jan-abr), vol.21, n.1. Florianópolis, 2013, p.41-57. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2013000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2017.

NASCIMENTO, Alcileide. A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927–1932). **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v.26, n.2, 2018, p.1-16. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44481/37103>. Acesso em: 02 out. 2018.

NASCIMENTO, Alcileide. De pomba para leoa: Martha de Hollanda e a Cruzada Feminista Brasileira na luta pela igualdade política entre os sexos (1927–1932). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 2013. **Anais eletrônicos...** Recife, 2013, p.1-14. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370357481_ARQUIVO_Art_ACN_rev2.pdf> Acesso em: 15 jul. 2017.

NUNES, Dimalice. Análises e poder de voto às mulheres: estrutura partidária ainda impõe barreiras à entrada das mulheres na política. **Agência Patrícia Galvão**. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/noticias-politica/estrutura-partidaria-ainda-impoe-barreiras-entrada-das-mulheres-na-politica/.>. Publicado em: 15 ago. 2016. Acesso em: 04 nov. 2017.

PACHECO, Ricardo. Cultura política republicana: sociabilidade e mobilização eleitoral na República Velha (Porto Alegre 1889–1930). **Revista Trajetos**, Ceará, v.1, n.1, 2001. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/42/19>. Acesso em: 10 out. 2018.

PANTOJA, Sílvia**. Verbete Adolfo Bergamini**. CPDOC–FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BERGAMINI,%20Adolfo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PASSOS, Carla. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico do pensamento liberal. In: Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades e deslocamentos, Santa Catarina, 2010, p.1-11. **Anais eletrônicos**... Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277554486_ARQUIVO_fazendogenero9antagonismosdapoliticaliberal.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

PENA, Lincoln. **Verbete Positivismo**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

ROHDEN, Fabíola. A construção da ‘natureza feminina’ no discurso médico. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.2, jul./dez., Florianópolis, 2002, p.511-514. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200019>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.17, supl.1, jul., 2010, p.127-147. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000500008> Acesso em: 17 nov. 2018.

SETEMY, Adrianna. **Verbete Justo Chermont**. CPDOC-FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHERMONT,%20Justo.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SILVA, Cecília; ALMEIDA, et.al. Beleza e feminilidade: o corpo feminino nas páginas da revista *Vida Capichaba*, 1925-1939. **Revista Motrivivência**, v.27, n.46, dez./2015, p.35-52. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2015v27n46p35>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SILVA, Marcelo. Antifeminismos e Feminismos no Recife dos anos de 1930. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. **Anais eletrônicos..**. Recife, 2015, p.1-16. Disponível: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434301329_ARQUIVO_SILVA, Marcelo.SNH2015.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

SIMILI, Ivana. A construção de uma personagem: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). In: VII Fazendo Gênero: gênero e preconceitos, Florianópolis, 2006. **Anais eletrônicos...** Paraná, 2006, p.1-7. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/I/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SIPRIANO, Benedita. O jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930: as relações entre “informativo” e “opinativo”. **Revista de História Bilros**, Fortaleza, v.4, n.7, jul./dez., 2016, p.138-154. Disponível em: <seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=2317>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov./dez., n.15, 2000, p.97-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a07.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

SOIHET, Rachel. Bertha Lutz e a ascensão social da mulher. Mestrado em História. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1974, p.28 apud SOIHET,
Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n.15, set./dez., 2000, p. 97-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300007>. Acesso em 15 nov. 2018.

SÔNEGO, Márcio. A fotografia como fonte histórica. **Revista Historiae**, Rio Grande do Sul, v.1, n.2, p.113-120, 2010. Disponível: <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2366/1248>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SOUSA, Ana Júlia da Silva de. Participação da mulher nos espaços de poder no Brasil: atuação feminina no executivo, legislativo e judiciário. **Revista Eletrônica Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Norte, XIV, n.91, ago/2011. Disponível em: <

http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10148&revista_caderno=24>. Acesso em: 27 dez. 2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-ES). 82 anos da conquista do voto feminino. Disponível em: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE–RN). Os 80 anos do voto de saias no Brasil. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>. Acesso em: 15 out. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Eleições 2016: mulheres representam mais de 30% dos candidatos. Disponível em: http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-mulheres-representam-mais-de-30-dos-candidatos. Publicado em: 02 set. 2016. Acesso em: 04 nov. 2017.

VAINSENCHER, Semira. **Júlia Alves Barbosa**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid>. Acesso em: 16 out. 2018.

VEIGA, Edison. **Automóvel Clube do Brasil luta para recuperar sede no Rio**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2017/09/29/interna_nacional,904557/automovel-clube-do-brasil-luta-para-recuperar-sede-no-rio.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2018.

Documentais

Jornais

Jornal do Recife. Recife. Jun/Jul de 1920; Nov/Dez de 1927; Jul/Nov de 1928; Nov/1930; Ago/Out de 1931; Jan/1932; Mai/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal A Província. Recife. Jan/1913; Jul/1917; Nov/Out de 1927; Mai/Abr de 1928; Abr/1929. Hemeroteca Digital Brasileira e Fundação Joaquim Nabuco.
Jornal Pequeno. Recife. Dez/1927; Out/1928; Jun/Jul/Set/Out/Nov de 1931; Jan/Fev/Mai de 1932. Fundação Joaquim Nabuco
Diario de Pernambuco. Recife. Nov/1921; Nov/1927; Jan/Nov de 1930; Jun/Jul de 1931; Mar/1932; Out/1937. Hemeroteca Digital Brasileira e Fundação Joaquim Nabuco.
Jornal A Notícia. Recife. Jun/1931. Fundação Joaquim Nabuco.
Diário da Manhã. Recife. Mai./Jul de 1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Mar/Mai/Jun de 1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Fev/Mar de 1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal O Paiz. Rio de Janeiro. Jan/Ago de 1928. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal O Malho. Rio de Janeiro. Mai/1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal A Noite. Rio de Janeiro. Jun/1913. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal O Estado. Santa Catarina. Ago/1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal O Dia. Paraná. Jun/1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
Jornal A Reforma. Acre. Nov/1925; Mar/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

Revistas

Revista Fon-Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante. Rio de Janeiro. Mai/1924; Abr/1929; Jun/1931. Hemeroteca Digital Brasileira.
Revista da Semana. Rio de Janeiro. Jun/1928; Jun/1932; Mai/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

Anexos

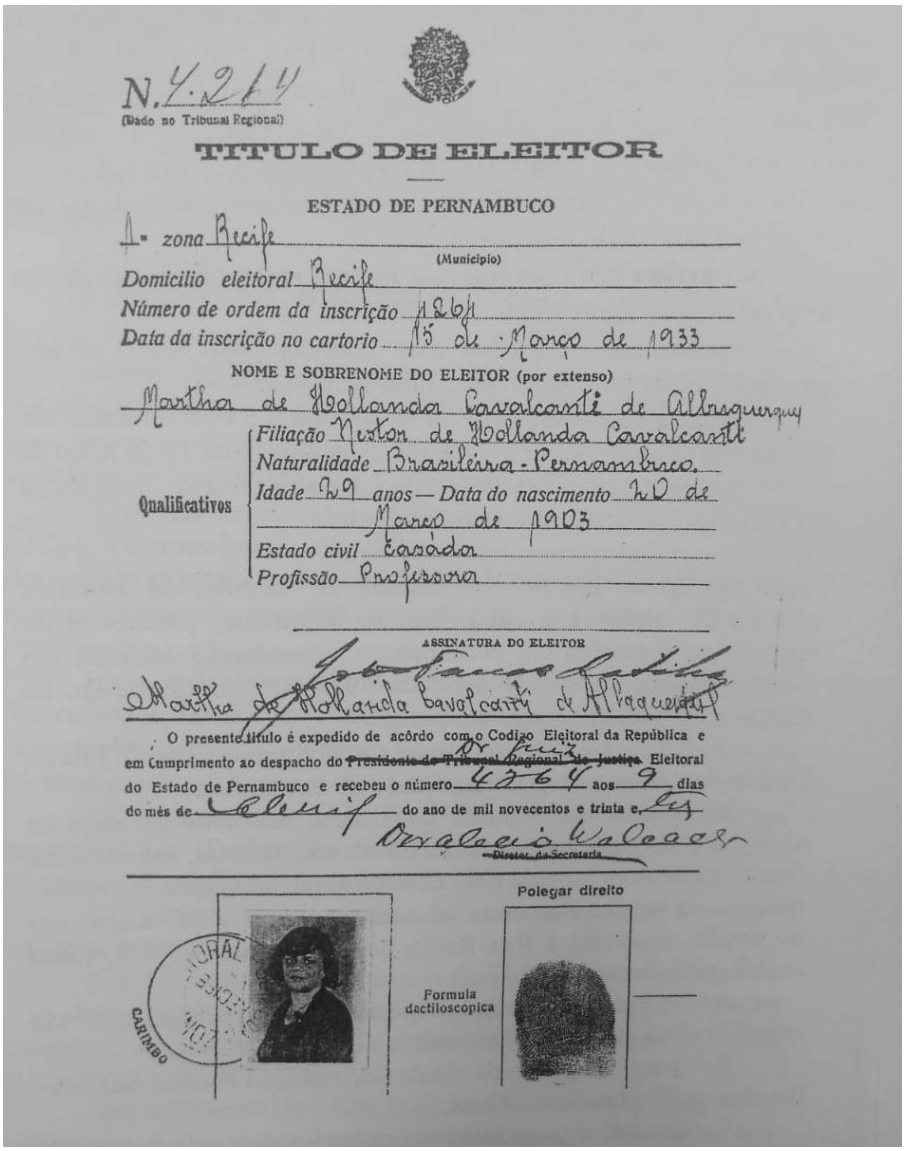
ANEXO A – Genitores de Martha de Hollanda Cavalcanti: Mathilde de Aragão Rabelo de Hollanda Cavalcanti e Nestor de Hollanda Cavalcanti.

Fonte: V1 Via Expressa de Notícias[348].

[348] RETAMERO, Johnny. **Há 83 anos ocorria o casamento mais polêmico de Vitória de Santo Antão – PE**. Disponível em: <http://ven1.blogspot.com/2011/12/ha-83-anos-ocorria-o-casamento-mais.html>. Acesso em: 24 out. 2018.

ANEXO B – Modelo de Título de Eleitor de 1932; Título de Martha de Hollanda Cavalcanti.

O ano de 1932 foi de grande importância para a Justiça Eleitoral brasileira, pois por meio do Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, foi editado o primeiro Código Eleitoral e seus órgãos de composição: o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais. Naquela época a qualificação do eleitor era feita *ex officio* ou por iniciativa do cidadão. Para a qualificação *ex officio* habilitavam-se os magistrados, militares, servidores públicos, professores, profissionais liberais, comerciantes registrados e os reservistas. Foi o primeiro título eleitoral a ser expedido contendo a fotografia e a impressão digital do eleitor. Aos Tribunais cabia ordenar a entrega do título mediante a apresentação do recibo de inscrição[349].


N. 4.214
(Dado no Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

ESTADO DE PERNAMBUCO

1ª zona Recife
(Municipio)
Domicilio eleitoral Recife
Número de ordem da inscrição 1264
Data da inscrição no cartorio 15 de Março de 1933

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Martha de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque

Qualificativos
Filiação Nestor de Hollanda Cavalcanti
Naturalidade Brasileira - Pernambuco.
Idade 29 anos — Data do nascimento 20 de Março de 1903
Estado civil Casada
Profissão Professora

ASSINATURA DO ELEITOR
Martha de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque

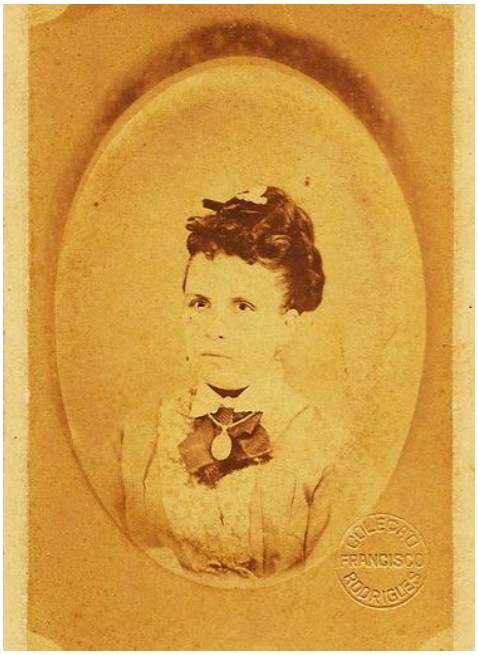
O presente titulo é expedido de acôrdo com o Codigo Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do ~~Presidente do Tribunal Regional de Justiça~~ Dr. Juiz Eleitoral do Estado de Pernambuco e recebeu o numero 4264 aos 9 dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e trinta e ...
Ovalacio Valcacer
~~Diretor da Secretaria~~

Polegar direito
Formula dactiloscopica
CARIMBO

Fonte: FREITAS, Luciene. **Uma guerreira no tempo**: resgate de uma época, Martha de Hollanda e "Delírio do Nada". Recife: Edição independente, 2003, p.121.

[349] **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-RN)**. Coleção Memória Eleitoral, v.1, Títulos Eleitorais, p.19. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/publicacoes-do-centro-de-memoria>. Acesso em 20 out. 2018.

ANEXO C – Genitores de Edwiges de Sá Pereira: Maria Amélia Rocha de Sá Pereira e José Bonifácio de Sá Pereira.



Fonte: Domínio Público[350].

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco[351].

[350] **DOMÍNIO PÚBLICO**. Maria Amélia Rocha de Sá Pereira. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=90710>. Acesso em: 20 out. 2018.

[351] **FUNDAJ**. José Bonifácio de Sá Pereira. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_visualizador.php?cod=6382>. Acesso em: 20 out. 2018.